



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

Sérgio Manuel Marques Rebelo Martins

“Cartografia Cinegética em Portugal “

CCP

Projeto de Mestrado

Orientado por:

Doutor Luís Mota Figueira, Instituto Politécnico de Tomar

Projeto apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar

para cumprimento dos requisitos necessários

à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural

TOMAR 2019

RESUMO

O Turismo Cinegético é um dos segmentos do Turismo de Natureza, enquadrados no Turismo como todos o conhecemos. Assente em linhas orientadoras da ET2027 e nas linhas orientadoras da DGT apresentamos, neste contexto, a Cartografia Cinegética em Portugal. Reconhecemos que este projeto reúne condições de desenvolvimento futuro.

No decorrer da elaboração deste projeto, foram tidas em conta todas as linhas de apoio governamentais e não governamentais para o setor da caça e para o Turismo Cinegético em Portugal.

Não sendo novo o conceito de TC, o nosso projeto concerne na inovação do setor com a proposta de criação da CCP, de cariz utilitário a todos os que com ela se identificarem e que necessitem das informações que nela possam constar. Pretende-se estimular os territórios com a sua presença diversificada embrenhada pelas florestas e paisagens verdejantes, que Portugal prima por ser detentor.

Esta proposta de projeto, iniciará um trajeto de atividades que procuram ultrapassar a fase inicial de reconhecimento académico a que se propõe.

Propiciando novos subprodutos turísticos, esta Carta terá pela frente um duro trabalho de proximidade com as comunidades científicas e sociais que, devidamente concertado, irá enriquecer, nos mais variados quadrantes, a sua conceção e dinamização territorial para qualificação do turismo cinegético nacional.

ABSTRACT

The Cinegetic tourism is one of the segments of nature tourism, framed in tourism as we all know it. Based on the guidelines of the ET2027, and in the guidelines of the DGT, we present in this context the Cinegetic cartography in Portugal. We recognise that this project brings together future development conditions.

During the elaboration of this project, all the governmental and non-governmental support lines were taken into account for the hunting sector and for the Cinegetic tourism in Portugal.

Not being new to the concept of TC, our project concerns the innovation of the sector with the proposed creation of CCP, a utility for all who identify themselves and need the information that can be contained therein. It will stimulate the territories with the diversified presence of forests and green landscapes that Portugal is holding.

This project proposal will initiate a course of activities that seek to overcome the initial stage of academic recognition to which it proposes.

Providing new tourist by-products, this Charter will have one on the way, hard work of proximity to the scientific and social communities, which duly concerted will enrich in the most varied quadrants its conception and territorial dynamization for the qualification of national Cinegetic tourism.

Agradecimentos

Mesmo antes de tecer agradecimentos, esta viagem iniciou-se com uma licenciatura em Gestão Turística e Cultural nesta Escola Superior de Gestão. Licenciatura esta que, com alguns sacrifícios familiares, serviu de plataforma e de suporte para enveredar por um novo ciclo de estudos - Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural. Chegado ao fim deste ciclo é pertinente agradecer os contributos que fui obtendo ao longo deste projeto. Ressalvo o facto de que este é o resultado de um repto lançado, na época, pelo Doutor Luis Mota Figueira numa das muitas conversas que fomos tendo ao longo destes últimos 5 anos.

Desta feita, deixo uma palavra de reconhecimento e de gratidão ao meu orientador de projeto, pelo apoio incondicional na organização, no suporte, no desenvolvimento de técnicas de pesquisa e na aprendizagem constante, desde o primeiro momento em que nos conhecemos, que serviram e servirão para o desenvolvimento futuro deste projeto. Agradeço também ao IPT, aos seus docentes e funcionários, nomeadamente do curso de licenciatura e do mestrado, assim como aos meus colegas de curso.

Deixo um agradecimento especial a todas as entidades individuais e coletivas pela sua disponibilidade em dar o seu contributo, que muito enriqueceu este projeto.

Um agradecimento, e este não menos importante no decorrer desta caminhada, é feito à minha mulher e aos meus filhos pelo apoio incondicional demonstrado desde o primeiro instante que entrei neste estabelecimento de ensino e pela compreensão nos momentos mais difíceis e tortuosos pelos quais que fui passando.

Por fim, uma palavra de apreço a todos aqueles que se dispuseram a ajudar e a contribuir para o enriquecimento deste projeto e para o desenvolvimento do segmento do Turismo Cinegético.

Índice

Índice de Figuras.....	6
Índice de Gráficos	6
Índice de Tabelas	7
Lista de Abreviaturas e Siglas	7
Lista de segmentos do Turismo abordados na temática:	8
Introdução.....	9
Metodologia.....	11
Capítulo I - A Caça e o Turismo: fundamentação do Projeto	12
1.1-A Evolução da Caça - pequena resenha.....	14
1.2-A Caça e a Comunidade: a passagem de saberes entre gerações.....	16
1.3-O papel dos Caçadores na evolução da atividade.....	21
1.4-O papel da Cultura da Caça como atividade económica desportiva e de lazer	23
Capítulo II - O papel da Caça no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais	26
2.1-O papel dos Caçadores na atualidade: Génese e Evolução	28
2.1.1-Igualdade de género na Caça	31
2.2-O Contributo dos Caçadores na prevenção e conservação da natureza	32
2.2.1-A Caça na Expressão Artística e Desportiva	36
2.2.2-Direitos e liberdades do Caçador	40
Capítulo III - O Conhecimento científico das espécies cinegéticas e seu valor social.....	42
3.1-A Componente pedagógica da Caça	44
3.2-Importância da Gestão cinegética.....	46
3.3-Ordenamento cinegético em Portugal	49
Capítulo IV- O Turismo	53
4.1-O papel do Turismo na sociedade.....	55
4.2-Turismo de Natureza	58
4.3-Turismo Cinegético	61
4.3.1-Benefícios da prática do Turismo Cinegético	63
4.3.1.1-Vantagens do Turismo Cinegético para a cadeia de valor do Turismo	64
4.3.2-O Produto: Turismo Cinegético	67
Capítulo V- A Cartografia como ferramenta da Gestão Turística.....	72
5.1-A Cartografia ao serviço da Caça.....	76
5.1.1-A Cartografia Cinegética	80
5.1.2-Modelo experimental para Rotas Cinegéticas: Roteirização Cinegética	82
Capítulo VI- Atividades lúdicas em Turismo Cinegético: O Birdwatching	86

6.1-A Caça enquanto atividade cinegética versus Caça fotográfica “Birdwatching”	87
6.1.1-A Gastronomia de Caça	91
6.2-A ação colaborativa em Turismo Cinegético: a formação de redes entre Zonas de Caça	97
Capítulo VII - Análise referente aos questionários recolhidos	100
Conclusões e Recomendações	115
Bibliografia.....	117
Anexos	125
Anexo 1- Guião de Entrevista	125
Entrevista:	125
Anexo 2 – Transcrição das entrevistas	125
Anexo 3- Participação no II Encontro de Jovens Investigadores, Património e Território, com a comunicação: O Turismo Cinegético como Produto Turístico Nacional- Oportunidades e Desafios. Programa e fotografias	127
Anexo 4 – Comunicação realizada no âmbito do encontro de Jovens Investigadores 6 e 7 junho 2019	129
Anexo 5- Artigo para participação no II Encontro de Jovens Investigadores, Património e Território	133
Anexo 6- Programa de participação, com a comunicação” Turismo Cinegético como Produto Turístico Nacional: Oportunidades e desafios Assente na Cartografia dos Territórios.	135
Anexo 7- Fotografias da participação em Oeiras no âmbito de trabalho continuo subordinado à temática do projeto	136
Anexo 8 – Comunicação no âmbito da cimeira Wildlife Summit 2019-Game Management.....	137
Anexo 9 – Artigo para participação na cimeira Wildlife Summit 2019 -Game Management.....	140
Anexo 10- Questionário aplicado na Expocaza 2019 – Fencaza	143
Anexo 11- Participação no Workshop sobre “As boas condutas do Caçador nas Redes Sociais”	145
Anexo 12- Orçamento Previsional de acompanhamento numa primeira fase do projeto e seguintes	146
Anexo 13- Etapas prováveis de Execução/ Materialização do Projeto	147
Anexo 14- Possíveis Entidades do setor da caça e parceiros envolvidos	148
Anexo 15- Caracterização do Publico Alvo	149
Anexo 16- Outras fotos de Aves (Fauna)	150

Índice de Figuras

Figura 1-Cena representativa de um ato de caça	15
Figura 2-Mapa demonstrativo da distribuição das diferentes zonas de caça em Portugal	27
Figura 3: Multidisciplinaridade da prática da Caça	33
Figura 4- Conjunto de obras de Arte alusivas e representativas da Caça.....	39
Figura 5- Mapa demonstrativo do ordenamento cinegético, através da divisão por regiões cinegéticas	48
Figura 6- Triangulação centrada nos elementos da Gestão Cinegética.....	49
Figura 7- Elementos explicativos dos princípios do Turismo Sustentável pela OMT	55
Figura 8- Esquema explicativo dos fatores em ponderação para avaliação da capacidade de carga nos Destinos Turísticos	57
Figura 9- Esquema ilustrativo das vertentes de influência da Caça.....	69
Figura 10- Possível correlação entre os vários segmentos do Turismo	71
Figura 11- Proposta de Sistema Turístico Cinegético.....	72
Figura 12- Fases essenciais para a elaboração do nosso processo Cartográfico.....	75
Figura 13- Mapa demonstrativo e orientador para o desenvolvimento do projeto	77
Figura 14- Exemplo de vectorização a desenvolver em sede de projeto.....	79
Figura 15- Mapa ilustrativo dos possíveis circuitos cinegéticos	84
Figura 16- Traçado de possível Rota Cinegética	85
Figura 17- Modelo explicativo para a investigação em Birdwatching.....	88
Figura 18- Mapa referente à distribuição de áreas para a observação de aves em Portugal.....	89
Figura 19- Observação Birdwatching (Bando de Corvos Marinhos-Phalacrocorax carbo) em contexto ambiental natural	90
Figura 20- Pato bravo (Anas platyrhynchos).....	91
Figura 21- Pequena amostragem explicativa dos pratos de Caça a constar na Carta Gastronómica.....	96
Figura 22- Esquema demonstrativo da importância das "REDES" para os Territórios	97

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Gráfico explicativo da área ocupada pelas diferentes Zonas de Caça em Portugal ...	28
Gráfico 2-Gráfico elucidativo do número de caçadores até 2018.....	35
Gráfico 3- Género	100
Gráfico 4- Classificação etária	101
Gráfico 5- Prática de Caça	102
Gráfico 6- Legalização	102
Gráfico 7- Região Cinegética	103
Gráfico 8- Gastos com a prática da Caça	104
Gráfico 9- Turismo Cinegético e desenvolvimento territorial	105
Gráfico 10-Prática da Caça.....	106
Gráfico 11- Prática de Caça em Zonas Turísticas de Caça.....	107

Gráfico 12- Necessidade da cartografia para a Caça	108
Gráfico 13-Redes de Zonas de Caça Turística	109
Gráfico 14-Potência da Rede de Turismo Cinegético.....	110
Gráfico 15-Conservação da Natureza	111
Gráfico 16-Importância da preservação das espécies	112
Gráfico 17- Transmissão dos Saberes da Caça.....	113

Índice de Tabelas

Tabela 1-Tabela explicativa do contributo dos Caçadores em Portugal até 2017/2018.....	34
Tabela 2- Alguns Museus visitáveis sobre a temática da Caça	40
Tabela 3-Emolumentos em síntese da estimativa do valor económico da Caça.....	65
Tabela 4- Quadro elucidativo do número de peças de caça abatidas na época de 2017/2018.....	66
Tabela 5- Possível modelo de criação para Rotas Cinegéticas	82
Tabela 6- Princípios Estruturais de Rotas, Itinerários e Circuitos	85

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANPC: Associação Nacional de Proprietários Rurais Gestão Cinegética e Biodiversidade

CGC: Carta Gastronómica Cinegética

CCP: Cartografia Cinegética em Portugal

CCPEGSECB: Centro de Competências para o Estudo, Gestão e Sustentabilidade das Espécies Cinegéticas e Biodiversidade

CITC: Carta Internacional do Turismo Cultural

CL: Circuito Local

CNCP: Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses

CT: Cartografia temática

DGT: Direção Geral do Território

ET2027: Estratégia Turismo 2027

FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FENCACA: Federação Portuguesa de Caça

ICNF: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

INE: Instituto Nacional de Estatística

INIAV: Instituto Nacional de Investigação Agrária e Sanitária

IPT: Instituto Politécnico de Tomar

IR: Itinerário

LBGPPSOTU: Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo

MERC: Modelo Experimental para Rotas Cinegética

OMT: Organização Mundial do Turismo

ONGAs: Organizações não Governamentais de Ambiente

ONU: Organização das Nações Unidas

OSC: Organizações do Setor da Caça

PANCD: Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação

PNOT: Plano Nacional de Ordenamento do Território

SIG: Sistema de Informação Geográfica

TER: Turismo no Espaço Rural

TC: Turismo Cinegético

TG: Turismo Gastronómico

TN: Turismo de Natureza

ZC: Zonas de Caça

ZCM: Zonas de Caça Municipais

ZCT: Zonas de Caça Turística

ZCA: Zonas de Caça Associativas

Lista de segmentos do Turismo abordados na temática:

TG: Turismo Gastronómico

TN: Turismo de Natureza

TC: Turismo Cinegético

TER: Turismo em Espaço Rural

Introdução

No âmbito do desenvolvimento do Turismo cinegético e na perspetiva de contributo, surge a necessidade de cartografar os terrenos propensos às atividades cinegéticas em concordância com o Plano de Ordenamento do Território Nacional. À criação deste projeto **CCP “Cartografia Cinegética em Portugal”**, acresce a valência e disponibilidade de dados cartográficos, atualizados regularmente, para uso dos caçadores e amantes da natureza. Com o crescente interesse pelas atividades inseridas na natureza e com a problemática do aquecimento global, esta ferramenta vem ao encontro das necessidades de todos.

Um dos problemas contemporâneos mais relevante é o do desenvolvimento sustentável, associando ao Ambiente, à Sociedade e à Economia, a Cultura. As atividades humanas de valorização dos territórios são relevantes. É o caso do Turismo Cinegético (adiante designado por **TC**). Nesta descrição, que admite variantes operacionais segundo cada tipo de caçada, o **TC** pode constituir-se como um contributo oportuno e, eventualmente, essencial para o desenvolvimento e para a dinamização sustentável dos territórios do interior. O potencial cinegético de alguns destes espaços pode ser trabalhado na forma de planeamento e de aplicação dos procedimentos técnicos capazes de transformar os recursos, nomeadamente faunísticos, em atrativos orientados à caça lúdica.

Assim, a ligação entre a prática cinegética e a dinamização necessária dos territórios do interior, estabelecida num contexto de fruição turística e económica, pode evidenciar, por um lado, a oportunidade para um compromisso a nível da administração pública e das empresas que atuam neste segmento; por outro lado, a necessidade de estimular a participação ativa e responsável dos que nele desenvolvem atividades diretas e indiretas, não esquecendo as populações residentes. Em suma, pode criar uma nova cultura relevante, nomeadamente, para os territórios interiores do país.

A vivência e experimentação física e emocional da envolvimento que a atividade cinegética propicia, cria valor económico e enaltece o esplendor das paisagens dos territórios interiores, contribuindo para atenuar algumas assimetrias regionais que ainda prevalecem no território nacional. Do ponto de vista geomorfológico, Portugal é um destino interessante para o **TC**.

O setor do **TC** deve ser encarado como um setor competitivo e de excelência para os territórios. Todavia e como está exposto a oscilações dos mercados emissores é, sobretudo, o mercado interno que, dependente de dificuldades legislativas acumuladas

com a sazonalidade imposta, necessita de maior atenção. Assim, e no combate contra o aparente desinteresse e abandono dos territórios, o **TC** pode tornar-se, com apoio do conhecimento tácito (dos praticantes da caça) e do conhecimento explícito (dos estudiosos deste domínio), um espaço de valorização ao serviço da estratégia turística internacional e nacional. Em termos globais, a relação intrínseca dos caçadores com a natureza, torna-os elementos preservadores através da sua ética de caça e das dinâmicas que incutem aos territórios onde são turistas, não apenas na época venatória, mas nas tarefas de povoamento de espécies e de agentes territoriais ativos, pois desbravam caminhos e podem apontar futuros.

Os problemas que Portugal enfrenta com as assimetrias, o despovoamento, a desertificação e as dificuldades em acessibilidades, permitem ao segmento do **TC** e nomeadamente à **CCP**, apresentar-se como frente relevante para a sustentabilidade e coesão territorial. Os enquadramentos de doutrina e de medidas de política, nomeadamente as que são fundamentadas pelos princípios da Carta Europeia do Turismo Sustentável, bem como, entre outros do programa RIS3 e da Estratégia 2027 para o turismo nacional, asseguram essa intervenção e significam a procura de um referencial teórico para o **TC** que precisa de ser mais aperfeiçoado.

Metodologia

Analizada a temática, e consciente da perigosidade em conduzir uma teoria para a implementação deste projeto, tenderá a ser tratada com a polidez necessária dado ao contexto atual. A revisão da literatura mostrou uma barreira no desenrolar deste processo, dada a parca informação sobre o tema. Após a formulação da pergunta de partida, foi traçada uma estrutura de conceção desta investigação para futura orientação, até à hipótese de materialização deste projeto.

Inicialmente numa fase com tendência evolutiva, a partir da identificação do problema, esta investigação conta com a explanação e enquadramento sobre a temática “Cinegética” do Turismo Cinegético contextualizado e enquadrado nas práticas da caça e na necessidade de cartografar os territórios atualmente.

Assim, a evolução e desenvolvimento deste Projeto de Mestrado assente na temática da Cartografia Cinegética em Portugal, e tentando dar resposta ao problema - o turismo cinegético como produto turístico - contará com um suporte e contributo por parte de algumas entidades de referência ligadas à caça em Portugal. Para sustentar e fundamentar com trabalho de campo os dados que sustentam a nossa pesquisa, foi utilizado o método de entrevistas e aplicação de questionários direcionados ao público praticante da atividade cinegética, embora aberto e aplicável também ao público em geral.

Apoiado num conceito já existente - Turismo Cinegético - e desenvolvido em sede de licenciatura, com a possível criação de um Atlas Cinegético, ainda com lacunas na sua divulgação, como se constatou naquela data, surgiu então, durante as aulas de Mestrado, o conceito de Cartografia Cinegética. Assim, este projeto tem como objetivo dar resposta às necessidades de conhecimento e informação verificadas na comunidade dos caçadores e dos demais apaixonados pela natureza.

A apresentação de comunicações públicas e a elaboração de alguns artigos, vieram enriquecer de forma fundamentada toda a nossa investigação, direcionando-nos para um conjunto de subprodutos justapostos à sugestão da criação deste projeto que agora é colocado à discussão pública.

Capítulo I - A Caça e o Turismo: fundamentação do Projeto

Na génese da evolução da Humanidade, está a prática da caça como uma atividade (ocupação) dos homens pertinazes. É visão deste projeto, contribuir para a conjugação da Caça com o Turismo, não só pela prática do Turismo Cinegético como, também, pelo contato com a natureza e com as espécies faunísticas que nela coexistem. Os capítulos tentam apresentar esta realidade e, no capítulo 4, como veremos, esta temática será mais desenvolvida. Aliados às boas práticas de sustentabilidade, os apaixonados pela caça, contribuem para que perdurem as espécies. Baseados na observação, conhecimento e ordenamento dos territórios rurais e florestais, estes indivíduos contribuem para uma dinâmica territorial que se integra nos processos de desenvolvimento socioeconómicos. A relação destes com o território é, porém, delicada.

Atendamos por isso que as pressões cinegéticas e presenciais feitas pelo Homem não deverão massificar os territórios, pois as espécies necessitam de tranquilidade para nidificarem e proliferarem no seu ambiente natural. O planeamento partilhado é, cada vez mais uma solução de compromisso entre o uso dos recursos e a sua sustentabilidade. Paradoxalmente, a evolução da sociedade, contribui para o afastamento das gentes do ambiente natural. Hoje procuram-se espaços naturais e de lazer. Contudo, devem ser estabelecidas regras de gestão dos (e nos) territórios a nível cinegético, pois o desconhecimento poderá traduzir-se na degradação dos *habitats*.

Com as realidades cada vez mais acentuadas sobre o abandono dos territórios rurais, será pertinente a implementação deste projeto em Portugal? Acreditamos nessa visão sobre os territórios despovoados. Agudizado desde a Revolução Industrial, e agravado na segunda metade do século XX, o impacto do despovoamento e do abandono dos campos e das zonas verdes, em cada ciclo histórico, traduz-se numa carência evidente destas iniciativas de projeto. A evolução das civilizações conduziu a alterações ecológicas e naturais, mas os recursos são continuamente escassos e obrigam a uma gestão cuidada.

Ora, com as dinâmicas turísticas planeadas, aplicadas e direcionadas aos territórios de baixa densidade como são os territórios rurais e de natureza, surge o que parece ser um sinal de franca expansão do turismo cinegético. Não obstante, está implicitamente ligada a uma gestão integrada e orientada para a sustentabilidade. Segundo Marques (2018:3):

“Os Territórios de Baixa Densidade deparam-se com a necessidade de reestruturar as suas tradicionais atividades económicas, orientando-as muitas vezes para o turismo. A caça é uma das atividades com maior potencial económico nos territórios rurais”.

Aliada a esta dinâmica está o contributo da cartografia, (*core* principal deste projeto), que pretende vir a considerar como um instrumento essencial para todos os utilizadores dos recursos naturais e dos ambientes rurais. A permanente ligação entre a natureza e o turismo, conta com o conhecimento mais aprofundado apoiado na cartografia, nomeadamente a cartografia cinegética que aqui propomos. As aulas de Cartografia do Turismo, lecionadas com foco na Cartografia Digital, inspiraram esta abordagem no Projeto que agora se apresenta. O alargamento da monitorização apoiada pelo programa do ICNF¹ dá a conhecer toda a fauna silvestre existente em Portugal, mantendo a essência dos ecossistemas, direcionado também para a preocupação crescente sobre as alterações climáticas. O nosso contributo pretende posicionar-se no domínio da valorização dos recursos naturais, mas em ligação estreita com a cultura da caça. Em todo o mundo, a caça significa lazer e economia local. Porquanto, e presente no documento Economia da Floresta e Ordenamento do Território, produzido pelo Conselho Económico e Social (CES), Rodrigues (2017:27), refere-se que:

“As fileiras florestais tradicionais (silvicultura, caça, pesca e silvo indústrias) são responsáveis por cerca de 80 000 empregos, sobretudo em regiões deprimidas do ponto de vista económico. Mas, para além do seu valor económico e social, em parte decorrente do carácter privado da posse da floresta, esta apresenta também um elevado valor ambiental, em múltiplas vertentes.”

Frisa-se, assim, a importância da caça como prática que valoriza os recursos naturais (e endógenos dos territórios), que deverão ser preservados e mantidos, para que se tornem num atrativo sustentavelmente disponível para os caçadores e para as economias locais. Por forma a que contribuam para o desenvolvimento económico dos territórios com

¹ Serve de linha orientadora para a identificação e comportamentos das espécies:

<http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/cempa/pp-monit> (11.07.2019)

retorno para a economia circular e comunitária, são necessários mais estudos que qualifiquem o turismo cinegético e aumentem as referências bibliográficas neste contexto de atividade turística na natureza.

1.1-A Evolução da Caça - pequena resenha

O desenvolvimento da Humanidade foi realizado em função das técnicas de sobrevivência e da visão consciente sobre o treinamento de competências que assegurassem essa sobrevivência. As atividades de natureza alimentar foram sempre as que permitiram a acumulação de energias para emprego noutras atividades, nomeadamente, de melhoria das condições de fixação da comunidade humana na sua relação com o meio envolvente.

A Caça é uma das mais antigas atividades humanas, havendo já vestígios da sua prática pelos Australopithecus (pré-hominídeos), ainda durante a Pré-História. Teles *et al*, referem que:

“...como os Australopithecus, tinha uma alimentação diversificada, ou seja, se alimentava tanto de vegetais quanto de carnes, e foi essa alimentação variada o motivo que fez com que sobrevivesse e a seleção natural contribuiu para a disseminação de pasto, que resultou na exposição de mamíferos permitindo que o explorasse na alimentação. Foi a partir daí que surgiu a caça e, conseqüentemente, a alimentação mais frequente de carne, já que as pastagens auxiliaram na manutenção de mamíferos que foram caçados pelos Hominídeos”.

A forma de vida primitiva, conferiu ao homem auroral, a capacidade de subsistência e sobrevivência através da prática da caça. Qualificada como tal, na “era paleolítica”, a caça foi a 1ª ocupação e ofício do Homem, como condição essencial para o aumento da sua qualidade de vida. Sem artificialidades na sua prática, o Homem caçava para sobreviver aos ataques fervorosos das espécies faunísticas, ferozes e vorazes, que com ele coexistiam no espaço natural. O Homem do Paleolítico tinha, como centro gravitacional de vida, a arte da caça e essa é a forma como ele foi ligando o natural ao cultural. A arte das cavernas demonstra essa ligação.



Figura 1-Cena representativa de um ato de caça

Fonte: <https://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-na-antiguidade/pre-historia/> (11.07.2019)

Podemos considerar duas etapas do Paleolítico, sendo o Paleolítico inferior a mais antiga, em que ainda não é comprovada a existência do sílex como utensílio utilizado na caça, como mais tarde virá a ser. Os paquidermes abundam, e pouca utilidade teriam tido as lanças ou flechas manufaturadas com este material. Numa segunda etapa, o Paleolítico superior, foi dotado de evoluções significantes, quer na fauna, quer na adaptação dos métodos de captura e caça dos animais (cervídeos, cervos, cavalos selvagens). As pontas de sílex substituíram, com eficácia, os métodos de caça mais antigos.

Neste período da pré-história, atribuem-se como principais funções da caça, a defesa contra animais selvagens e a obtenção de alimento, estando a importância desta atividade bem retratada nas inúmeras representações de animais e caçadores, em pinturas rupestres pré-históricas. No entanto, com a descoberta da agricultura e da pastorícia, acompanhadas da criação de hábitos sedentários, a alimentação humana passou a estar muito menos dependente dos produtos da caça. Esta, tornando-se a partir do Neolítico uma atividade secundária de busca de alimento, ou apenas um modo de defesa das populações e dos rebanhos foi, porém, apurada como exercício associado à defesa dessas comunidades.

Na Antiguidade Clássica, e na cultura de grande parte dos povos, a atividade da caça era vista como uma atividade lúdica e de demarcação do *status* social da nobreza, Luis (2010:58) apud Xenofonte no *Cynegeticus* (9), refere que:

“A actividade da caça é “um sinal de fertilidade, de viagem e de combate, substituindo, em termos estratégicos e psicológicos, a principal ocupação das elites (sic) militares, a guerra, conferindo-lhes estatuto e prestígio social”.

Durante a Idade Média, e nomeadamente na Europa, a caça era praticada por diversão com fins objetivos e concretos de similitude de treino para os guerreiros e para os seus comandantes. Visando esta importância, D. João I, ficou para a História como um dos mais acérrimos defensores da prática cinegética, principalmente dos animais de grande porte, designados de “caça grossa”. Retratado no Livro² da Montaria³ no qual se descreve uma passagem de caça por ele vivida (1918: 43), ficou registado que:

“...conta com sucesso de uma maravilhosa ascumada, com êle mesmo, andando a cavalo ao monte, feriu um porco montês. De tudo isto se infere o exercício da caça, sobre tudo da montaria e da altanaria, era muito frequente ocupação dos reis e seus filhos”.

Por este conjunto de razões, elaborou-se a apresentação de uma breve resenha sobre a caça, não só para verificar a importante evolução desta atividade até ao presente, como, eventualmente deixar linha condutora para mais investigação.

1.2-A Caça e a Comunidade: a passagem de saberes entre gerações

Mesmo antes de definir ou referenciar a caça como um meio de transmissão de valores geracionais, deve entender-se o enquadramento da conservação da natureza e da nossa paisagem, reconhecida e merecedora de ser preservada, dependendo, no entanto, de nós, para assegurar o esforço dessa conservação. Como refere o ICNF⁴, a importância dos planos regionais de ordenamento florestal permite perceber as orientações estratégicas para cada local. No presente, os proprietários rurais inseridos nas áreas classificadas sob a tutela, são fortemente limitados nas suas atividades tradicionais (agricultura, caça, florestas e outras). Àqueles que são responsáveis pela nossa paisagem atual, não lhes é reconhecido ainda o papel determinante no aproveitamento da sua vontade enquanto

² Livro da Montaria, feito por D. João I, Rei de Portugal, publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa por Francisco Maria Esteves Pereira, pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1918

³ Dava-se o nome de montaria (de monte) no sec. XII A XV, a caça dos animais de maior corpulência (caça maior), como o porco montês (hoje designado por javali), e o cervo.

⁴ Em <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/gestao/inst-gest-territ> (11 .7.2019) é possível compreender este instrumento fundamental para a conservação da natureza e da biodiversidade

componentes da salvaguarda e manutenção dessas paisagens. A comunidade de caçadores é uma dessas componentes. Mencionando Metzger (2001:02):

“A palavra “paisagem” possui, assim, conotações diversas em função do contexto e da pessoa que a usa. Pintores, geógrafos, geólogos, arquitetos, ecólogos, todos têm uma interpretação própria do que é uma paisagem. Apesar da diversidade de conceitos, a noção de espaço aberto, espaço “vivenciado” ou de espaço de inter-relação do homem com o seu ambiente está imbuída na maior parte dessas definições. Esse espaço é vivenciado de diferentes formas, através de uma projeção de sentimentos ou emoções pessoais, da contemplação de uma beleza cênica, da organização ou planejamento da ocupação territorial, da domesticação ou modificação da natureza segundo padrões sociais, do entendimento das relações da biota com o seu ambiente, ou como cenário/palco de eventos históricos”.

Os residentes e os que, de entre eles, são caçadores, bem como os caçadores vindos de outras regiões são, precisamente, os grandes responsáveis da conservação dos territórios pelos usos que praticam e que perduram há vários séculos. Segundo Ferreira (2008: 108):

“Consumiam-se não só carnes de matadouro ou carnes gordas, como a vaca, o porco, o carneiro, o cordeiro ou o cabrito, como também carnes de caça compradas nos mercados e provenientes de criação doméstica. Em mercado tabelavam-se carnes de gamo, zebro, cervo, corço, lebre e até de urso, ao lado de grande quantidade de aves: pombas, perdizes, galinhas, ansares, anas, abetardas, grous, túrtures, patos bravos, cercetas, garças, maçaricos, fuselos, sisões, galeirões, calhandras. A criação doméstica era sobretudo respeitante a galinhas, patos, gansos, pombos, faisões, pavões, rolas e coelhos.”

A evolução dos modos de caçar é demonstrada pela evolução das armas de caça e também pelos enquadramentos de natureza jurídica que acompanham cada época histórica. Atualmente, o manejo das armas de fogo, carece de uma responsabilidade, não só de quem ensina, mas também de quem aprende, aquando da passagem dos valores, assim como o respeito pela fauna e flora, presente no Diário da República n.º 182/1987, Série I de 1987-08-10. Com o propósito de dar a conhecer a importância da relação da caça na transmissão

de valores, pretende-se desvanecer o popularizado e enraizado preconceito na sociedade portuguesa, que deve ter um olhar aberto sobre a continuidade da caça. Nesta perspectiva, Águedo de Oliveira (1992 :77) referia que:

“Caçar-se por atavismo será pouco de aceitar. Muitos o fazem para se libertar dos condicionalismos e prisões da vida moderna, entrando nos restos dum mundo bravio correndo ao que parece para um estado de libertação e de contracção urbana. Diante da sua possível presa, o caçador esquece tudo, casa, desgostos, perspectivas, cuidados nobres dum espírito quando cultivado, anotando-se que o praticante fica sugestionado e alheio a tudo o mais. Todavia como arte especializada, como exercício aperfeiçoável, a caça de hoje requiere e exige conhecimentos. temperamento, auto-domínio.”

Com o fundamento desta observação veja-se, à semelhança de outros países, nomeadamente a vizinha Espanha, onde a envolvimento de todos os estratos sociais e amantes da atividade move centenas de pessoas das mais variadas idades e até mesmo famílias completas. Esta realidade é demonstrada como identidade humana, e qualifica a sua ligação à natureza e ao meio rural. Há, porém, que mencionar que a caça nos primórdios era uma atividade exclusivamente do homem, onde os jovens eram iniciados, provando a sua valentia e a elevação a adulto através do domínio das reses caçadas e cobradas. Era um ritual de cada comunidade. Constituindo, inicialmente um meio para a subsistência do Homem, também serviu a arte da guerra. Mencionando Rosado, Rodrigues (2014:24) temos:

“Numa fase seguinte, os povos da Antiguidade Oriental praticavam a caça com a finalidade de preparar fisicamente os seus homens para a guerra. Na Antiguidade Clássica, reis, imperadores, generais entre outros, aparecem em escritos associados à caça por puro lazer ou preparação militar”.

A caça nas suas diferentes formas, torna-se com o decorrer dos tempos, numa atividade lúdica de convívio e contato com a natureza, mantendo também a questão da culinária de caça. A componente de destreza física composta por caminhada, ultrapassar obstáculos físicos, solicitar a atenção de todos os sentidos, tem sido também um elemento sempre presente na atividade da caça. Há muitos relatos sobre a importância da caça em todos os períodos históricos. Dada a perpetuação geracional da prática da caça, a mesma deve ser

entendida como uma questão cultural e educacional, que segundo Maria Montessori (1949 :15) decorre de que, “*A educação é um fato social e humano, um fato de interesse universal*”, onde os valores geracionais, nomeadamente de comportamentos e atitudes acentuam uma responsabilidade social acrescida, dados os aspetos éticos envolvidos. Numa perspetiva de influência da caça na construção da personalidade, González Rey (2003) afirma que:

“A personalidade surge como um sistema de configurações subjetivas, que, sendo assim, geram sentidos no andamento das atividades do indivíduo. Não podemos caracterizá-la como aparência, mas sim, como uma construção de “elementos subjetivos associados as diferentes experiências humanas e que representam uma fonte permanente de emoção”.

Contudo, a perpetuação dos saberes milenares da arte da caça, sempre influenciaram gerações independentemente dos contextos sociais e económicos. Transformada hoje num desporto acessível aos demais interessados em praticá-la, quando entendida como uma prática desportiva, inclui o contato com a natureza que, em certa medida, se torna uma fonte viva de conhecimento apto a ser experienciado por todos, dentro dos enquadramentos jurídicos envolvidos. Os objetivos de Saúde Pública também se poderão associar a estas práticas de tradição campestre que nos últimos anos têm sido potenciadas, dado o fato de, em alguns territórios, as peças de caça serem consideradas “produtos da terra”, com conotação como produtos biológicos e, de certa forma, com uma componente de socialização muito específica.

No entanto, o ceticismo, ou apenas desconhecimento, face à caça é um fator limitador na sociedade atual, que ao longo dos tempos se elevou à crítica desta atividade, vincando os aspetos eventualmente negativos e desprezando, em muitos casos, o confronto científico que desmonta algumas daquelas críticas. Surge, neste sentido, a criação do Centro de Competências para o Estudo, Gestão e Sustentabilidade das Espécies Cinegéticas e Biodiversidade⁵, homologado pelo **Srº Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luis Manuel Capoulas Santos**, que demonstra apoiar o setor

⁵ Documento homologado pelo Srº ministro da Agricultura:

www.inia.pt/.../centro_competencias_especies_cinegeticas_e_biodiversida... (20.08.2019)

da caça, com a sua crescente valorização. Neste documento, que fomenta a caça e a preocupação direcionada para toda a fauna e em especial para a questão cinegética apresenta-se como missão (2018: 05):

“...promover o desenvolvimento da fileira da caça, estimulando estudos, estratégias de intervenção e ações prioritárias específicas dirigidas às espécies cinegéticas do quadro venatório nacional e espécies migratórias...”

Prezando e dignificando a fauna e flora, tende a passar os mesmos valores éticos da caça e praticados a todos os vindouros, com presença acentuada, na preocupação pela preservação e perpetuação de espécimes, contrariamente ao que muitos consideram como atividade meramente predadora. Assim, é importante que, e revendo a literatura da ligação à terra que segundo Ortega y Gasset (1989:95),” *Devia reparar-se que só a caçar o homem consegue estar no campo, quero dizer dentro de um campo que, além disso, o seja autenticamente*”, as intervenções qualificadoras do setor da caça sejam dinamizadas. Esta corrente teórica contrapõe-se ao criticismo radical que, ao redor das atividades da caça, fundamenta muito pouco essas críticas negativas. Para se criticar a caça, tem que se viver a experiência de caçar, desenvolvida no contexto e na envolvimento que uma jornada campestre transmite. Águedo de Oliveira (1992: 64) refere que no comportamento humano e naturalmente na cultura da caça, “*A hereditariedade assinala-se principalmente na formação e expansão do espírito.*” Esta perspetiva é fundamental no comportamento do praticante de caça.

Preservados esses valores, os caçadores e amantes da natureza podem coexistir na realidade atual, sem que haja desrespeito pelos que defendem os valores da não-caça, mas igualmente para os que a praticam dentro da lei. É perfeitamente compatível existirem os dois modelos. Um modelo tradicional e intimamente relacionado com a vida selvagem, e outro, relacionado com a criação de espécies cinegéticas. Se o primeiro é característico dos territórios mais despovoados e, portanto, mais aptos para as atividades cinegéticas tradicionais, já o segundo modelo pode considerar-se satisfatório para os territórios mais urbanizados. Assim, o equilíbrio da caça com a fruição gastronómica, desportiva e lúdica é obtido beneficiando a paisagem natural e a paisagem cultural. O turismo responsável completa este quadro de equilíbrio. A pedagogia de ligação da caça com o turismo é, então, uma ação necessária.

1.3-O papel dos Caçadores na evolução da atividade

O respeito merecido pela prática da caça, remonta aos primórdios da evolução do homem. Os caçadores recolectores, faziam uso da abundante diversidade animal para se alimentarem e se defenderem dos ataques de que então eram alvo. A dependência da Natureza era de tal ordem, que tinham que se adaptar às circunstâncias alimentares e de sobrevivência. Evidencia-se a questão da recolção⁶ na evolução do homem e na itinerância pelos territórios, conjuntamente com a caça em grupo e a perseguição dos animais, para que estes fossem caçados e servissem de alimento às pequenas colónias de seres humanos. Este é um exemplo importante para os caçadores. Naturalmente que a ética e a educação na caça deverão fundamentar o desempenho e responsabilidade dos caçadores na evolução desta atividade, ainda olhada de forma condenatória por aqueles que desconhecem a realidade dos territórios e as vivências do mundo rural, bem como ainda reveladora de algum desrespeito pelo ambiente, pelo que Branco (2014:08) refere que:

“A educação ambiental é fundamental para modificar/transformar a mentalidade dos agricultores, pastores, caçadores e a população em geral, para que sejam o principal defensor das espécies cinegéticas e que a caça pode contribuir positivamente para a produção global do sector agrícola, reconhecendo a importância do controlo e gestão dos níveis de captura e sua contribuição para a continuidade das populações”.

Numa sociedade em constante mudança, todos estamos obrigados a participar de forma ativa e comprometida. Uma sociedade que enfrenta constantemente a necessidade de inovação e investigação⁷, em que os mais jovens têm um papel preponderante, é uma sociedade equilibrada. O cumprimento desta exigência, faz com que haja envolvimento

⁶ Entende-se por recolção o fato de recolha de bens alimentares diretamente da Natureza ex. raízes seres vivos e outros no período pré-histórico. O período Neolítico marca o início da sedentarização humana e já nessa época a caça começou a ser complementada com a criação em animais em cativeiro.

⁷ Veja-se o programa-quadro de investigação e inovação da EU, através do HORIZON 2020: https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/sites/horizon2020/files/H2020_PT_KI0213413PTN.pdf (20.08.2019)

de gerações de pais, filhos e netos. As relações intergeracionais, são desafios de interesse maior no contexto social atual, que devem proporcionar elos de ligação transversais às gerações, para instigar e iniciar os mais novos na prática cinegética e na preservação das espécies e da natureza. Não tendo predisposição para interação com os seus antecessores Teles, (2003: 20) diz que, *“As mudanças têm sido tão rápidas (...) que o jovem tem que ser preparado para a imprevisibilidade, a inventividade e a criatividade”*. O respeito pela Natureza e pelo uso que o Homem dela faz, revela-se assim, parte condicionante da educação ambiental.

No entanto, interessa reforçar que as relações intergeracionais são importantes porque, de acordo com Pimentel (2001:93):

“(...) as relações entre gerações serão potencialmente mais frequentes nos nossos dias, uma vez que o aumento da esperança de vida leva a que as famílias de quatro gerações se multipliquem.....”.

Neste contexto, a sapiência dos mais experientes na caça, tende a ser transmitida aos mais inexperientes.

Na sociedade atual, torna-se pertinente que as pessoas tenham oportunidade de interagir e de se encontrarem, por forma a que o estreitamento relacional seja complacente com os modos de vida em que o convívio geracional é potenciado.

A atividade cinegética, através da caça e do contato com a natureza, pode tornar-se um contributo relevante no que respeita aos pormenores meticolosos da atividade cinegética, o que obriga à criação de uma cultura de caça, importante para a educação ambiental e cultural para as gerações vindouras. Assente nas boas práticas está a continuidade dos saberes e da biodiversidade, referida por Branco (2014:09):

“Uma boa prática da atividade cinegética, assenta numa consciencialização das populações/humanidade e uma sensibilização sobre a conservação da natureza, ao favorecer a multiplicação dos fatores da biodiversidade e preservar os habitats naturais, proporcionar ao meio agrário um valor acrescido através do rendimento da atividade cinegética.”

Nesta base de conhecimento está implícita a biodiversidade na preservação da fauna e da flora, dado que os caçadores são indivíduos que conhecem e respeitam regiões e locais

que visitam frequentemente. A questão do respeito pelos lugares de caça, integra-se na ética do caçador do nosso tempo. Essa experiência de observar e experimentar os campos de caça e as suas envolventes ambientais, sociais e económicas dotam, os mais preocupados com o futuro da caça, de responsabilidade ecológica. Onde, por vezes existem espécimes raros e desconhecidos por leigos, uteis à sociedade no seu todo, os caçadores conseguem, com a sua experiência, definir essas diferenças de espécimes. Com essa capacidade, contribuem para a preservação das espécies. Cabe, portanto, seguir as linhas orientadoras do ICNF, que incutem como responsabilidades dos gestores e demais responsáveis do setor cinegético, a preponderância ativa nos territórios. O Decreto-Lei n.º 43/2019, refere na alínea b) do Artº 4:

“Apoiar a formulação e executar a política de conservação da natureza e da biodiversidade e a política florestal nacional assegurando a valorização do capital natural, a conservação e a gestão ativa de espécies, habitats naturais da flora e fauna selvagens, de geossítios, bem como a gestão sustentável da produção florestal, dos espaços florestais e naturais, dos recursos cinegéticos, silvopastoris, apícolas, aquícolas em águas interiores, e outros recursos e serviços que os ecossistemas prestam”

Não obstante, e dentro da conduta imposta pela Lei, está presente em cada defensor da natureza, o papel de cuidador/ preservador da biodiversidade e continuidade das espécies e dos seus *habitats*. O nosso trabalho, quando investigamos estes domínios, pode ser mais eficaz quando conhecemos os territórios e a sua aptidão para a prática cinegética. Criar valor para os territórios significa elevar os recursos a atrativos, em turismo. Por isso, quando associamos a nossa experiência de caçador com a de investigador em Turismo Cinegético, reforçamos os valores do comportamento dos caçadores com os valores de salvaguarda do património (natural e cultural).

1.4-O papel da Cultura da Caça como atividade económica desportiva e de lazer

O mau entendimento e provavelmente as dificuldades de comunicação da significância das espécies da nossa fauna ao longo dos anos, deturpou a nosso ver, o real conceito da

caça. Com efeito, foram gerados estereótipos, muitos deles errados, ao redor dos caçadores dignos desta nobre arte. Se outrora o homem primitivo caçava exclusivamente para subsistir, estando ao nível dos demais animais na luta para sobreviver, a evolução trouxe o discernimento, a capacidade de preservar e cuidar da diversidade. A lenta consciencialização sobre o lugar da caça nas atividades humanas consideradas positivas, necessitou de tempo. A história da caça é parte integrante da história cultural da Humanidade. Hoje e em Portugal, após alguns incumprimentos de décadas, motivados pela fraca fiscalização estatal, verifica-se uma consciencialização cada vez maior para o cumprimento das leis e regras da prática venatória. O caçador deve ser consciente dos seus atos, responsabilidades e deveres para com toda a envolvente da prática da caça, respeitando-a como atividade e setor económico. Como argumenta Branco (2014:08):

“A caça e toda a atividade deste setor tem de motivar não só os que exercem o ato venatório como os que prestam serviços a montante e a jusante desta atividade, não esquecendo os proprietários e os agricultores em particular.”

Toda a caça merece o devido respeito, sendo um legado da humanidade. O caçador deve ter sempre presente a preservação das espécies para que estas não sejam extintas dos ecossistemas. A sua atividade depende dessa ação de conservação do património natural. O caçador atual olha com outros olhos para o controlo dos abates, apoiado em planos de exploração existentes nas mais variadas zonas de caça espalhadas pelo país. Esta é a razão pela qual se enfatiza a presença dos animais silvestres no campo, para praticar a caça. Teremos que entender Ortega y Gasset (1989:96):” *Este rito subtil é a caça*”. Perseguir a presa é um ritual que, na caça, significa também o convívio com a natureza.

Para esta caracterização de “caçador consciente”, não é imperioso que se concretize o disparo certo e o abate da peça de caça, pois e se tal não acontecer, a satisfação é igualmente plena. Mesmo ainda que se efetue o disparo e se erre o animal, atribui-se mérito à caça e não ao caçador, levando a proferir um comum lema entre os companheiros de caça “Hoje é dia da caça e não do caçador”, ou “Bem errada” ou “Um dia da caça, outro do caçador”⁸.

Ficam sempre as memórias registadas para a posteridade e conversação entre companheiros caçadores. Caçar é uma das formas mais antigas de domínio do ambiente

⁸ Esta é parte importante da experiência de caçar.

pelo ser humano. Esta memória persistente é catalisadora do respeito do caçador pelo meio ambiente onde pratica a atividade? A experiência de campo com caçadores e com os seus amigos e familiares ensina-nos que sim.

A caça, de uma forma evolutiva, deixou assim de ser um ato grupal de sobrevivência e de alimentação. Ortega y Gasset (1989:113) diz que, “*a caça é uma das ocupações mais antigas e pertinaças do homem*” e que a caça é “*uma das formas felicidade, do existir feliz a que todo o homem aspira.*” Esta ideia de domínio do homem sobre uma parte da natureza (animais que são caçados), é parte integrante também dos rituais da própria comunidade em que vive o caçador.

Como se observa, a caça também é um espaço de socialização. Ora, nada mais prazeroso se poderá encontrar que a comunhão e partilha da atividade em grupo que, com o tempo, se transforma numa família. A aproximação da família do caçador ao ato e à envolvimento da caça, permitir-lhe-á eliminar dualidades e decisões na época venatória, porque o conceito de família interfere positivamente no comportamento aquando no campo de caça. Desta forma, deixará de ser um ato isolado ou de grupo de amigos, passando a uma atividade para todos os membros familiares. A família também entra no ritual da caça. As famílias contemporâneas, passam grande parte do seu tempo afastadas, por necessidade ou por puro desajuste social, motivado por um mundo laboral muito fragmentado. Por isso, os valores de base essenciais e fundamentais da construção familiar degradaram-se comparativamente a gerações passadas. Edward Shorter (1975:56) refere: “*O bom nome de uma família compunha-se de muitos fatores semi articulados*”. O autor frisa os valores estruturais apresentados à sociedade, enaltece a preocupação da união e a presença do líder de família que se preocupava com o bem-estar de todos os seus familiares, noção que ainda se mantém no ambiente dos praticantes de caça. Esta constatação decorre de evidências empíricas presenciadas por nós no nosso trabalho de campo. O caçador, quando é turista, assume a ética e respeita o lugar de destino turístico de caça.

Ora, a evolução das famílias modernas, exige cada vez mais a dissolução de uma vida coletiva intensa. Este paradigma esbate-se quando as famílias se predispõem a partilhar atividades conjuntas, como é a atividade cinegética. Outrora, a matriz das grandes famílias tracionais e senhoriais, permitia perpetuar as tradições face à caça, envolvendo desde o petiz de tenra idade ao patriarca da mesma. Alertados, desta forma, para o desenvolvimento dos territórios e para uma questão transversal da economia familiar, associar o prazer da convivialidade da caça com a utilização dos tempos livres é, para

muitos praticantes de atividades campestres, de grande interesse. A caça e as variáveis da sua prática prestam-se a este tipo de convívio.

Felizmente que a sociedade tem uma capacidade mutável e ajustável, dando-se conta das perdas e ganhos, assumindo uma nova orientação presencial junto das famílias. As práticas de ar livre são, neste contexto, fundamentais. Os territórios ganham valor com os praticantes de turismo ao ar livre.

Capítulo II - O papel da Caça no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais

Compreenda-se, aqui, a importância da questão do **Interior**⁹ como uma causa nacional, dadas as perdas de natureza socio - económica. Nesta lógica de compreensão sobre o potencial dos territórios, a caça é encarada em muitas municipalidades do Interior como uma vantajosa prática para a sobrevivência digna do mundo rural. A compreensão e o entendimento das dinâmicas destes territórios, traduzem-se nos significantes pilares que os sustentam, porque as estruturas de medidas de política devem orientar-se a cada uma das realidades locais. Vendo-se a caça como uma produção Rural e Nacional, vê-se também uma franca diminuição das assimetrias territoriais, e uma coesão territorial objetiva. Isto acontece porque, em muitos dos lugares despovoados, o aumento das espécies cinegéticas é significativo. O abandono permitiu este aumento dos ativos cinegéticos. Havendo caça, haverá atração para o turismo cinegético.

A busca da autenticidade do mundo rural, define a génese da humanidade e oferece um modo de vida salubre. Não obstante, é no mundo rural que a qualidade produtiva impera com ausência (quase total em alguns lugares) de produtos fitossanitários. Denote-se que sem o mundo rural não há ambiente natural útil às comunidades. No entanto, embora descurado pela evolução tendencial dos ambientes citadinos, não deverá ser menosprezado ou esquecido o desenvolvimento do Interior do Território Nacional. A racionalidade da exploração dos recursos cinegéticos, visa uma perfeita harmonia simbiótica entre o caçador e a caça, porquanto, uma planificação integrada na biodiversidade territorial e do meio natural origina benefícios para o meio ambiente, bem como cria ações de valorização territorial em consonância com as medidas políticas¹⁰.

⁹ Apoiada pela Linha de apoio à Valorização Turística do Interior:
<http://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/financiamento/ficha-informativa-linha-apoio-valorizacao-turistica-interior-abril-2019.pdf> (20.08.2019)

¹⁰DGT (Direção Geral Território): RJIGT Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial,

Em Portugal, verificadas no relatório da DGT que indicam como valorização e crescimento económico dos territórios, esta realidade é muito importante. Dados obtidos no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), indicam-nos que em toda a extensão do território de Portugal Continental existem atualmente cerca de 5055 Zonas de Caça, subdivididas por 2715 Zonas de Caça Associativa (ZCA), 1420 Zonas de Caça Turísticas (ZCT), 915 Zonas de Caça Municipais (ZCM), e 5 Zonas de Caça Nacional. Estas perfazem uma ocupação de cerca de 7 milhões de ha, correspondendo a uma extensão de quase 100% de área possível de ser ordenada. O mapa, bem como o quadro abaixo, são exemplo do potencial cinegético que Portugal tem em toda a sua extensão.

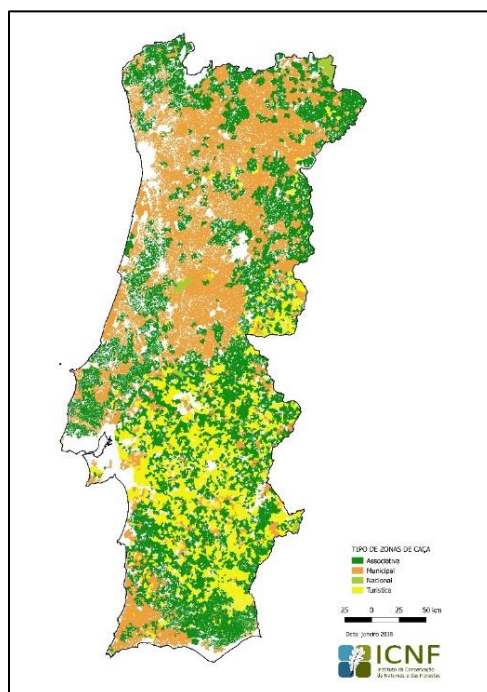


Figura 2-Mapa demonstrativo da distribuição das diferentes zonas de caça em Portugal

Fonte: ICNF-Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

Vista a extensão territorial nacional propensa à prática cinegética, o quadro seguinte é elucidativo, face à área ocupada pelas diferentes zonas de caça. Papel relevante, e em maior destaque é o que se refere às Zonas de Caça Turística.

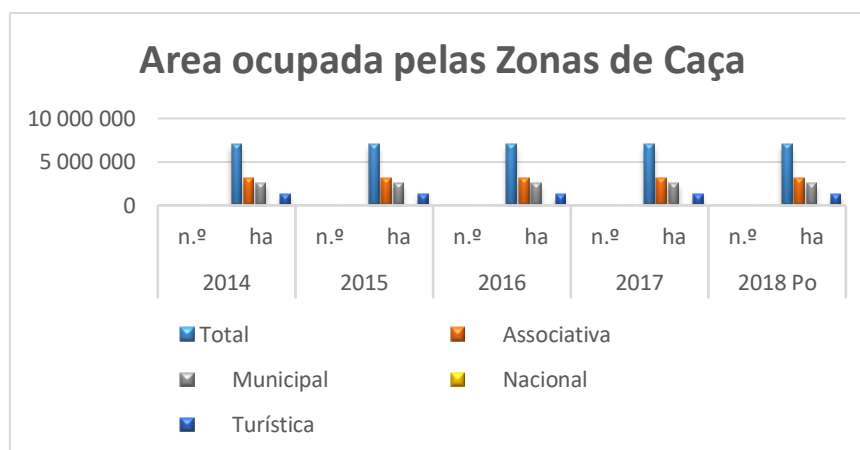


Gráfico 1- Gráfico explicativo da área ocupada pelas diferentes Zonas de Caça em Portugal

Fonte: Elaborado com base nos dados do INE-Instituto Nacional de Estatística

Verifica-se que as dinâmicas territoriais bem como as condições geográficas são favoráveis ao corelacionamento da atividade cinegética com as práticas de desportos de natureza. A atividade cinegética traduz, em média anual, um acréscimo de valor para a economia Nacional na ordem dos 10 milhões de euros diretamente para os cofres do Estado. Contudo, teremos que considerar também toda a logística necessária à prática da caça, onde a **viagem**, o **alojamento**, e a **alimentação** estão intrinsecamente ligados a cada caçador e rondam atualmente cerca de 300 Milhões de euros. Estes números, em dados oficiais, podem ser consultados e atualizados segundo as necessidades dos utilizadores¹¹.

2.1-O papel dos Caçadores na atualidade: Génese e Evolução

Com o distanciamento necessário, a caça encarada como nobre atividade, sempre acompanhou o ser humano na sua evolução. Os caçadores tinham que **“bater”**¹² territórios extensos, independentemente das dificuldades de mobilidade e acessibilidade aos territórios. As civilizações Gregas e Romanas significaram para a Europa um grande avanço do ponto de vista da arte da caça. Diana como Deusa Romana e a sua correlato Grega Ártemis, deusa da caça e protetora da natureza, é para os caçadores o ícone principal, aliada a Santo Huberto (patrono dos caçadores). Numa era em que só os nobres se deleitavam com os prazeres da caça, Aries e Duby (1985:55), argumentam que:

¹¹ www.inia.pt/fotos/editor2/caderno_tecnico_caca.pdf (20.08.2019)

¹² Termo de gíria que todos nós caçadores utilizamos dentro da nossa terminologia específica

“Da natureza esses urbanos apreciavam sobretudo os prazeres (amoenitas); percorriam suas profundezas selvagens, em pesadas expedições de caça, somente para demonstrar "virtude", coragem”.

A Idade Média e os Livros de Horas retratam muito bem o ser humano em confronto com a atividade histórica. Hoje, encaram-se os praticantes da atividade cinegética como sendo amantes da natureza, observando e preservando-a, e não como meros predadores. Entendida como um desporto e não como necessidade aos olhos da sociedade atual, a caça ou é amada ou odiada. Se prevalecer a ética e a moral do caçador coerente, respeitador dos animais e preservador dos seus “*habitats*”, terá certamente futuro. Preservando todos os locais onde é praticada a atividade pode perceber-se em cada ciclo evolutivo que, segundo Marques (2018:13):

“O setor da caça mudou e o caçador evoluiu para um consumidor mais exigente, com novas necessidades, que procura experiências para a vida. Perante esta realidade, deve-se encontrar a melhor abordagem. Para isso, temos de conhecer bem este consumidor. Neste capítulo a tecnologia deve ter um papel importante ao nível dos conteúdos, formas de acesso e organização da oferta.

O ser humano responsável que caça, contribui para a procura, preservação e manutenção das espécies cinegéticas existentes, possibilitando-lhes uma alimentação regrada e equilibrada, como são, os casos dos bebedouros e *habitats* aproximados ao seu meio natural e existencial. Estas práticas são muito relevantes para o equilíbrio e biodiversidade dos meios naturais mais sensíveis. Contudo, a evolução dos tempos fez com que olhemos para a questão da preservação como uma ponte de alavancagem dos territórios rurais e como forma de contributo para a economia local, sustentabilidade do ambiente e da biodiversidade da fauna e da flora.

Numa sociedade evoluída e rendida às novas tecnologias, que seguram em frente dos monitores os jovens que outrora acompanhavam os seus pais ou familiares diretos no exercício da caça (desde tenra idade), sobressai o distanciamento dos mesmos em relação a este tipo de atividade humana.

Porém, o exercício físico que é conciliado com a prática da caça, permite aos jovens ter alternativa ao sedentarismo a que estão sujeitos. De acordo com Machado (2011:13)

“O nível de atividade física nas crianças tem demonstrado que a tecnologia tem ganhado espaço no mundo das crianças e adolescentes vem diminuindo a atividade física na infância e adolescência. As crianças e adolescentes vem se tornando cada vez mais sedentárias por hábitos como assistir televisão, jogar vídeo game, usar computador”.

O contributo negativo para o desfasamento verificado, e à semelhança de outros fatores, a redução de alguns espécimes atacados por doenças, são entrave à sua presença física. A consequente desmotivação dos que os caçam, quando são espécies escassas, empobrece o setor.

Outra forma de empobrecer a atividade tem origem na opinião muito básica, enraizada na sociedade mais tradicionalista, sobre o que é a caça. Esta atitude desvanece a preocupação dos que estudam esta matéria e que defendem a boa gestão dos ativos cinegéticos, a conservação da natureza e a biodiversidade. Os estudiosos da caça têm também um papel pedagógico na sociedade. Os jovens, não se podem alhear do que os rodeia, assim como devem ter um papel preponderante na preservação da natureza, sendo um dever moral a preservação continuada, e segundo Peres (2011:40):

“O único dever moral do homem para com a Natureza é preservá-la no seu estado mais primitivo e puro, não interferindo nos seus processos, atribuindo-se à Natureza capacidade autoregenetativa para repor todos os desequilíbrios que possam advir no seu seio”.

É neste capítulo que, se os defensores de uma caça planeada e ética, não conseguirem impor a sua visão sobre os que sendo “**anti-caça**” colhem e ganham argumentos para combaterem a caça responsável, devem esclarecer as comunidades locais e suas populações que os usos e costumes rurais demonstram a constante presença da caça ao longo da história desses territórios.

Felizmente, que os resilientes do ambiente rural, tendem em manter esta nobre arte que, como já se referiu anteriormente, suscita bons episódios de convívio e de confraternização, atraindo as camadas jovens que, curiosas, procuram nesta atividade algo que os coloque na natureza sem ser meramente pela fruição passiva da mesma.

O repúdio gerado pelos defensores “**anti-caça**”¹³, contra a sua importância na sociedade não poderá contribuir para o afastamento dos jovens, pois a caça pode e deve ser praticada de uma forma respeitosa, tendo como missão a preservação da natureza e da biodiversidade, numa interação permanente entre o ser humano e o ambiente onde se integra. O combate aos despovoamentos e à desertificação também passa pela valorização do Turismo Cinegético e da economia local e regional que esta atividade catalisa.

A questão do uso da arma de caça pelos jovens é, ainda, a parte mais sensível do tema. Porém, contra os que entendem que os jovens têm dificuldade em manifestarem maturidade no manejo de armas, a legislação¹⁴ atual teve em conta essa problemática. Por isso, só é autorizado aos jovens com menos de 18 anos Artº 19-A da Lei 50/2019-07-24, o manejo das mesmas na presença de adultos responsáveis. Só com a maioria poderão ter autonomia nesta matéria.

A utilização posterior de armas de caça deve ter sempre presente o fator responsabilidade. Como se demonstra, a regulação jurídica deve ser sempre considerada em qualquer discussão sobre a validade da caça como atividade humana. É um enquadramento que, a ser seguido, contribui para um segmento de entretenimento e lazer tradicional, e como mostram as estatísticas, em constante renovação.

2.1.1-Igualdade de género na Caça

A renovação no ambiente da caça também se deu na relação entre os géneros. Presente na Constituição da República Portuguesa de 1976¹⁵, o princípio da igualdade é um dos pilares base neste capítulo.

O Artº 13, pontos 1 e 2 da mesma refere que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei sem qualquer razão racial ou de sexo. Num mundo até há poucos anos frequentado quase só por homens na prática da caça, verifica-se atualmente um crescendo de senhoras caçadoras. A caça, à semelhança de outros desportos, é aberta

¹³ Termo de gíria que todos nós caçadores utilizamos dentro da nossa terminologia específica

¹⁴ A presente Legislação, determina a segurança e manuseamento das armas e munições por pessoas habilitadas. Lei 50/2019, 2019-07-24 – DRE-<https://dre.pt/application/eli/lei/50/2019/07/24/p/dre> (12.07.2019)

¹⁵ Determina a igualdade de direitos e dignidade social em Portugal, <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf> (21.08.2019)

e para todos. Devemos considerar que a presença de mulheres nas jornadas cinegéticas, tornar-se-á um fator importante na medida em que a sua participação acrescenta valor através da sua visão mais racionalista. Já referido anteriormente, Diana a deusa da caça é prova simbólica e cabal dessa intervenção na prática cinegética pela abordagem feminina. A mulher assumiu um papel importante na sociedade, colocou-se em igualdade entre os pares, e Borsa e Feil (2008:04), citando Osório para desmistificar a diferença entre homens e mulheres argumentam que:

“os papeis de homens e mulheres já não se vinculam mais à identidade sexual e sim à condição humana e suas circunstâncias(....).Atribuir à mulher um papel de cuidar do lar e ao homem o de prover o sustento da família são só é um modelo arcaico que remonta às origens do processo civilizatório como soa hoje em dia um estereotipo tangenciando o ridículo”(Osório,2002).

Vale a pena enfatizar, que na caça, e pelos relatos investigados durante o tempo de trabalho de campo, as mulheres são respeitadas e tomam-se como referências das boas práticas. Se a igualdade faz parte da prática da caça, ela está igualmente presente na componente gastronómica. A caça deve ser respeitada e inclusiva. Como atividade essencialmente rural, é indispensável ao desenvolvimento desses territórios, onde todos sem exceção, têm um papel preponderante conforme o direito que é salvaguardado pela Constituição Portuguesa¹⁶. Nesta lógica, o empreendedorismo neste setor, vai desde a prática da caça propriamente dita, e abrange toda a fileira da economia; fatos ou indumentárias utilizadas; utensílios e ferramentas. Os bens e serviços são, por isso, integrados nesta fileira.

2.2-O Contributo dos Caçadores na prevenção e conservação da natureza

¹⁶ A Constituição Portuguesa através do Artº 9º Tarefas Fundamentais do Estado, alínea h) Promover a igualdade entre homens e mulheres. A Lei 62/2017,2017-08-01-DRE : https://dre.pt/pesquisa/-/search/107791612/details/maximized?print_preview=print-preview (21.08.2019),remete através do Artº 8º no nº 3 para a Comissão para a Cidadania e a igualdade de Género a elaboração anual sobre a execução desta. Não obstante a U.E através do programa europa.eu reforça a Igualdade entre Homens e Mulheres: http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_2.3.8.pdf (21.08.2019)

A caça outrora praticada, é vista hoje, não da forma arcaica de matar para sobreviver, mas como mais que isso. A caça pode ser consentânea com a conservação da natureza e com a sociedade, e é inspiradora para a Arte. A história das artes, desde a pintura e escultura até à fotografia e cinema, tem a caça como tema recorrente.

A atividade cinegética, é um elo de ligação humana à natureza, pois é praticada ao ar livre e em espaços silvestres. Com os conhecimentos adequados, aqueles que dela disfrutam, podem contribuir para uma melhoria dos recursos naturais, com a consciência de que a preservação é valor acrescido e garantia da sua continuidade. A figura seguinte é o resultado da nossa visão sobre a intervenção que os participantes da atividade cinegética podem ter.

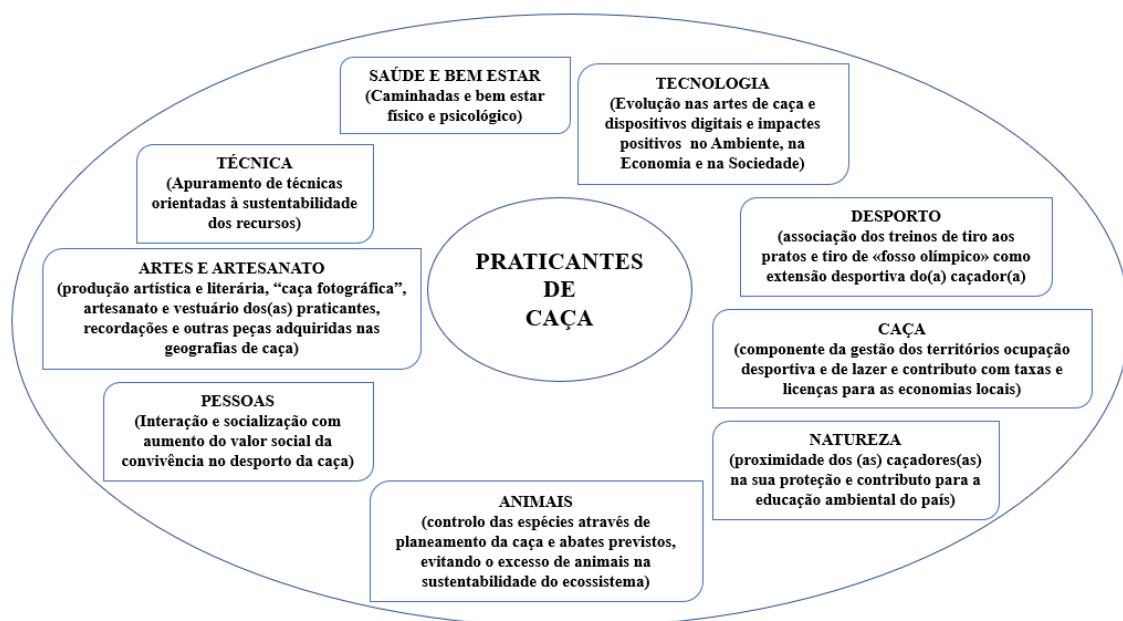


Figura 3: Multidisciplinaridade da prática da Caça

Fonte: Elaboração própria

A caça é uma área multidisciplinar, que abarca académicos, investigadores e praticantes apaixonados. Os conhecimentos de caça e da cinegética no seu todo, são obtidos pela base da experiência “*in situ*”. Analisam-se, avaliam-se e antecipam-se movimentos e reações dos animais, numa lógica de aprendizagem sobre a vida animal e sobre a natureza.

Considerada por muitos como um desporto, por outros como uma simbiose do homem com a natureza, certo é que merece continuidade. As marcas deixadas ao longo dos tempos, revelam que a sociedade tem presente traços deixados pela natureza. Silva et al... (2015:10) refere que:

“O atual modelo de civilização, totalmente desvinculado do ambiente, mostra a dificuldade na percepção e de atitudes conservadoras, devido ao distanciamento e o desconhecimento. A partir do momento que se toma conhecimento sobre o ambiente, é possível respeitá-lo. Para que se possa perceber, é preciso que exista interesse no objeto de percepção, e isso se dá através do conhecimento do mesmo, da cultura, do valor e da ética, por isso varia de pessoa para pessoa. Como no caso do meio ambiente, cada pessoa possui uma percepção diferente”.

Em termos económicos, o contributo das atividades de exploração da fauna selvagem destinada à caça, fará com que a biodiversidade fique equilibrada quando existe uma gestão integrada.

As tabelas abaixo, indicam o contributo para a economia nacional através dos caçadores registados. Apesar de serem em número reduzido, têm um papel importante para a gestão integrada da natureza e para a questão da sustentabilidade dos territórios e das espécies.

Época venatória	2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015		2015/2016		2016/2017		2017/2018	
	n.º	1000 Euros	n.º	1000 Euros	n.º	1000 Euros	n.º	1000 Euros	n.º	1000 Euros	n.º	1000 Euros	n.º	1000 Euros
Tipo de Licença														
Total	137 121	5 866	132 799	5 789	124 855	5 581	119 946	5 341	116 029	5 173	121 606	5 795	124 499	5 941
Não residentes	1 160	116	1 137	118	1 292	138	1 274	136	1 622	173	1 811	195	1 984	197
Nacional	1 160	116	1 137	118	1 292	138	1 274	136	1 622	173	1 811	195	1 984	2 751
Residentes	135 961	5 750	131 662	5 671	123 563	5 443	118 672	5 204	114 407	5 000	119 795	5 601	122 515	5 744
Nacional	55 114	3 317	49 924	3 118	46 049	2 955	43 184	2 777	41 750	2 674	41 724	2 712	42 088	2 751
Regional (Regiões Cinegéticas-RC)	80 847	2 433	81 738	2 553	77 514	2 487	75 488	2 427	72 657	2 326	78 071	2 889	80 427	2 993
1ªRC	27 193	818	27 508	859	26 390	847	25 877	832	25 224	808	26 934	997	28 616	1 065
2ªRC	19 029	573	19 421	607	18 374	590	17 796	572	17 076	547	18 191	673	18 103	674
3ªRC	11 202	337	11 225	351	10 338	332	9 688	311	8 966	287	9 666	358	10 067	375
4ªRC	20 616	620	20 735	648	19 669	631	19 359	622	18 783	601	20 235	749	20 473	762
5ªRC	2 807	84	2 849	89	2 743	88	2 768	89	2 608	84	3 045	113	3 168	118

Tabela 1-Tabela explicativa do contributo dos Caçadores em Portugal até 2017/2018

Fonte: Adaptação pelos dados do INE

Na consulta dos dados, observamos o declive acentuado na diminuição de praticantes da caça, realidade cada vez mais presente no contexto nacional. Conforme demonstra a tabela abaixo, indicado pelo INIAV¹⁷ na revista “Silva Lusitana- Cadernos Técnicos” (2017:9) constatamos que:

¹⁷ INIAV-Instituto Nacional de Investigação Agrária e Sanitária

“O número de caçadores com licença de caça tem vindo a diminuir acentuadamente de ano para ano, cifrando-se atualmente em pouco mais de 110.000 (ICNF). Este fator está associado à idade avançada dos caçadores, verificando-se que apenas 14% têm idade inferior a 40 anos (idem), o que configura a continuação da situação de declínio, caso não se cativem jovens e turistas para esta atividade”.

Refere também aquela fonte de informação em sentido positivo, que esta diminuição poderá significar um maior valor para a gestão orientada, porque uma diminuição da pressão sobre os efetivos, é explicada do seguinte modo:

“o decréscimo de caçadores poderá converter-se numa oportunidade de gestão mais sustentável para as populações cinegéticas, diminuindo a pressão exagerada sobre algumas delas e, em simultâneo, ser um incentivo para uma gestão mais orientada para a rentabilidade económica e para a sustentabilidade das populações silvestres”.

Neste caso, as condições de gestão integrada dos ativos e da sua envolvente natural e cultural são mais favoráveis.

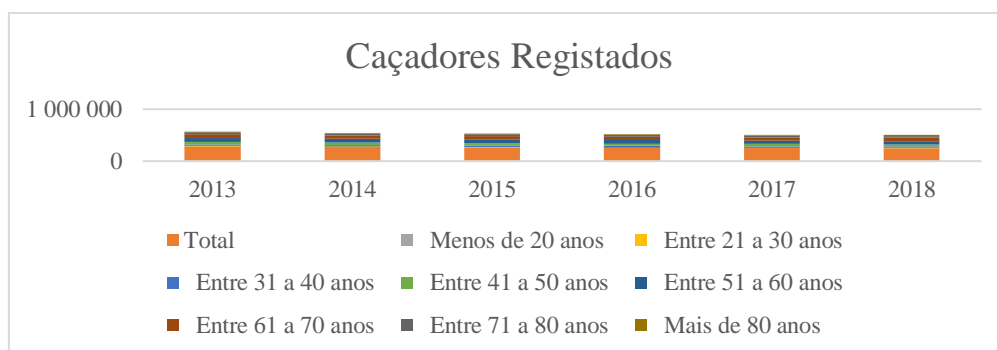


Gráfico 2-Gráfico elucidativo do número de caçadores até 2018

Fonte: Elaborado com base nos dados do INE-Instituto Nacional Estatística. **Nota:** Outros dados relativamente ao número de licenças de caça, poderão ser consultados no portal do ICNF¹⁸.

¹⁸ Nesta linha de orientação, remetemos para este link, para melhorar a veracidade dos dados: <http://www.icnf.pt/portal/caca/principais-indicadores/resource/doc/Principais-Indicadores-v2.pdf> (21.08.2019)

No contexto em que nos encontramos, os caçadores tendem a diminuir em número, face aos aumentos de taxas e restrições na obtenção de licenças para caçar. As limitações colocadas à obtenção e propriedade de armas de fogo estão cada vez mais rígidas. Contudo, os resilientes são importantíssimos para a regulação da fauna, que em algumas espécies, se não forem controladas, tornam-se numa praga com doenças possivelmente contagiosas, como é o caso do javali. Da experiência de caça, sabemos de diversos casos deste tipo.

2.2.1-A Caça na Expressão Artística e Desportiva


A caça, como se argumentou antes, é também, uma forma social de entretenimento e lazer e, neste contexto, também reveste de tema para as expressões artísticas. Neste sentido, enquadram-se também as várias modalidades e disciplinas de Tiro praticadas em Portugal e consideradas a nível Olímpico¹⁹. Disciplina esta que requer perícia e destreza na sua prática tal como na prática da Caça. Contemplada e interpretada como uma “ARTE”, a Caça, sempre foi representada por artistas que ao serviço das cortes, retratavam cenas de Caça. Nos finais do sec. XIV, princípios do séc. XV, verificou-se uma evolução artística dirigida para o gótico internacional, onde surge com maior incidência a representatividade de elementos relacionados com a natureza. Surgem então os Livros de Horas, de leitura privada e distante dos olhares públicos. “O livro de Horas do Duque de Berry²⁰” é célebre. Vejam-se as ilustrações apresentadas no “**Le Livre de la Chasse**” de Gaston Phébus, e noutras obras de muitos criadores de artes visuais inspirados por tão nobre saber. Documentaram a nossa história da caça ao longo dos séculos, e fizeram-nos deparar com interpretações entusiastas face à capacidade criativa de cada autor ou pintor para transmitir às suas obras, as dinâmicas grandiosas que a atividade da caça tem. Toda a envolvência da caça necessita de profissionais especializados, que se dediquem ao treino, ao ensino e ao cuidar dos auxiliares da caça – os cães - e das “aves de rapina” que desempenham, nas condições adequadas, o seu papel. Vejamos a graciosidade com que Miguel Torga, famoso Escritor e Caçador descreve as suas passagens de caça no livro




¹⁹ Este regulamento estabelece orientações para a prática de Tiro Desportivo: http://www.fptac.pt/Regulamentos/REGULAMENTO_TRAP.pdf (21.08.2019)

²⁰ Esta apresentação, é um retrato fiel da época vivenciada, onde se sublinha o mês de dezembro que está relacionado com a temática aqui tratada e desenvolvida: <http://www.sabercultural.com/template/slides/Les-Tres-Riches-Heures.pps> (17.09.2019)

“Bichos” (1995:14) : “A farejar-lhe o rasto, conhecera a terra de lés-a-lés. Até missa ouvia aos domingos, coisa que nenhum cão fazia”. Esta forma de representação da ligação do Caçador com o seu cão, condensa um misto de movimentos e sensações que, quando interpretadas e vivenciadas, esclarecem os mais cétricos sobre a relevância da caça na Cultura de uma Comunidade. A paixão demonstrada pelas vivências da caça e do campo, pode ser facilmente pintada, transformando esses relatos em belos quadros de pintura.

Esta abordagem artística da caça constitui um momento de entretenimento em atividades de turismo cinegético, e pode ser utilizada para a sensibilização dos públicos que não estejam muito familiarizados com a atividade e sua expressão social, artística e estética. Na tabela abaixo, estão várias representações alusivas à atividade cinegética e da caça, fazendo jus à iconografia da prática venatória, enaltecendo o caçador, os fiéis companheiros e até a grandiosidade das reses caçadas. Repare-se também na fiel representação elevada à religiosidade através da figura inspiradora da Deusa Diana, a Caçadora. Patrona dos caçadores que, com a sua ascensão sobre as espécies de caça, é um símbolo incontornável.

Obra	Tipologia	Caraterização	Comentários
Representação dos caçadores “Diana a caçadora-Museu do Louvre	Escultura em mármore séc.2 d.c	 <p>https://www.google.com/search?q=museu+do+louvre%2Besculturas+de+ca%C3%A7a&source=images&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiv6oOT-djkAhXSDGMBHVC0AKoQ_AUIEigB&biw=1280&bih=891#imgsrc=zyqRIcTGVrvO1M: (17.09.2019)</p>	<p>Esta escultura representa a deusa caçadora, com um corço aos pés. Mitologia referente à deusa protetora dos caçadores vinculada à natureza Preservadora dos animais jovens, orientada para a proteção da juventude. O que nos leva a crer na perpetuação da juventude na caça, bem como a preservação das espécies.</p> <p>Prazerosa no modo de vida, enaltecia a caça como muito outros Deuses.</p>

Representa um caçador na era medieval	Escultura	 <p>https://www.guiadacidade.pt/pt/poi-museu-de-caca-e-arqueologia-285681 (17.09.2019)</p>	Caçador monteiro, acompanhado com seu cão, numa cena de caça. Atividade nobre onde se pode observar a simbiose entre humano e cão, funcionado como extensão um do outro. Veja-se a grandeza da postura do caçador aqui retratada, olhando para o horizonte de forma a vislumbrar grandes áreas e a movimentação da caça.
Cena de caça ao veado, por Paul de Vos (1916-2006)	Pintura	 <p>https://www.google.com/search?q=museu+do+prado+obras+sobre+ca%C3%A7a&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi5zciY9djAhULBGMBHShACZ0Q_AUIEigB&biw=1280&bih=891#imgsrc=DPLmax_pOg3OfM: (17.09.2019)</p>	A imponência do veado, a debater-se com uma matilha de cães poderosíssima, reflete a modalidade de caça de montaria. As matilhas utilizadas, são previamente treinadas e instigadas a chegar onde o homem não consegue. Os veados a par com o javali são tidos como trofeus de caça maior. Quanto maior forem as hastes do veado ou os dentes dos javalis, melhor serão os trofeus.
Cena de caça ao javali por Frans Snyders (1579-1657)	Pintura	 <p>https://www.google.com/search?q=museu+do+prado+obras+sobre+ca%C3%A7a&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi5zciY9djAhULBGMBHShACZ0Q_AUIEigB&biw=1280&bih=891#imgsrc=fCX1P_ZxtWvLAM: (17.09.2019)</p>	A ferocidade de uma matilha de cães, no agarre de um javali, que se debate até perder as forças e acabar por sucumbir. Animal tenaz das nossas florestas, permite lances majestosos de caça, e quanto maior for, maior será a necessidade de um grande número de cães para o segurar.

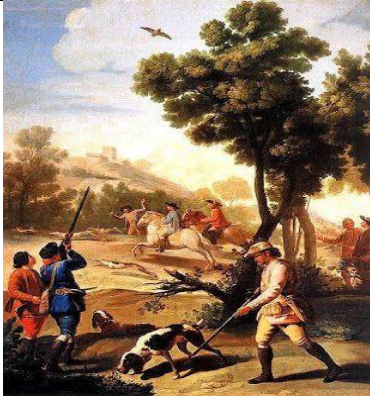

Cena de partida para uma jornada de caça por Goya	Pintura	 <p>https://www.google.com/search?q=museu+do+prado+obras+sobre+ca%C3%A7a&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi5zciY9djAhULBGMbHShACZ0Q_AUIEigB&biw=1280&bih=891#imgsrc=fCX1P_ZxtWvLAM; (17.09.2019)</p>	<p>Partida de caça, onde verificamos a modalidade de batida a cavalo com o auxílio apeado de cães e batedores. Presente está o convívio que até aos nossos dias se mantém nas jornadas de caça. A relevância que o cão tem no auxílio da procura do rastro deixado pelos animais a perseguir é evidente. São designados por cães de rastro ou pisteiros, ao que aparentemente ressalta um Beagle Inglês, devido à sua coloração ser tricolor.</p>
Cena representativa de caça ao veado com auxílio de matilhas	Pintura	 <p>https://www.google.com/search?q=Comment+le+bon+veneur+doit+chasser+et+prendre+le+cerf+%C3%A0+force+Biblioth%C3%A8que+nationale+de+France&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj8pISokNjAhUj8uAKHbunAUMQ_AUIEigB&biw=1280&bih=891 (17.09.2019)</p>	<p>A elevação da prática de caça aqui representada, é razão de que o Veados é das mais nobres espécies cinegéticas até hoje caçadas. O remate final da caça abatida torna-se no jubilo ou mesmo triunfo dos caçadores e dos cães.</p>

Figura 4- Conjunto de obras de Arte alusivas e representativas da Caça

Fonte: Elaboração própria, com base nas imagens referenciadas no link's

Na tabela abaixo estão mencionados alguns Museus e espaços dedicados à caça que transmitem a evolução e existência de muitas espécies faunísticas caçáveis. São exemplos das boas práticas, de memoriais sobre a Caça e do respeito que se mantém pelas práticas cinegéticas e pela Caça.

Museus	Tipologia	Caraterização	Comentários
Falcoaria Real de Salvaterra de Magos	Arquitetura Pombalina	Datada do Sec XVIII https://www.falcoaria.pt/pt/falcoaria/falcoaria-real/o-edificio Abriu ao publico em 2009 até ao presente	Contextualiza a cultura de caça da época, com a sua expressão artística valoriza a caça e a arte da Falcoaria em Portugal, atualmente considerada Património Cultural Imaterial da Humanidade em dezembro de 2016
Museu da Caça de Vila Viçosa	Arquitetura	Representa um núcleo museológico importante dada a qualidade e quantidade dos objetos e trofeus de caça: https://www.allaboutportugal.pt/pt/vila-vicosa/cultura/museu-da-caca	É detentor de um espólio de armas gentílicas oferecido ao rei D. Carlos em 1907, integra inúmeras carabinas de caça e um grande espólio representativo da biodiversidade faunística de Portugal e outros.
Museu da Caça no Barrocal	Arquitetura	Fundada em 2001, com sede na antiga escola primária do Barrocal, aberto até ao presente Materiais relacionados com a temática da caça http://www.terraruiiva.pt/2016/11/27/museu-da-caca-no-barrocal-aberto-quiser-visitar/	o “Museu da Caça”, onde se encontram vários objetos relacionados com esta temática, e que pode ser visitado por quem tenha interesse.
Museu da Caça e Pesca de Aveiro/Vouga	Arquitetura	Edifício com espólio de fauna cinegética e não cinegética http://roteiromuseus.ccdrc.pt/museu_ficha.aspx?idMuseu=14&tipologia=8	Situado num edifício junto ao lago do Parque Municipal Infante D. Pedro, o Museu apresenta espécies cinegéticas e não cinegéticas da zona lagunar – caça maior –, bem como utensílios utilizados, no passado, no exercício da caça. Mostra, ainda, exemplos de gestão cinegética; e como a caça é compatível com o meio ambiente.

Tabela 2- Alguns Museus visitáveis sobre a temática da Caça

Fonte: Elaboração própria conforme pesquisa demonstrada no quadro

2.2.2-Direitos e liberdades do Caçador

Numa sociedade de Estado de Direito, todos os seres humanos são detentores de liberdade e igualdade. A Declaração Universal dos Direitos do Homem²¹ assim o define. Não obstante estes direitos, toda/o aquela/e que decida ser caçadora/caçador, tem como “chapéu” a Lei nº173/99 de 21 de setembro capítulo IV²², que disponibiliza uma panóplia de regras, deveres e direitos face à prática da atividade cinegética e ao exercício da caça em Portugal. A ética deverá estar presente nos praticantes do ato venatório como uma constante, ajustada à realidade atual.

A caça hoje merece o mesmo ou mais respeito do que outrora. Podemos aplicar a máxima “Caçador formado, é Caçador informado”. Consciente dos seus deveres e atos, ele tem como missão assumir as suas responsabilidades e cultivar nos seus pares as boas práticas e o respeito por aquilo que a natureza lhes dá. Numa ótica de preservação da natureza e da sua biodiversidade, aquele que mais caça nem sempre se torna o melhor caçador ou defensor das espécies. Regidos pela ética responsável os caçadores, no cumprimento do

²¹ <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> (21.08.2019)

²² Determina as leis de base da caça, bem como a sua conservação e princípios reguladores da atividade cinegética: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/558207/details/maximized> (22.08.2019)

dever e da preservação, deverão ter um papel ativo e participativo com as academias de estudos, quer turísticas quer sanitárias e civilizacionais. Munidos de toda a documentação obrigatória para exercer os seus direitos na atividade cinegética²³, que passam indubitavelmente pela habilitação legal vigente em Portugal: a carta de caçador, a licença de caça, o seguro de responsabilidade civil, o livrete de uso e porte de arma adequada ao tipo de caça praticada, toda a documentação da sua ou suas armas (livrete de manifesto), cartão do cidadão ou passaporte e respetiva segurança no transporte até ao local da prática do ato venatório, são deveres que não poderão ser descurados. Estes documentos são sinónimo de responsabilidade social do praticante de Caça.

A demarcação do caçador exímio dos demais caçadores, denota-se na capacidade de ele lidar com adversidades no terreno e no ambiente social. A propósito, Águedo de Oliveira (1992:01) dizia sobre o seu perfil:

“Devia ser impassível nos falhanços e desaires, calmo nos sucessos, ausente de preocupações de número, atirando bem, mas com desprendimento e afectando, pelo menos, desinteresse, mas atento aos outros; distinto sempre. Nem sofreguidão no tiro nem cobiça nos resultados”.

A caça sem a sofreguidão e sem cobiça deve ser encarada pelo contrário como uma questão prazerosa e salubre, como refere Ortega Y Gasset (1989:99):

“Não é, pois, andar e andar, subir penhascos, descer valas e barrancos, silenciar os passos, ter paciência ...”

As caminhadas na caça são percursos de encontro do Homem com a Natureza.

É uma questão de atenção contínua ao que se move em redor, em que todos os passos são milimetricamente calculados, prevalecendo a responsabilidade de ver e ser visto. Ortega Y Gasset (1989:99) diz que:

“Há um dos sentidos do caçador que em todos os instantes tem que actuar infatigavelmente. Este sentido é o da vista. Olhar, olhar e voltar a olhar; a toda

²³ Toda a documentação necessária é esclarecida pelas autoridades fiscalizadoras em-
http://www.gnr.pt/Cons_NA_Caca.aspx (22.08.2019)

a hora, em todas as direções e em qualquer circunstância. Olhar conforme se vai andando; olhar nos momentos de descanso “.

Não obstante a ênfase colocada pelo caçador ante a Natureza, Ortega Y Gasset (1989:82) também argumenta que:

“O caçador melhor treinado de hoje não pode nem de longe comparar-se à aptidão na atuação silvestre do pigmeu actual ou do seu congénere, o Paleolítico remoto”.

Podemos partilhar este pensamento com o seu autor. Qualquer caçador é sempre um homem alerta e desperto para sons e movimentos existentes nos ambientes rurais e de natureza. Faz parte do ritual da caça a integração do ser humano, camuflando-se com a Natureza que o envolve. O fato do caçador é, por isso mesmo, o reflexo cromático dos verdes e dos castanhos da Natureza. A humanização da caça é, portanto, um processo civilizacional que, todavia, reflete também, cada época histórica. A caça no Neolítico e a caça no período do Barroco são atividades iguais em contextos culturais diferenciados. Do mesmo modo, atualmente, a caça faz parte do contexto da sustentabilidade ecológica.

Capítulo III - O Conhecimento científico das espécies cinegéticas e seu valor social

Numa crescente preocupação com a biodiversidade natural, assente na preocupação adaptada às circunstâncias atuais, o conhecimento aprofundado das espécies cinegéticas é primordial. Contudo, o apoio da gestão direcionado para as populações cinegéticas, traduz-se num conhecimento continuado e específico²⁴ no terreno.

Nas zonas de caça (ZC), a promoção de uma gestão cinegética equilibrada, assegura a sustentabilidade das espécies, permitindo a obtenção de uma rendabilidade económica para as mesmas. É através do conhecimento científico aprofundado, que o combate das doenças e vírus presentes nos animais propensos à atividade cinegética, nos aproxima aos

²⁴ Reforça-se através do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária que “A cinegética pode, e deve ser usada como ferramenta de apoio à gestão das populações de animais selvagens, contribuindo para o equilíbrio dos ecossistemas, a promoção da biodiversidade e para uma ocupação territorial”.

resultados pretendidos pelos que os investigam e, nomeadamente pelos caçadores. A componente científica da Academia é, aqui, muito importante.

Despertos e conscientes da diminuição de algumas espécies cinegéticas, os caçadores devem ser os elos de ligação dentro da sociedade, de forma a constituírem um importante auxílio à preservação e erradicação das doenças que as minimizam. As ações levadas a cabo para a melhoria e expansão da diversidade e densidade das espécies, deverão ser centradas na envolvimento de todos os *players* do setor.

Já referido anteriormente, a caça tem um peso significativo no campo económico/financeiro do país e em especial no contexto rural. Contudo, a sua manutenção está dependente de um equilíbrio ecológico nos *habitats* proporcionando oportunidades para o setor da caça. Neste sentido, o Protocolo de constituição do Centro de Competências para o Estudo, Gestão e Sustentabilidade das Espécies Cinegéticas e Biodiversidade, posteriormente mencionado por (CCPEGSECB)²⁵, refere 6 pontos estruturais para o setor da caça, sendo:

- *A evolução da prática da exploração cinegética e da caça, de acordo com os princípios do **desenvolvimento sustentável** e o desenvolvimento de práticas de **gestão de territórios rurais**, promovem a **preservação do ambiente natural e a biodiversidade**;*
- *O ordenamento e a gestão cinegética deverão assegurar a **preservação de espécies com estatuto de conservação**, contribuindo para o incremento de populações estáveis;*
- *A **exploração cinegética e a caça** potenciam o **desenvolvimento socioeconómico do meio rural**, nomeadamente em áreas do território com baixa densidade populacional, devendo, por isso, constituir **instrumentos prioritários no combate à desertificação**;*
- *A gestão cinegética deve ser acompanhada por programas de investigação sistemáticos, que promovam a monitorização das populações cinegéticas, e de outras espécies selvagens em simpatria, que reforcem o conhecimento dos aspetos ecológicos, demográficos, reprodutivos e sanitários subjacentes, permitindo **identificar causas de morbilidade, mortalidade e declínio das populações e, assim, possibilitando a sua sustentabilidade**;*

25

Todas as linhas orientadoras deste centro de estudos, servem de pilar para o desenvolvimento do setor da caça e nomeadamente do turismo cinegético e da gestão.

http://www.inia.pt/fotos/editor2/centro_competencias_especies_cinegeticas_e_biodiversidade.pdf
(22.08.2019)

- *O conhecimento científico sobre as espécies cinegéticas é essencial para gerar estratégias que mitiguem o impacto de agentes patogénicos, bem como os efeitos exercidos pela perturbação antrópica elou pelas alterações climáticas, com vista ao aumento da rentabilidade da sua exploração, e da qualidade e segurança dos produtos delas derivados, protegendo, em simultâneo, outras espécies selvagens, as espécies domésticas e o Homem;*
- *O desenvolvimento de **projetos de reintrodução** de espécies cinegéticas historicamente extintas no território nacional (por exemplo, a perdiz-cinzenta) e de outras, entretanto regressadas ao território nacional (por exemplo, a cabra montês) constitui uma oportunidade **para a conservação, gestão cinegética sustentável e um estímulo à preservação da biodiversidade.***

Ora, o conhecimento das potencialidades dos recursos cinegéticos, bem como da biodiversidade, aumenta a consciência da sociedade para a relevante questão das boas práticas da gestão dos territórios do mundo rural. Nesta dimensão a gestão integrada do território, segundo o Plano Nacional de Ordenamento do Território, e o papel dos órgãos do Estado, criadores e fiscalizadores dos enquadramentos legais, é fundamental.

3.1-A Componente pedagógica da Caça

No contexto social atual, é primordial a aproximação ao mundo rural e ambiental, que tendencialmente poderá mudar hábitos da sociedade. A mudança e as tendências sociais influenciam a evolução dos comportamentos sociais. A caça, vista hoje, deve direcionar-se para a pedagogia e para o conhecimento necessário que promova a sua continuidade. A sociedade tende, cada vez mais, para a procura da sustentabilidade ambiental, económica e social. Branco (2014:02), afirma que:

“A educação ambiental é fundamental para modificar/transformar a mentalidade dos agricultores, pastores, caçadores e a população em geral, para que sejam o principal defensor das espécies cinegéticas e que a caça pode contribuir positivamente para a produção global do sector agrícola, reconhecendo a importância do controlo e gestão dos níveis de captura e sua contribuição para a continuidade das populações.”

A caça responsável impõe planificação, organização e imposição de liderança, características que são transmitidas com mestria e saberes adquiridos entre gerações, em

que o gosto pela atividade cinegética é transversal a todos os indivíduos. Verifica-se, hoje, a necessidade de acentuar as boas práticas para com a natureza e, implicitamente, com a atividade cinegética. Neste sentido Branco (2014:03) refere que:

“Uma boa prática da atividade cinegética, assenta numa consciencialização das populações/humanidade e uma sensibilização sobre a conservação da natureza, ao favorecer a multiplicação dos fatores da biodiversidade e preservar os habitats naturais, proporcionar ao meio agrário um valor acrescido através do rendimento da atividade cinegética.”

Porquanto, a pedagogia baseada no pilar da consciencialização, torna-se num instrumento importante para o desenvolvimento e perpetuação da caça e dos caçadores, em que essas exigências são tidas em conta. Por isso Branco (2014:03) sustenta que:

“Porém, essa consciencialização exige medidas adequadas de educação dos caçadores e da população em geral, apostando nos valores sociais e sobretudo nos valores ambientais na conservação das espécies cinegéticas, garantindo uma pressão cinegética anual compatível com as exigências da sustentabilidade da exploração, conseguindo assim tirar uma boa fonte de rendimentos e ter um papel importante no processo do desenvolvimento da região aproveitando a riqueza e a variedade dos seus ecossistemas.”

As ações de consciencialização realizadas em Portugal e orientadas, especificamente, para os praticantes da caça são ainda diminutas. Por isso, a aproximação às camadas mais jovens torna-se cada vez mais importante, dado que a nova temática “alterações climáticas”, domina a opinião pública. A prática da caça lida com novas diretrizes orientadas para a defesa e direitos dos animais e para o seu bem-estar, seja na prática da caça, seja nas práticas de atividades inseridas na natureza. A Lei de Bases da atividade física e do desporto (Lei 5/2007, de 16 de janeiro)²⁶, refere no Artigo 3º no número 1, o princípio da ética desportiva, bem como o descrito no Artigo 31º nos números 1e 2, onde é mencionada a atividade desportiva inserida na natureza e aponta as linhas orientadoras, de cariz obrigatório, para as práticas desportivas e de bem-estar da fauna e flora. É um tema a considerar-se, por exemplo em ações de formação orientadas para grupos de

²⁶ Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto- Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro : http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_5_2007.pdf (22.08.2019)

caçadores. Este tipo de iniciativa qualifica o segmento do Turismo Cinegético incorporado no Turismo de Natureza.

3.2-Importância da Gestão cinegética

O ordenamento cinegético em Portugal, com cerca de 30 anos e caracterizado pela triangulação descrita no esquema abaixo, mostra a importância da simbiose a ter para a preservação. A lei nº30/86 de 27 de agosto, veio possibilitar a formação de Zonas de Caça associativas, Zonas de Caça Turísticas, Zonas de Caça Nacionais e Zonas de Caça Sociais. Determinou também limites territoriais para a implementação das ZC, que não deviam exceder 50% do total da área, numa primeira fase com aptidão cinegética e numa outra fase dos conselhos envolvidos, havendo ressalva para condições especiais e particulares. Nesta mesma Lei, é estabelecida a questão das licenças de caça gerais, tendo por base a questão geográfica e residencial. São também criadas licenças de caça especiais face aos meios de caça e espécies a caçar. Neste sentido o Decreto-Lei nº 227-B/2000 de 15 de setembro pela secção III no Artº 69º e seguintes referem os tipos de licença de caça e a sua validade²⁷. Na alínea 3 do artigo 69º reforça que: “*São licenças especiais de caça:*

a) A licença para caça a aves aquáticas;

b) A licença para caça maior.”

Observa-se também a criação da obrigatoriedade para aqueles que caçavam, serem obrigatoriamente detentores da carta de caçador. Todos os interessados em iniciar o ato venatório são sujeitos a exame e provas práticas e teóricas para obtenção da carta de caçador. Este foi um passo muito importante para a regulamentação da atividade da caça. Assim, nos anos oitenta dá-se início à gestão ordenada e controlada da atividade cinegética, através da redução do número de espécies cinegéticas e propensas à não caça, como é exemplo; a Rola-Turca, o Abibe, o texugo e o estorninho-Preto, entre outros. Estas proteções foram, são e deveriam continuar a ser os fatores de controlo para a caça sustentável.

²⁷ Decreto Lei promulgado pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas: http://www.oern.pt/documentos/legislacao/d_dl_dr/DL227-B_2000.pdf (22.08.2019)

Posteriormente em 1999, a anterior lei foi revogada pela Lei nº173/99 de 21 de setembro²⁸, que substitui as ZC Sociais pelas ZC Municipais. Implementam-se restrições face à implementação de ZC até 21 de setembro de 2005, e pela primeira vez naquele ano, reconhece-se o direito à não caça. Alarga-se o acesso à prática da caça por caçadores de menor idade (16 anos), que com a anterior lei era de 18 anos. As orientações feitas para o ordenamento cinegético, tornam a gestão como importante intervenção para a sustentabilidade dos recursos cinegéticos. Nesta lógica da gestão equilibrada dos recursos cinegéticos. Mira *et al* (2007:111), referem que:

“...o factor fundamental de sucesso da gestão cinegética das zonas de caça residirá numa implementação cuidada e diária das medidas de ordenamento, por quem esteja sempre presente no terreno e intervenha de forma atenta e motivada.”

Daqui se conclui que, havendo mais conhecimento académico se torna mais adequado qualquer sistema de ordenamento das espécies (com apoio da Biologia e da Engenharia do Ambiente) e se poderá utilizar uma melhor gestão do espaço natural (com apoio da Geografia e do Turismo Cinegético).

²⁸ Lei de base da caça, revogação em 1999- <https://dre.pt/pesquisa/-/search/558207/details/maximized> (22.08.2019)

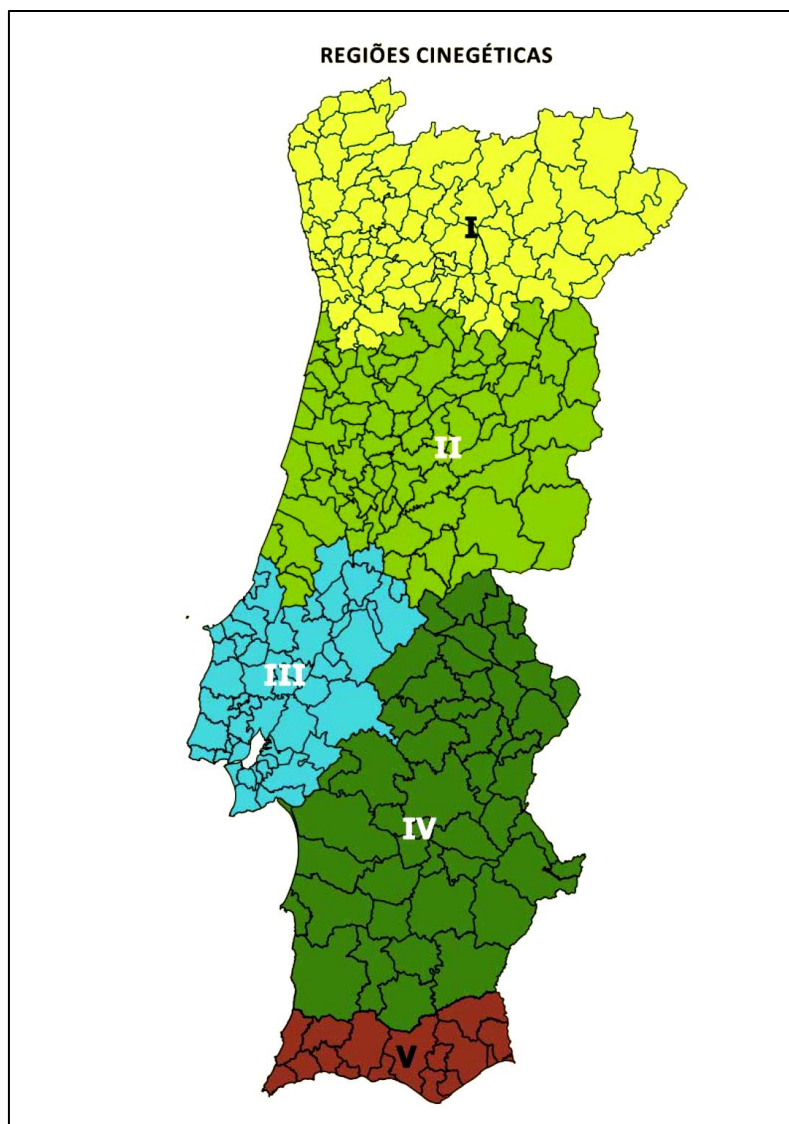


Figura 5- Mapa demonstrativo do ordenamento cinegético, através da divisão por regiões cinegéticas

Fonte: ICNF- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

Numa lógica de ligação do conhecimento com a prática, na atividade do turismo cinegético, a divisão territorial aqui representada não será possível sem a participação ativa dos 3 pilares fundamentais abaixo retratados (recursos cinegéticos – homem - meio). Esta simbiose traduz um acréscimo de valor para os territórios do mundo rural, onde as dinâmicas e as gentes que por lá resistem, são cada vez menores. Cabe aos caçadores e aos decisores sobre o setor da caça manter vivas as tradições e as atividades salubres que envolvam a natureza. Não menosprezando a questão da gestão integrada dos territórios, todos podemos coexistir no mundo rural.

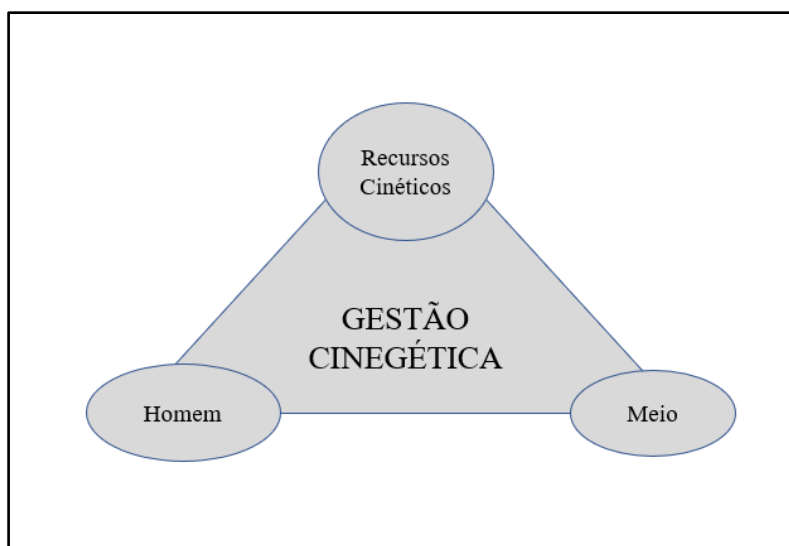


Figura 6- Triangulação centrada nos elementos da Gestão Cinegética

Fonte: Elaboração própria com base em documento do ICNF

Como se compreende da visão e missão do ICNF, a gestão cinegética individualizada é inviável. Logo, os princípios orientadores de uma gestão sustentável, tendem a olhar o turismo cinegético como um segmento auxiliar para o fomento das regiões cinegéticas e dos territórios. Esta forma de olhar a atividade é orientada para a manutenção das populações cinegéticas com uma dimensão, estrutura e distribuição objetiva e indicada para cada fim a que se destina. As épocas de caça que determinem as espécies que se poderão caçar em cada território é, assim, uma questão de gestão integrada.

3.3-Ordenamento cinegético em Portugal

Antes mesmo de iniciar a abordagem sobre o ordenamento cinegético, importa sustentar que o tema ordenamento dos territórios é a base principal desta temática. Em Portugal, com fomento dos planos da Era Pombalina, deu-se um salto significativo. No entanto, só no século XX, entre as décadas de 50 e 70, o ordenamento foi fomentado, em planos adequados. Já na década de 90 do mesmo século, o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), e o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) promoveram a empregabilidade e a coesão territorial, assente nas diretrizes da sustentabilidade dos meios rurais e urbanos. Verificados estes avanços qualitativos, Mota (2012:04), refere que:

“Ainda em 1998 é aprovada a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBPOTU) que classifica o planeamento do território em três níveis: Nacional, Regional e Municipal (ou local) definindo os instrumentos de planeamento e ordenamento do território para cada um e respetiva hierarquia.”

A Lei nº31/2014 de 30 de maio²⁹ (LBGPPSOTU), tem por base geral a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. No seu conjunto, orienta-se para uma valorização das potencialidades dos solos e da coesão nacional, aumentando a salvaguarda do seu uso. Neste sentido, o disposto no Artº 5º, menciona o direito ao ordenamento. Cita-se:

“Todos têm o direito a um ordenamento do território racional, proporcional e equilibrado, de modo a que a prossecução do interesse público em matéria de solos, ordenamento do território e urbanismo, se faça no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos.”

Verificam-se linhas orientadoras em toda a sua extensão, para a tomada de decisões, baseadas na sustentabilidade e racionalidade face ao território e aos recursos naturais, que no nosso entender, estão a confluir na escassez. Face à temática do turismo cinegético, reconhece-se a importância dos solos rústicos³⁰ para a manutenção das espécies faunísticas propensas à prática da atividade da caça.

Como políticas objetivas da gestão territorial, a Governança³¹ tende a garantir o cumprimento das medidas que melhor se adequam às realidades dos territórios. Assim elencam-se:

- a) A melhoria das condições de vida e de trabalho das populações;*
- b) A correta distribuição e localização no território das atividades económicas, das funções de habitação, de trabalho, de cultura e de lazer;*

²⁹ Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (LBGPPSOTU):

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/25345938/details/maximized> (23.08.2019)

³⁰ Conforme a lei acima referida, «Solo rústico», aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano;

³¹ Entendemos por este termo, a forma pela qual o governo exerce o seu poder na administração dos recursos económicos e sociais, para o desenvolvimento do seu próprio país.

- c) A criação de oportunidades diversificadas de emprego como meio para a fixação das populações, particularmente nas áreas menos desenvolvidas;*
- d) A preservação e defesa de solos com potencialidade para aproveitamento com atividades agrícolas, pecuárias ou florestais, de conservação da natureza, de turismo e lazer, de produção de energias renováveis ou de exploração de recursos geológicos, de modo a que a afetação daqueles solos a outros usos se restrinja às situações em que seja efetivamente necessária e se encontre devidamente comprovada;*
- e) A adequação de níveis de densidade urbana, impedindo a degradação da qualidade de vida, bem como o desequilíbrio da organização económica e social;*
- f) A rentabilização de infraestruturas, evitando a extensão desnecessária das redes e dos perímetros urbanos e racionalizando o aproveitamento das áreas intersticiais;*
- g) A aplicação de uma política de habitação que permita resolver as carências existentes;*

Neste sentido da Lei, o ordenamento cinegético, orienta-se por alguns parâmetros acima referidos, essencialmente pela distribuição dos terrenos “**solos rústicos**” em que são verificadas as jornadas de caça e a presença das espécies cinegéticas. A dinamização do turismo cinegético passa pelo estímulo à criação de empresas especializadas nesse produto turístico, promovendo assim o seu reconhecimento enquanto produto estratégico para o desenvolvimento do destino e a sua afirmação junto dos mercados concorrentes e de outros segmentos turísticos.

Relativamente a ferramentas de comercialização do turismo, importa potencializar as possibilidades que cada região oferece, bem como a sua oferta turística cinegética, envolvendo potenciais parceiros e utilizadores, pelo que esta deve ser gerida com responsabilidade e exigência.

Aliada ao setor do turístico cinegético, está a melhoria dos *habitats* naturais e a requalificação dos territórios rurais propensos à prática cinegética. Reforçado por Mira *et al* (2007:111):

“A implementação das medidas de ordenamento cinegético ou de gestão do habitat e de acompanhamento das populações das espécies que se pretendem

promover, devem ser encaradas como um todo e como se cada uma delas fosse indispensável para se atingir os objectivos propostos”.

Nesta lógica, os objetivos de qualificação do turismo cinegético não podem ignorar, entre outros, o capítulo do **ET27** “Estratégia Turismo 2027” e, naturalmente o PNOT - Plano Nacional de Ordenamento do Território.

Impera a necessidade de se aprofundar esta investigação sobre o turismo cinegético e a sua eventual repercussão no território nacional. Portugal, como atrás referido, conta já com mais de 30 anos de ordenamento cinegético com **5 regiões cinegéticas bem distintas entre si**. Do Norte ao Sul, são tipologias diferentes ao nível da morfologia dos terrenos e da própria geografia que apresenta as suas espécies sedentárias e migradoras. Aplicável a todo o território Nacional, a gestão integrada na triangulação entre o Homem, Meio e Recursos Cinegéticos produz efeitos positivos que se refletem não só na sustentabilidade das espécies, como também nos territórios onde são praticados os atos venatórios. Crê-se, portanto, que os recursos cinegéticos, sem um ordenamento cuidado, não serão sustentáveis a curto prazo. O reforço da gestão já feita das zonas de caça, na sua maioria por Organizações não Governamentais direcionadas para o Ambiente e Gestão Cinegética em Portugal – (ONGAs) é um fator de qualificação territorial. A caça é vista como um recurso natural que se renova, tal como é referido pelo ICNF, através do relatório sobre o estudo de concessão de ZC (2015:09):

“O ordenamento dos recursos cinegéticos deve obedecer aos princípios da sustentabilidade e da conservação da diversidade biológica e genética, no respeito pelas normas nacionais ou internacionais que a eles se apliquem”.

Segundo o mesmo relatório, compete a cada caçador e a cada cuidador da natureza, em especial das espécies cinegéticas:

“zelar pela conservação dos recursos cinegéticos e incentivar a sua gestão sustentada” envolve tarefas de licenciamento e fiscalização de caçadores e ZC, monitorização dos recursos cinegéticos e controlo sanitário, entre outras. “Definir as normas reguladoras da exploração racional dos recursos cinegéticos e do exercício da caça” envolve manutenção das capacidades

técnicas e administrativas adequadas, bem como capacidades de investigação e desenvolvimento”.

Assente nestas diretrizes, a procura pela caça ou atividade cinegética, pode aumentar ou diminuir, consoante a capacidade das entidades gestoras de se ajustarem às práticas desta gestão. A estas organizações, cabe a missão de incentivar e promover atividades que impliquem todos os *players* que, direta ou indiretamente, estejam relacionados ao mundo rural e à caça, com vista à melhoria do ordenamento territorial. Os caçadores, os agricultores e as mais variadas associações do setor da caça e desportos de natureza, estão presentes nesta relação que se desenvolve no território.

Capítulo IV- O Turismo

No contexto atual, o Turismo, pode ser estudado de diversas formas e perspetivas. Não é consensual entre os pares chegar-se a um conceito definitivo. Contudo é referido pela Organização Mundial do Turismo (OMT), (2001:38):

“O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outras”

Importa salientar o dinamismo que o turismo incute às economias dos países, funcionando como alavanca estratégica das economias equilibradas nos setores de consumo de bens e serviços. Segundo a OMT (2001:243), o Turismo apresenta-se como:

“uma indústria particularmente frágil, vulnerável às mudanças do entorno natural, cultural e económico, assim como qualquer variação e incidente que aconteça nos limites de uma região.”

Assim, e com a crescente verificação das alterações climáticas, é necessária uma visão e ação mais responsável e futurista, face aos destinos turísticos e à gestão dos recursos de

que dispomos. Orientado para um turismo responsável e sustentável o país e o mundo terão que desenvolver medidas de contenção e estabelecer critérios para travar os cenários catastróficos a que assistimos. A OMT (2001:245), dá-nos o conceito de Turismo Sustentável orientado para o desenvolvimento, como sendo:

“um conceito mais global, que inclui numerosos campos de interação dentro do conceito de sustentabilidade, como aspetos económicos e socioculturais. O desenvolvimento sustentável está baseado, portanto, num conceito mais amplo de desenvolvimento turístico que envolve, necessariamente, critérios sobre o meio ambiente socioculturais e económicos.”

A busca contínua do equilíbrio, centrada na preservação do ambiente em concordância com o desenvolvimento turístico, deverá reunir forças de todos os intervenientes nos territórios, protegendo-se o meio ambiente e os recursos existentes nos destinos. A OMT (2001:247) enumera-nos um conjunto de medidas e princípios para um Turismo Sustentável, conforme segue:

- O planeamento do turismo e seu desenvolvimento devem ser parte das estratégias do desenvolvimento sustentável de uma região, estado ou nação. Esse planeamento deve envolver a população local, o governo, as agências de turismo, etc. para que consiga os maiores lucros possíveis.
- Agências, associações, grupos e indivíduos devem seguir princípios éticos que respeitem a cultura e o meio ambiente da área, da economia e do modo tradicional de vida, do comportamento da comunidade e dos princípios políticos.
- O turismo deve ser planejado de maneira sustentável levando em consideração a proteção do meio ambiente.
- O turismo deve distinguir os lucros de forma equitativa entre os promotores de turismo e a população local.
- É essencial ter boa informação, pesquisa e comunicação da natureza do turismo, especialmente para os moradores do local, dando prioridade para um desenvolvimento duradouro, que envolve a realização de uma análise contínua e um controle de qualidade sobre os efeitos do turismo.
- A população deve se envolver no planeamento e no desenvolvimento dos planos locais junto com o governo, os empresários e outros interessados.
- Ao iniciar um projeto, há necessidade de realizar análise integrada do meio ambiente, da sociedade e da economia, dando enfoques distintos aos diferentes tipos de turismo.
- Os planos de desenvolvimento do turismo devem permitir à população local que se beneficie deles ou que possa explicar as mudanças que se produzem na situação inicial.

Fonte: Adaptado da conferência de Globo'90 Brasil OMT.

Ressalva-se que todas as incursões feitas nos territórios para implementar medidas direcionadas para o turismo, terão que ser vinculadas ao apoio das populações. São os seus habitantes que melhor conhecem as realidades territoriais, quer do património edificado, quer do património natural. Neste sentido, os praticantes da atividade cinegética, aquando da sua pretensão em desenvolver qualquer jornada de caça, deverão fazer o reconhecimento do território onde irão praticar Caça, junto de quem habita nele.

4.1-O papel do Turismo na sociedade

O Turismo, entendido como um conjunto multissetorial de atividades que, correlacionadas, formam uma imprescindível atividade desejavelmente sustentável em termos económicos para as sociedades e para a maximização das suas economias, inclui movimentações mais ou menos massificadas. Verificamos uma evolução qualitativa e quantitativa dos destinos, apoiados na vertente social, onde por vezes, para se atingirem objetivos económicos, se suprime o bem-estar dos povos, alterando as suas rotinas e valores culturais. Referido por Machado (2009:77):

“ Faz sentido considerar que, qualquer que seja a área geográfica de destino turístico em que nos coloquemos (local, regional, nacional), existe uma multiplicidade de organizações com responsabilidades materiais e territoriais distintas relacionadas com aquilo que, em cada época histórica, se designam as ligações de uma sociedade com o Turismo.”

Embora sobre o Turismo recaiam hoje olhares positivos, teremos que atender à realidade social de outrora. Esta não permitia o acesso ao lazer e atividades turísticas de muitos elementos das populações locais devido aos seus rendimentos económico/financeiros. Mesmo as classes designadas médias, só a partir de meados do século XX, no pós Segunda Guerra Mundial, puderam usufruir de férias e do turismo. Hoje, as dinâmicas sociais permitem um acesso, a todos, aos destinos turísticos e aos benefícios proporcionados pelo turismo. Segundo Cunha e Abrantes (2011: 382) é importante:

“...permitir a cada individuo aceder ao turismo a fim de restabelecer o equilíbrio físico, psíquico e moral alterado pelos ritmos de produção, pelas condições de trabalho e pela vida em sociedade, em particular, no caso das sociedades com elevada densidade urbana. Nestes termos surge claramente como um fator de equilíbrio da pessoa humana e não como atividade meramente lúdica.”

Considerado como uma indústria, o turismo pode traduzir-se num conjunto de experiências memoráveis que poderão perpetuar e aumentar a afluência aos destinos. Contudo muitos carecem de estruturação dos produtos, bem como de uma melhoria na qualidade que influencia a procura turística. Cunha e Abrantes (2011:391) afirmam que:

“Por sua vez, do lado da procura, os consumidores turísticos alteram constantemente os seus hábitos, comportamentos e preferências com reflexo das rápidas mudanças da sociedade e da evolução tecnológica e científica.”

Ora, com esta referência e com o avanço das tecnologias de informação, os turistas dispõem de informações em tempo real, o que os coloca na vanguarda face às notícias sobre os mais variados destinos e ofertas turísticas. No que concerne ao consumidor de turismo, Cunha e Abrantes (2011:393), referem também que:

“Deste modo, a satisfação do consumidor é a condição essencial para o sucesso das empresas e dos destinos turísticos, o que significa que têm de garantir aos seus clientes que são capazes de responder às suas necessidades, desejos e expectativas do que os concorrentes. Esta é a filosofia subjacente ao conceito de qualidade total, cujo objetivo é o de satisfazer os clientes em todos os âmbitos.”

Este reflexo nos destinos, repercute a preparação antecipada dos residentes através de uma aculturação turística direcionada para a vertente comercial onde são envolvidos. De acordo com Figueira e Coelho (2017:63) em certos casos:

“A cultura turística é, nesta logica de produção, a resposta a esta mercantilização que mal planeada descarateriza a cultura local e, por isso, manifesta-se nos seus propósitos e nos seus processos de execução, como uma barreira apoiada no conhecimento e sua difusão...”

Não obstante a necessidade de os destinos carecerem da afluência turística, estes não deverão incorrer na massificação ou extrapolação demasiada da capacidade de carga. Ultrapassar a “Capacidade de Carga” de um destino turístico é, em muitos casos, uma forma de o deteriorar e, portanto, de o prejudicar. O esquema abaixo é o indicador ajustado para uma avaliação do limite desta capacidade.

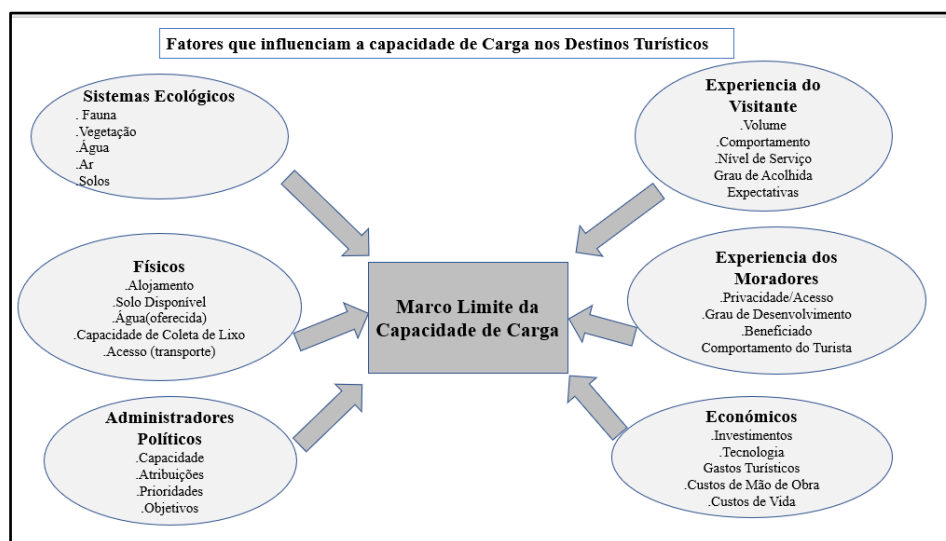


Figura 8- Esquema explicativo dos fatores em ponderação para avaliação da capacidade de carga nos Destinos Turísticos

Fonte: Adaptado através da OMT- Introdução ao Turismo pg. 249

Assim torna-se essencial a busca do equilíbrio da oferta sustentável, em que o balanço da afluência turística deverá estar em consonância com o bem-estar das populações locais e dos recursos existentes. O papel preponderante e ativo das sociedades e das comunidades locais, deve direcionar-se para proporcionar interações culturais com os visitantes. O objetivo deve ser contribuir para uma boa prestação de serviços, sempre com o foco de proteger as normas culturais, por forma a não desvirtuar quer os destinos quer as raízes dessas comunidades. Compete aos elementos e entidades da Governança local zelar pelos destinos turísticos, equilibrando a qualidade de vida necessária para os visitados e a Hospitalidade adequada para os visitantes.

Neste sentido, as comunidades rurais que primam pela peculiaridade e essência única que não deve ser desvirtuada pela massificação do turismo, deverão receber a atenção dos atores territoriais com visão especial na administração pública. Aqueles que procuram a natureza com sentido de lazer ou aprofundamento da ligação à terra, diga-se TN “Turismo de Natureza”, tendem, a ter uma consciencialização aprofundada sobre preservação³².

4.2-Turismo de Natureza

O Turismo de Natureza tal como hoje o entendemos, direciona-nos para a razão simples de contato com a própria usufruindo de todos os recursos disponibilizados. Contudo e segundo alguns autores, este segmento é orientado para a prática de diversas modalidades no meio ambiente. Silva (2013:165) explica que:

“o turismo na natureza é constituído por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais”.

Olhando sempre para a lógica da sustentabilidade, e de tentativa de conciliação entre a Natureza e a presença do Homem como regulador do estado selvagem da fauna e da flora que nela deambula, obtemos um aprofundado conhecimento de espécies faunísticas e da flora.

Embora praticamente todo o território do país esteja apto ao desenvolvimento de produtos para o Turismo de Natureza, existe uma apetência natural para esta prática conjugada com o Turismo Cinegético, porque ela assume uma mais-valia de desenvolvimento económico ao nível local, regional e nacional. Neste sentido mencionamos o **Protocolo de Constituição** do CCPEGSECB (Centro de Competências para o Estudo, Gestão e Sustentabilidade das Espécies Cinegéticas e Biodiversidade)³³, homologado pelo senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luis Manuel Capoulas

³² Veja-se o Diploma da EU, que reforça a preocupação com a preservação da Natureza e do Meio Ambiente Natural: http://ec.europa.eu/environment/nature/info/pubs/docs/others/focus_pt.pdf (23.08.2019)

³³ Referencia-se este protocolo como essencial pilar essencial no enquadramento dos recursos cinegéticos e da biodiversidade: http://www.inia.pt/fotos/editor2/centro_competencias_especies_cinegeticas_e_biodiversidade.pdf (26.08.2019)

Santos, que neste segmento turístico:

“....terá por missão promover o desenvolvimento da fileira da caça, estimulando estudos, estratégias de intervenção e ações prioritárias específicas dirigidas às espécies cinegéticas do quadro venatório nacional e espécies migratórias, visando a exploração sustentada dos recursos cinegéticos, o (re) estabelecimento do equilíbrio ecológico no território nacional, a conservação da Natureza e o estímulo à proteção da biodiversidade, bem como o desenvolvimento rural e valorização dos produtos da caça.”

Porém, neste mesmo contexto aplicam-se outras atividades enquadradas no Turismo de natureza, como Agroturismo, Enoturismo, Ecoturismo e Turismo Gastronómico que se poderão traduzir em incentivos para todos os intervenientes.

Se os intervenientes cumprirem e respeitarem a interface que se possa estabelecer entre eles, certamente que este segmento funcionará em pleno, contribuindo para a dinâmica das localidades, tornando-se assim inclusivo e evolutivo.

A conservação da natureza e da nossa paisagem, reconhecida por toda a Europa como merecedora de ser preservada, depende, no entanto, de nós. Os fundos comunitários não chegam para assegurar o esforço da conservação. A OMT (2001:228), refere nesta lógica que:

“Inclusive, o que hoje em dia se conhece como turismo verde, turismo alternativo, turismo rural, ecoturismo, etc. Tem um impacto que não deve ser menosprezado. A busca de alternativas ao turismo tradicional tem levado à exploração de lugares novos, em muitos casos, com ecossistemas frágeis que correm o risco de uma rápida e irreversível degradação.”

No presente, os proprietários rurais inseridos nas áreas classificadas sob a tutela, são fortemente limitados nas suas atividades tradicionais (agricultura, caça, florestas e outras). Responsáveis pela nossa paisagem atual, não lhes é reconhecido o papel determinante, aproveitando-se a sua vontade em assegurar a manutenção dessa paisagem, precisamente pelos usos que praticam, os quais perduram já há vários séculos. A projeção

e valorização do turismo e património que está presente na CITC (Carta Internacional do Turismo Cultural),³⁴ (1999:01):

“Constitui uma referência dinâmica e um instrumento positivo do desenvolvimento e da cooperação. O património específico e a memória colectiva de cada comunidade e de cada local, são insubstituíveis e representam uma base essencial para um desenvolvimento, simultaneamente respeitador do passado e virado ao futuro.”

Remete-nos esta leitura para o impacto que o número de visitantes tem sobre as características físicas, a integridade, a ecologia e a biodiversidade do sítio, bem como para os acessos e para os sistemas de transporte, bem-estar social, económico e cultural da comunidade residente. Será de ressaltar que o turismo rural é um forte aliado e uma forte componente para a correlação da tríade: turismo cinegético / turismo de natureza / turismo rural³⁵. Atente-se às normas impostas sobre a regulação imposta pelo Decreto-Lei n.º 54/2002 de 11 de março do TER (Turismo no Espaço Rural), que assume como definição:

“Turismo no espaço rural consiste no conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais.”

Muitos são os apontamentos de grande relevância, que dão espaço à relação / contato das pessoas com a natureza, consciencializando-as para a necessidade das atitudes positivas a ter perante a natureza. Neste sentido, este nosso trabalho entendido como uma vertente da natureza, reitera essas necessidades a considerar em ambiente de Caça. Analisado de uma perspetiva de turismo cinegético, a caça é apontada como uma das poucas atividades

³⁴ Os princípios da CITC (Carta Internacional sobre o Turismo Cultural), orienta-nos para a preservação do património como essência dos povos.
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreTurismocultural1999.pdf>
(26.08.2019)

³⁵ Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 de agosto, estabelece normas relativas ao desenvolvimento das várias formas de turismo no espaço rural:
https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/219132/details/maximized?p_p_auth=WmM516ni
(26.08.2019)

económicas que são viáveis em cerca de 80% do território rural, em especial nos espaços mais degradados e abandonados, devendo constituir uma alternativa à agricultura e funcionando, ainda, como motor e complemento do turismo rural e do ecoturismo.

4.3-Turismo Cinegético

Numa argumentação em se que demonstra que a caça e mais concretamente o turismo cinegético é um importante cúmplice da Natureza e do turismo no seu todo, importa clarificar o conceito. O turismo cinegético, sob o ponto de vista turístico, permite ao turista / praticante, não só usufruir de todas as potencialidades da natureza, como também, no sentido mais lato, dinamizar os espaços rurais, presenciar e participar das tradições locais. O turismo cinegético não é um novo tipo de turismo, mas um segmento cada vez mais emergente que agrega novas ideias, novos produtos e experiências e no qual se vinca, cada vez mais, uma participação ativa do turista cinegético no desenvolvimento de aptidões, conhecimentos e através da troca de experiências. Tudo isto dá, então, origem a uma nova forma de encarar a prática cinegética como uma atividade prazerosa e, num conceito mais abrangente, como atividade salubre agregada à valência histórica. Esta é proporcionada pela observação e experiência do lazer e do contato com a Fauna e, mais concretamente, com a importante ligação que o homem teve e tem na História. Paiva *et al* (2017:38) refere, em abono do Turismo Cinegético, que:

“A caça é uma atividade eminentemente territorializada e, portanto, será de todo o interesse analisar a economia da caça na ótica do território e o respetivo contributo para o desenvolvimento local. A caça constitui um caso curioso, é dos poucos em que o consumidor, neste caso os caçadores, consome o produto/serviços no local de produção.

Com esta realidade, o turista é um cliente mais exigente, mais informado, mais aventureiro. Por outro lado, as tecnologias de informação e comunicação vieram revolucionar o mundo e, por consequência, o mercado turístico. A alteração do paradigma de gestão de destinos, de prestadores de serviços e de outros fornecedores alteraram também os hábitos de consumo e comportamento do consumidor / turista na seleção, preparação e realização das suas viagens. Porquanto, a OMT (2001:364), alerta para as novas prioridades em que:

“Os consumidores guiam-se por novas prioridades e preocupações: são mais conscientes do entorno que lhes rodeia e dos problemas meio ambientais de conservação e culturais, buscam novas experiências e atividades durante suas viagens, exigem maior atenção pessoal e melhor qualidade de serviços”

O mundo procura, cada vez mais, inovação, autenticidade e surpresa, tendo como exigência novos hábitos de consumo que geram assim novos consumidores, novos mercados, novos produtos. Pode afirmar-se que estamos a assistir a uma mudança de paradigma e de tendências. Corroborado por Ramos e Costa (2017:21):

“A evolução do Turismo está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento mundial. A transmissão de cultura entre os povos, o conhecimento da história e a língua são fundamentos de um paradigma moderno de gestão e planeamento baseado nas pessoas, no património e na cultura. O consumo e as tendências dos consumidores cada vez mais informados, evolui para a procura de experiências personalizadas e que lhe permitam diferenciar-se da população em geral. O mundo está a mudar e o Turismo está a mudar o mundo, a globalização assente numa competitividade sustentável será um dos pilares do futuro turístico a nível mundial.”

Observa-se, desta forma a importância da preservação da biodiversidade da fauna e da flora, bem como do combate à desertificação dos meios rurais, que há alguns anos vêm sofrendo um drástico e contínuo abandono. A inovação em meios rurais é uma questão estratégica. Devido a tais fatos, torna-se pertinente a agregação de valor, com a possível criação de um produto temático, como resposta à deficitária informação sobre este segmento.

Por isso a dinamização do turismo cinegético passa pelo estímulo à criação de empresas especializadas nesse produto turístico, promovendo assim o seu reconhecimento enquanto produto estratégico para o desenvolvimento do destino e a sua afirmação junto dos mercados mais interessantes.

Portugal é um dos melhores destinos para caçar, segundo preferências evidenciadas pelos caçadores europeus. Prova disto são as receitas publicadas pelo INIAV que evidenciam a entrada de 400 turistas cinegéticos por ano no país, para a prática da caça. Aumentar a

capacidade e a qualidade produtiva bem como organizar e promover a comercialização da oferta de caça nacional, é fundamental para que o setor aproveite esta enorme oportunidade de mercado, o que representaria uma mais-valia económica com um impacto muito significativo na economia nacional.

4.3.1-Benefícios da prática do Turismo Cinegético

Atentando-se à problemática dos territórios Rurais, a sustentabilidade dos destinos deve ser compreendida e acompanhada por todos. A Natureza deve ser preservada e, nesta condição, o turismo cinegético tem um papel preponderante. Não só pelos caçadores, que se assumem com preservadores, mas por quantos que se embrenham pelas matas, desfrutando do que estas de melhor têm para oferecer.

Verifica-se um forte contributo para a economia do meio rural tendo em conta as atividades que se poderão desenvolver naqueles espaços, os aspetos culturais, sociais e ambientais com eles relacionados e, ainda, a componente lúdica a que se podem associar. De notar que uma maior sensibilização e consciencialização pública para os recursos existentes, através da presença dos caçadores nos territórios, favorecerá uma mais fácil e permanente compatibilização das ações do homem com uma eficiente conservação da natureza. A nossa prática enquanto caçadores demonstra este facto! A Caça e sua envolvente poderão permitir que se conheça melhor o “nosso Ambiente” e que se crie um conjunto de ações dinâmicas, com o intuito de apoiar a preservação dos diferentes recursos naturais existentes no país e, assim, acrescentando valor. A qualificação e valorização cuidada dos sistemas que fomentem o desenvolvimento, em paralelo, de projetos específicos na região, tendo em conta a conservação da Natureza e reconhecendo a influência e as potencialidades desses mesmos sistemas face à gestão que se pretende impulsionar, pode ser um caminho possível.

A prática da caça e nomeadamente do Turismo Cinegético é importante se mantiver em consonância três diretrizes: o ordenamento dos territórios, uma gestão integrada das espécies e uma valorização contínua da prática orientada para a sustentabilidade. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), o turismo sustentável é:

“aquele ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a

diversidade biológica e os sistemas de suporte de vida”. Além disso, a OMT descreve o desenvolvimento do turismo sustentável como um processo que vai ao encontro das necessidades dos turistas e das regiões recetoras e, ao mesmo tempo, protege e promove oportunidades futuras (UNWTO, 2012).

Dirigida essencialmente para os praticantes e aficionados da modalidade cinegética, “amantes” da Natureza e, considerando uma diferenciação crescente na era do turismo que as tecnologias elevam à segmentação do mercado para um estrato empresarial, as exigências dos consumidores para um turismo diferenciado são uma realidade atual.

4.3.1.1-Vantagens do Turismo Cinegético para a cadeia de valor do Turismo

Na valorização económica do setor cinegético, a incontornável aposta no turismo cinegético em muito contribui para as economias locais devido à quantidade e diversidade de consumos, direta e indiretamente, efetuados aquando do exercício desta atividade.

Os recursos cinegéticos podem e devem ser encarados por todos de forma valorizada e enquanto património a que todos temos acesso. Embora sendo de renovação natural, a sua preservação carece da intervenção humana, na elaboração de *habitats* que se assemelhem ao ambiente das espécies abarcadas pela Caça. A caça gera economias de escala, tendo uma influência muito significativa noutros setores de atividade, tanto no setor agrícola, como na indústria e nos serviços. Destaca-se positivamente em algumas regiões do interior do País, nas quais transformou os períodos que tradicionalmente eram época baixa, em época alta. Veja-se o quadro seguinte que reflete a estimativa do significativo valor que a caça, à data da publicação dos dados³⁶ (2017), traduziu para Portugal.

³⁶ Os dados apresentados são da responsabilidade do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária. I.P.
http://www.inia.v.pt/fotos/editor2/caderno_tecnico_caca.pdf (27.08.2019)

Rubrica	Valor apurado (€)	% subtotal	% total
Consumo de bens e serviços da caça	102.941.607 €		31%
Caça em ZCT	26.554.023 €	26%	
Caça em ZCA	72.337.440 €	70%	
Caça em ZCM	1.610.630 €	2%	
Caça em ZCN	32.274 €	0%	
Caça vendida a caçadores estrangeiros	1.607.500 €	2%	
Peças de caça vendidas a outras atividades económicas	237.600 €	0%	
Exportações de espécies cinegéticas	562.140 €	1%	
Despesas com armas, munições, licenças e seguros	85.061.841 €		26%
Armas	66.341.700 €	78%	
Munições	6.860.744 €	8%	
Licenças de uso e porte de arma e de caça	7.459.397 €	9%	
Seguros de responsabilidade civil	4.400.000 €	5%	
Despesas com os cães de caça	32.572.806 €		10%
Alimentação	20.927.496 €	64%	
Licenças, identificação, vacinação e sanidade	8.131.480 €	25%	
Atrrelados de transporte	3.513.830 €	11%	
Despesas com acessórios de caça, vestuário e calçado	35.068.496 €		11%
Acessórios de caça	13.351.520 €	38%	
Vestuário e calçado	21.716.976 €	62%	
Despesas com transportes, dormidas e restauração	70.563.840 €		21%
Transportes nacionais em viaturas próprias	59.336.000 €	84%	
Hotelaria e restauração	11.227.840 €	16%	
Dormidas vendidas a caçadores estrangeiros	32.000 €		
Outras despesas de consumo	3.176.429 €		1%
Taxidermistas	730.000 €		
Deslocações de portugueses ao estrangeiro para caçar	1.068.000 €		
Revistas, livros e encadernações	1.378.429 €		
TOTAL	329.622.618 €		100%

Tabela 3-Emolumentos em síntese da estimativa do valor económico da Caça

Fonte: INIAV- Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

Está demonstrado que as zonas de caça bem geridas apresentam, em geral, maiores índices de biodiversidade, incluindo espécies animais com elevado valor conservacionista, e uma menor suscetibilidade aos incêndios. Segundo Paiva *et al* (2017:04):

“A cinegética pode, e deve ser usada como ferramenta de apoio à gestão das populações de animais selvagens, contribuindo para o equilíbrio dos ecossistemas, a promoção da biodiversidade e para uma ocupação territorial que contribua para a redução da incidência de incêndios florestais.”

No quadro abaixo, estão representados os dados referentes à época de caça 2017/2018, onde a informatização das zonas de caça, reforça a gestão das espécies cinegéticas e dos territórios onde é praticada a atividade cinegética, através de um controlo regrado.

Espécie	N.º Peças Abatidas	N.º Peças /100 ha de área
Coelho-bravo	130.565	4,02
Lebre	25.704	0,79
Perdiz-vermelha	123.384	3,8
Faisão	3.866	0,12
Pega-rabuda	4.274	0,13
Gralha-preta	427	0,01
Raposa	11.056	0,34
Saca-rabos	6.496	0,2
Estorninho m.	10.979	0,34
Rola Comum	45.915	1,41
Galinholas	6.793	0,21
Galeirão	152	<0,01
Galinha-de-água	358	0,01
Patos	15.664	0,48
Tarambola-Dourada	1.246	0,04
Codorniz	26.762	0,82
Narcejas	4.967	0,15
Pombos	149.985	4,62
Tordos	1.085.493	33,42
Javali	23.208	0,71
Corço	39	<0,01
Gamo	639	0,02
Mufão	25	<0,01
Veado	1.924	0,06

Tabela 4- Quadro elucidativo do número de peças de caça abatidas na época de 2017/2018

Fonte: ICNF-Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

Portugal é um dos melhores destinos para caçar, segundo preferências evidenciadas pelos caçadores europeus. Aumentar a capacidade e a qualidade produtiva bem como organizar e promover a comercialização da oferta de caça nacional, é fundamental para que o setor aproveite esta enorme oportunidade de mercado, o que representaria uma mais-valia económica com um impacto muito significativo na economia nacional. A procura por parte dos caçadores nacionais e estrangeiros, em especial para uma caça de «qualidade» ainda excede largamente a oferta. Vejam-se os números de empresas, apurados pelo INIAV, que não excedem um total de 10 a operar em Portugal no segmento do Turismo Cinegético.

Perante o exposto verificou-se que o investimento na caça e no turismo cinegético e de natureza é, sem dúvida, uma estratégia para o desenvolvimento rural em Portugal.

Segundo o estudo sobre o valor das taxas e da concessão de zonas de caça elaborado pelo ICNF³⁷, a valorização das regiões pode estar associada, não só ao turismo, mas também à caça, podendo esta ser praticada por caçadores nacionais e internacionais, desenvolvendo sinergias positivas e canalizadas para a biodiversidade da fauna e flora. Também se poderá aumentar o empoderamento das pessoas que nela possam estar envolvidas, valorizando o que de mais importante existe no mundo rural, de forma sustentável, colocados ao dispôr dos praticantes que por elas vão vagueando, dada a sua importância constante no Programa RIS3³⁸ do Centro de Portugal 2020³⁹, entre outros. De forma direta, o conjunto das zonas de caça é responsável pela criação de largos milhares de postos de trabalho fixos e muitos mais postos de trabalho eventuais, a maioria dos quais nas áreas remotas do nosso país, onde o trabalho permanente escasseia. Cada zona de caça pode contribuir para fixar famílias nas zonas rurais sendo, indiscutivelmente, uma das formas mais relevantes para o combate da desertificação destas áreas. O ICNF, através do programa PANCD⁴⁰, visa um conjunto de objetivos direcionados para estas problemáticas. O nosso modelo de análise, partindo da caça para o turismo cinegético, pode ser entendido como mais um contributo para esta discussão.

4.3.2-O Produto: Turismo Cinegético

Quando se pensa em produtos turísticos, direcionados para os consumidores, pensamos sempre em obtenção de lucros e que os mesmos tenham a satisfação plena com a obtenção do nosso produto. No setor turístico e de acordo com a OMT (2001:290) definem-se como:

“o conjunto de bens e serviços que são utilizados para o consumo turístico por determinados grupos de usuários”

³⁷ Neste documento encontramos indicadores dos recursos cinegéticos, no que diz respeito à exploração ordenada e à sustentabilidade destes : <http://www2.icnf.pt/portal/caca/zc/estudo-sobre-o-valor-das-taxas-de-concessao-de-zonas-de-caca> (28.08.2019)

³⁸ Programa RIS3, com a valorização e empoderamento dos territórios e das pessoas: <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/Estrategias-Regionais-Centro/Estrategia-Regional-Especializacao-Inteligente-Centro%20de%20Portugal.pdf> (28.08.2019)

³⁹ Programa Operacional do Centro: <http://www.centro.portugal2020.pt/> (28.09.2019)

⁴⁰ Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) - objetivos estratégicos e específicos : <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/unccd-PT/pancd/o-pancd-de-1999-2014-1/object-pancd> (28.08.2019)

Torna-se importante ter uma visão sustentável face à questão economicista que o Turismo acarreta, e, nomeadamente o Turismo Cinegético como um segmento específico e com um segmento - alvo peculiar. Kotler (1988) define como produto:

“algo que pode ser oferecido a um mercado com a finalidade de chamar a atenção, seja adquirindo-o ou consumindo-o com o objetivo de satisfazer um desejo ou uma necessidade.”

O Turismo cinegético enquanto produto de turismo, traduz-se num conjunto de experiências praticado em ambiente natural e com recurso a espécies existentes em ambiente assilvestrado. Segundo Gallego (2008) *apud* Marques (2018:15),

“... a caça turística engloba todas as atividades consumidas pelas pessoas que se deslocam para um espaço específico, atraídos pelo recurso caça, a fim de capturar uma peça com critérios sustentáveis, utilizando diferentes técnicas e meios. Por sua vez, o espaço de caça consiste em disponibilizar certas espécies de animais, divididos em espécies de caça maior e caça menor, cuja distribuição sobre o território, em termos de variedade e densidade, apresenta realidades assimétricas.”

Visto como potencial económico para os territórios de baixa densidade, o Turismo Cinegético está contemplado nos objetivos estratégicos do Turismo2020⁴¹, enquadrado no Património Natural. No entanto assenta em 3 (três) eixos distintos, mas correlacionados entre si, sendo:

1º Eixo - Ambiental:

- A caça deverá ser considerada um serviço ambiental;
- Assegurar a conservação do património cinegético;
- Promover a gestão sustentada;
- Conservação dos recursos naturais.

⁴¹ Esta estratégia reforça a visão para o desenvolvimento dos territórios rurais e do interior:
https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Turismo2020_Parte%20I_mercados%20-%20SWOT.pdf (28.08.2019)

2º Eixo – Social:

- Sensibilização para a conservação das espécies;
- Consciencialização da biodiversidade existente;
- Criam-se novos empregos alternativos e sustentáveis;
- Aumento da qualidade de vida dos habitantes do meio rural.

3º Eixo – Económico:

- Aumento do empreendedorismo;
- Novas iniciativas nesta temática;

Reforçados pelo quadro abaixo, demonstram-se os vários focos onde a caça intervém ou pode intervir no desenvolvimento dos territórios e no segmento Turismo Cinegético. Assume-se como modelo a seguir, para a implementação e desenvolvimento dos produtos de Turismo Cinegético, a sustentabilidade do Turismo de Natureza, pilar referenciado na Estratégia 2027 (ET27) do Turismo de Portugal⁴² como ativo estratégico. Na figura seguinte, tentamos elucidar sobre estas vertentes ligadas à Caça.

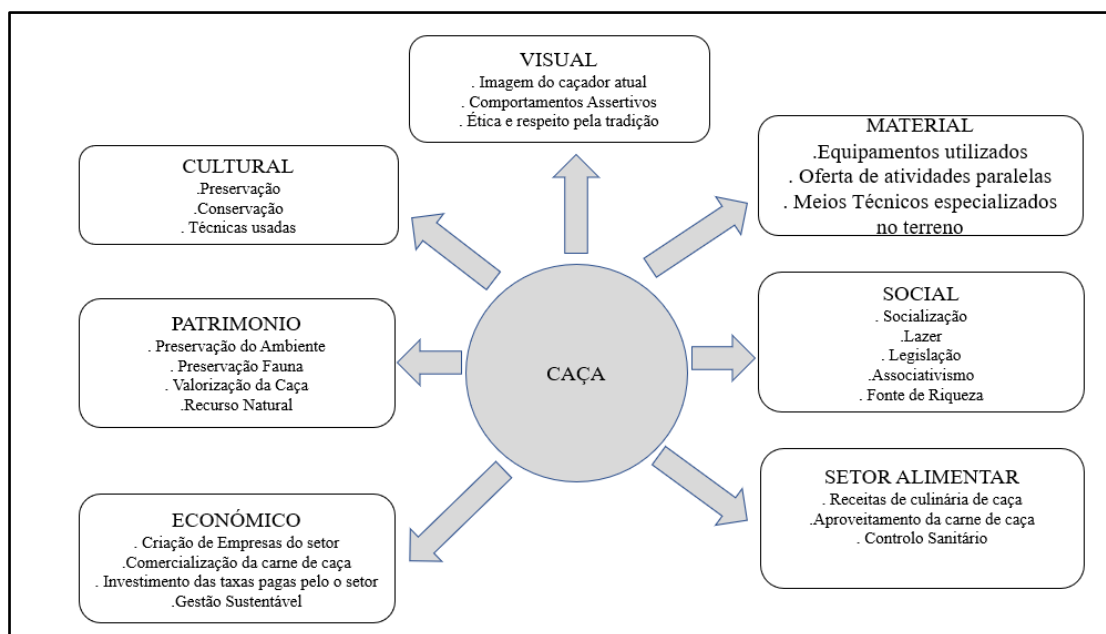


Figura 9- Esquema ilustrativo das vertentes de influência da Caça

Fonte: Elaboração própria

⁴² Estratégia de desenvolvimento do Turismo de Portugal: <https://estrategia.turismodeportugal.pt/> (28.08.2019)

Com estas dinâmicas implementadas nos territórios propensos à prática cinegética, temos a possibilidade de criação de pacotes turísticos que englobem não só o caçador ou caçadores e os seus familiares, mas também outros aficionados. A diversidade presente na nossa natureza é um incentivo à descoberta. Com este objetivo, torna-se viável que o “turista caçador” permaneça nos destinos mais do que uma simples jornada de caça, que culmina no retorno ao final do dia. Dilmé Roca (2012) *apud* Marques (2018:16) diz-nos que:

“o turista, adepto do turismo cinegético é alguém que está motivado e induzido a caçar. Nesta forma específica de turismo, podem-se distinguir duas atitudes muito diferentes por parte do caçador. Na primeira abordagem, “o turista caçador” não tem a caça como principal motivo de viagem, mas sim como “uma oportunidade de férias, de estadias de longa duração, em que permanece o fim-de-semana, em unidades de alojamento, e que quer passar algum tempo a praticar a caça recreativa. A segunda atitude que encontramos, os “turistas hunter” em que o principal motivo da viagem é a caça. Este “caçador turista” sai de sua casa, acompanhado ou não pela família e/ou amigos para ir caçar. Outras atividades recreativas estão em segundo lugar.”

Neste sentido, salienta-se a correlação dos mais variados segmentos do Turismo, não descurando como foco principal o Turismo Cinegético, que podem agir entre si e ser praticados em ambiente natural, de forma a proporcionar uma panóplia de experiências diferenciadas ao “Turista Caçador”, orientado para a construção de um modelo de desenvolvimento territorial. Apresenta-se abaixo essa possibilidade de articulação entre diferentes tipos de práticas turísticas:

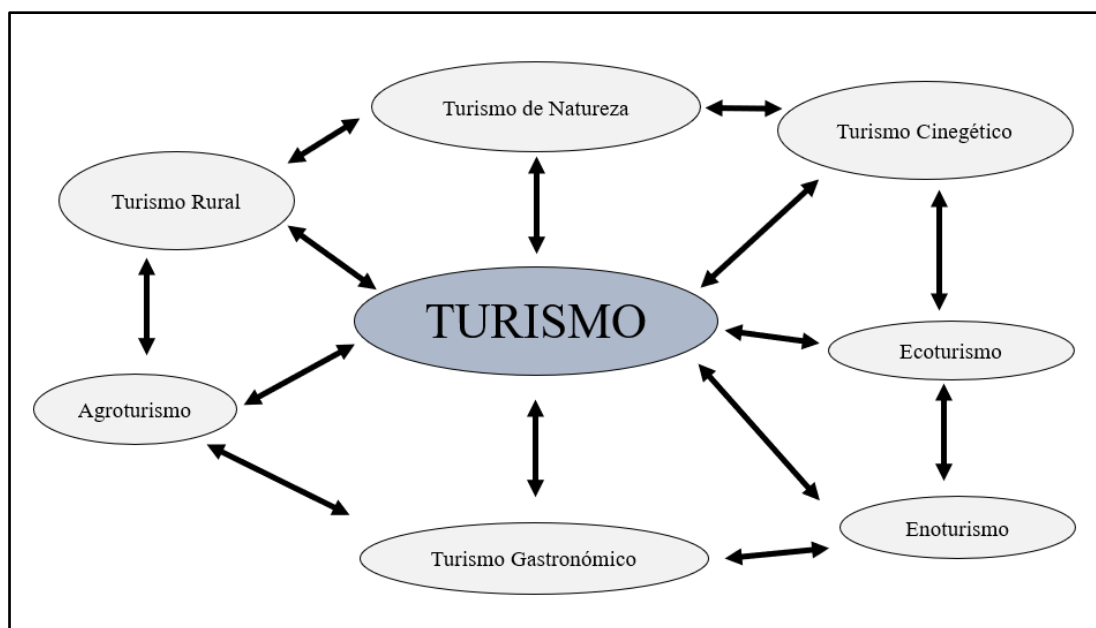


Figura 10- Possível correlação entre os vários segmentos do Turismo

Fonte: Elaboração Própria

Com a apresentação desta possibilidade, e com valores vinculativos à Cartografia Cinegética como suporte que mapeia os locais de caça e seu potencial para a prática do Turismo Cinegético, fará sentido disponibilizar todos os serviços ligados à prática Cinegética, a atividades de lazer, atividades desportivas e outros que se coadunem aos caçadores, seus familiares e apaixonados pela diversidade faunística. Assume-se assim, a constituição de um Sistema Turístico Cinegético, que contemple todos os *players* em torno de tão nobre Arte. Propomos então o esquema seguinte:

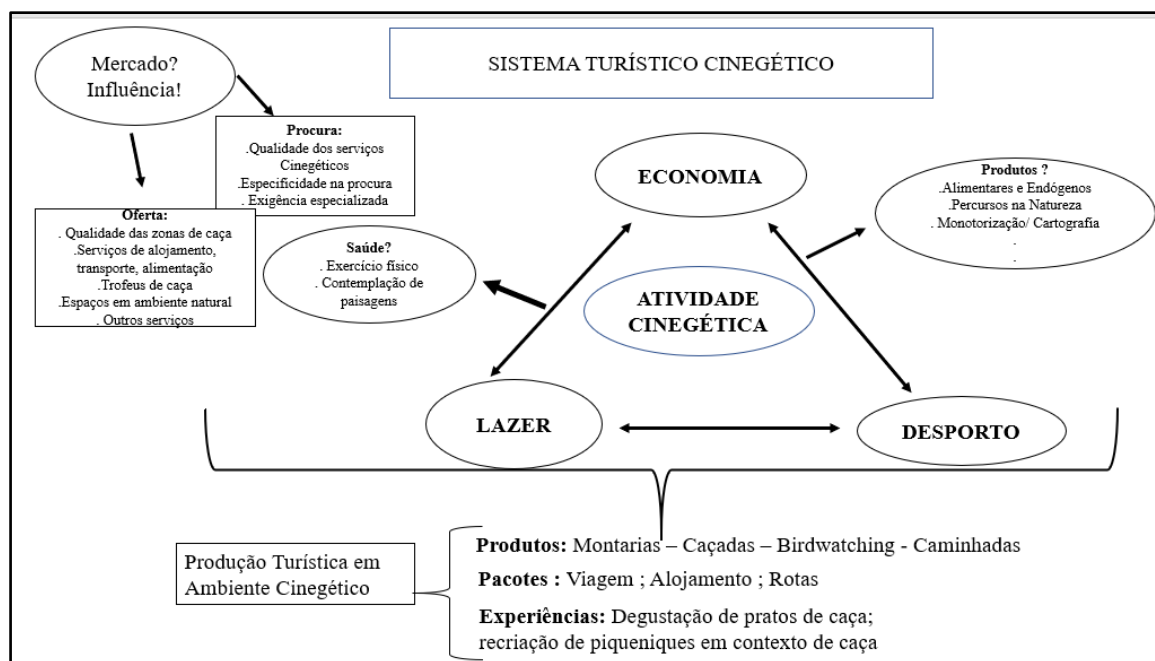


Figura 11- Proposta de Sistema Turístico Cinegético

Fonte: Elaboração Própria

A disponibilização de valências relacionadas com o Turismo Cinegético, funcionam como atrativos Turísticos, com o intuito de abraçar o maior número de consumidores sem que para tal se massifiquem as zonas de caça. Coadunados com boas práticas de gestão sustentável, e fora dos períodos de caça permitidos por lei, as atividades propostas são exequíveis e sustentáveis. Na troca de impressões com outros caçadores, esta foi uma questão levantada e de comum interesse.

Capítulo V- A Cartografia como ferramenta da Gestão Turística

Assente no conceito de “cartografia”, na qual se observam medições, cálculos e representações do mundo, este projeto em concreto, assume a representatividade dos territórios faunísticos e de cariz cinegético presentes a nível nacional, direcionados para o Turismo, tendo como foco principal a Natureza e todos os seus complementos. Robinson, Arthur H. *et al*, (1987: 3) *apud* Fernandes (2008: 16), refere que:

“Num sentido amplo, a Cartografia inclui qualquer actividade em que a representação e utilização de mapas tenha um interesse básico. Isso inclui o ensino da habilidade na utilização dos mapas; o estudo da história da

Cartografia; a manutenção de colecções de mapas com as actividades associadas de catalogação e bibliografia e recolha, comparação e manipulação dos dados e o desenho e preparação de mapas, cartas, plantas e atlas. Apesar de cada uma destas actividades poder implicar procedimentos altamente especializados e requerer um treino especial, todas elas se relacionam com os mapas; e é o carácter único destes, como objecto intelectual central, o que aglutina os cartógrafos que trabalham com eles.”

A Cartografia pode ser entendida como a Ciência e a arte de desenhar partes da superfície terrestre no plano. Assim, traçar cartas ou mapas geográficos para a orientação nos territórios é de grande utilidade. Fernandes (2008:19) contextualiza a cartografia histórica do seguinte modo:

“...nomeadamente a de Fernando Álvares Seco (o primeiro mapa de conjunto de Portugal, de 1561), bem como a acção de Manoel de Azevedo Fortes, Francisco António Ciera e Filipe Folque (com referência à Carta Corográfica do Reino, na escala 1:100.000, e à Carta Geographica de Portugal, publicada em 1865 na escala 1:500.000), sublinhando-se ainda as edições da Carta Militar de Portugal (1:25 000), desde a Secção Cartográfica do Estado Maior do Exército, passando pelos Serviços Cartográficos do Exército, até à realidade actual do Instituto Geográfico do Exército.

Neste momento, a utilização dos SIG (Sistema de Informação Geográfica), como ferramenta aplicada à gestão, traduz uma evolução do conhecimento sobre os territórios. A fruição turística também é beneficiada com este apoio cartográfico. Compreender a relevante questão das tecnologias colocadas ao dispôr dos turistas, é um desafio constante e árduo, dada a constante evolução e mutação dos destinos. Anastácio *et al* (2015:189) refere que:

“Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) constituem instrumentos tecnológicos fundamentais para a modelação geográfica e consequentemente para a gestão integrada do território e do património, quer em termos operacionais quer em contexto de investigação. A sua utilização em âmbitos

como a avaliação de risco (de impacto e destruição) e risco potencial, monitorização em vários níveis, operacionalização da fiscalização e avaliação, é essencial para o estabelecimento de formas de preservação seletiva, valorização e promoção do património, em articulação com informação territorial, ambiental e socioeconómica, fundamentais para a definição de políticas públicas na área da gestão e ordenamento do território. Constituem também um importante mecanismo de valorização e defesa do património, pois permitem o aumento do rigor e a qualidade da informação geográfica, se forem respeitadas as metodologias e técnicas subjacentes à ciência da informação geográfica”.

Ao encontro desta referência, está a importância dos SIG integrados nas novas tecnologias em defesa da valorização e monitorização dos bens patrimoniais. Para os caçadores de hoje, os apoios digitais são uma realidade, servindo como apoio de localização, registo de percursos e de regiões referenciadas geograficamente. Desta forma, Caeiro (2013:04), diz-nos que:

“Os SIG podem definir-se como um sistema composto por hardware, software e um ambiente institucional que permitem capturar, armazenar, verificar, integrar, sobrepor, manipular, analisar e visualizar dados referenciados geograficamente, funcionando como uma ferramenta de apoio à resolução de problemas geográficos. Envolve uma base de dados espacialmente referenciada e um software próprio.”

Neste sentido, podemos considerar que este projeto “Cartografia Cinegética em Portugal” se insere numa definição de carta temática, que segundo Gaspar (2004:70) *apud* Fernandes (2008: 17), pretende:

“...representar informação geográfica sobre um assunto específico. Tipicamente, as cartas temáticas apresentam, sobre um fundo de informação geral mais ou menos simplificado, fenómenos localizáveis de qualquer natureza (o tema), sob forma qualitativa ou quantitativa. São cartas temáticas as cartas administrativas, meteorológicas, demográficas, geológicas, etc. Por convenção,

não são consideradas cartas temáticas as cartas de base, topográficas e hidrográficas, bem como as cartas náuticas e aeronáuticas.”

A operacionalização de uma qualquer Carta, depreende a recolha de dados em trabalho de campo e um conjunto de etapas cartográficas a cumprir. O esquema abaixo representado é a base principal para o desenvolvimento cartográfico.

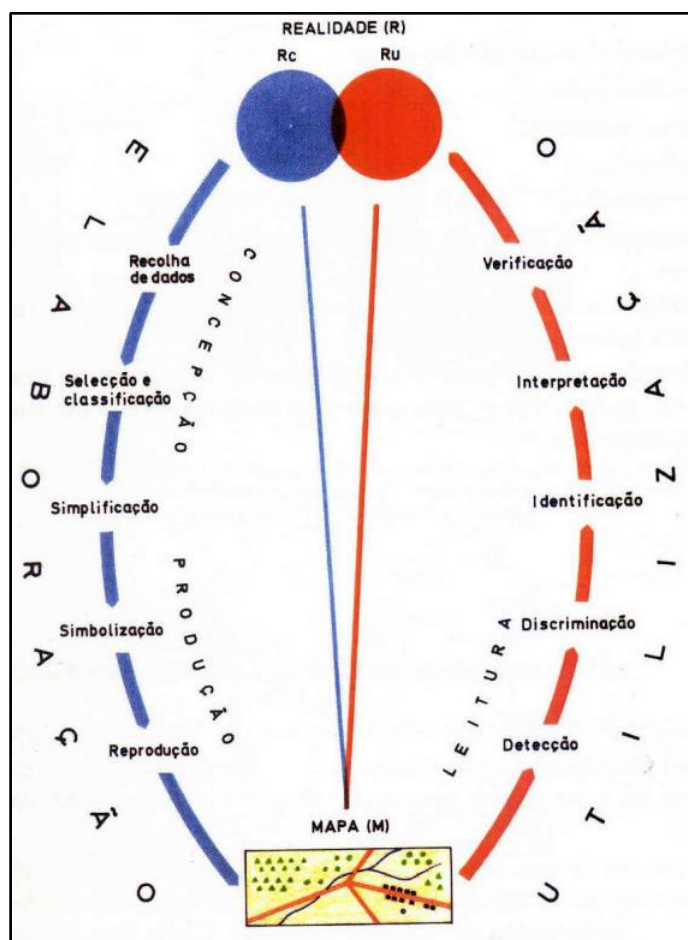


Figura 12- Fases essenciais para a elaboração do nosso processo Cartográfico

Fonte: (DIAS, M. Helena, 2007, p. 35), apud Fernandes (2008: 21)⁴³

Esta estrutura, serve como guia para a elaboração experimental da CCP⁴⁴, construindo-se representações seletivas, com localizações específicas, serviços e prestadores de serviços que se queiram associar, numa fase posterior, ao desenvolvimento deste projeto. Do ponto de vista do nosso objetivo, seguir estas metodologias do processo cartográfico implica

⁴³ Documento consultado sobre cartografia e a sua disciplina: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5901.pdf> (28.08.2019)

⁴⁴ Cartografia Cinegética em Portugal- CCP. Usamos este acrónimo para facilitar a identificação da nossa proposta metodológica

uma relação muito próxima do turismo com a Geografia e com a gestão dos destinos turísticos vocacionados para as práticas da Caça.

5.1-A Cartografia ao serviço da Caça

A Cartografia aplicada à Pré-História e à História está ao serviço da compreensão da Geografia e, naturalmente da cinegética e da caça em particular. Delimitar territórios é muito importante nas atividades do turismo. A Cartografia pretende disponibilizar e representar as possibilidades e limites, quer dos territórios quer das espécies e, nesse controlo gráfico, dar informação útil a quem usa esse meio de orientação. A cartografia aplicada em especial na **CCP (Cartografia Cinegética em Portugal)**, refletirá, com o máximo de exatidão e veracidade possível, a realidade faunística em função do território em que se insere. Para além disso, pretende-se alcançar e enriquecer o avanço qualitativo do conhecimento atual e futuro da caça, bem como dos locais mais apropriados para a prática sustentável da mesma. O objetivo do mapeamento prende-se, assim, com a vertente de divulgação qualitativa do Turismo Cinegético. Definindo-se como uma Carta Temática, a contextualização histórica é pertinente, porquanto Fernandes (2008:19) por exemplo, descreve uma:

“ Breve e sucinta abordagem à evolução da cartografia temática produzida em Portugal, desde o “Extracto do Mappa dos Correios Assistentes de 1818 a 1842” (estudado por Fernanda ALEGRIA, 1988), passando pelos documentos cartográficos oitocentistas (tendo como base cartográfica a Carta Geographica de Portugal, na escala 1:500.000), da responsabilidade das mais variadas secções e direcções-gerais do Estado, mas também de empresas e de pessoas singulares (como o exemplificam os mapas inseridos ao longo das dezenas de números da Revista de Obras Publicas e Minas), referindo as principais colecções de mapas temáticos como as Cartas Elementares de Portugal para uso das escolas, de Bernardino de Barros Gomes (1878), o Portugal au point de vue agricole, coordenado por Cincinnato da COSTA e D. Luiz de CASTRO (1900) e as primeiras edições do Atlas de Portugal (1941) e da Geografia de Portugal (1941) de Amorim Girão e referindo, finalmente, a acção do Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (descendente do SROA – Serviço Reconhecimento e Ordenamento Agrário, fundado na década de 1950),

da Direcção-Geral dos Recursos Naturais (ex-Comissão Nacional do Ambiente) e do Centro Nacional de Informação Geográfica (criado em 1990 e responsável pelo Sistema Nacional de Informação Geográfica).

A Cartografia dos recursos naturais tem, portanto, uma história relevante desde o século XIX. Convergindo para o fomento da utilização das cartas geográficas digitais pelos caçadores e demais praticantes das atividades da natureza na atual sociedade, o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território através do **“Projeto Cartografia Digital de Zonas de Caça- Normas para a sua Utilização”**⁴⁵, define pressupostos e linhas orientadoras que nos servem de apoio futuro.

A Cartografia será de utilidade para o domínio da Caça, mas, igualmente para outros domínios como por exemplo, da caracterização de ecossistemas.

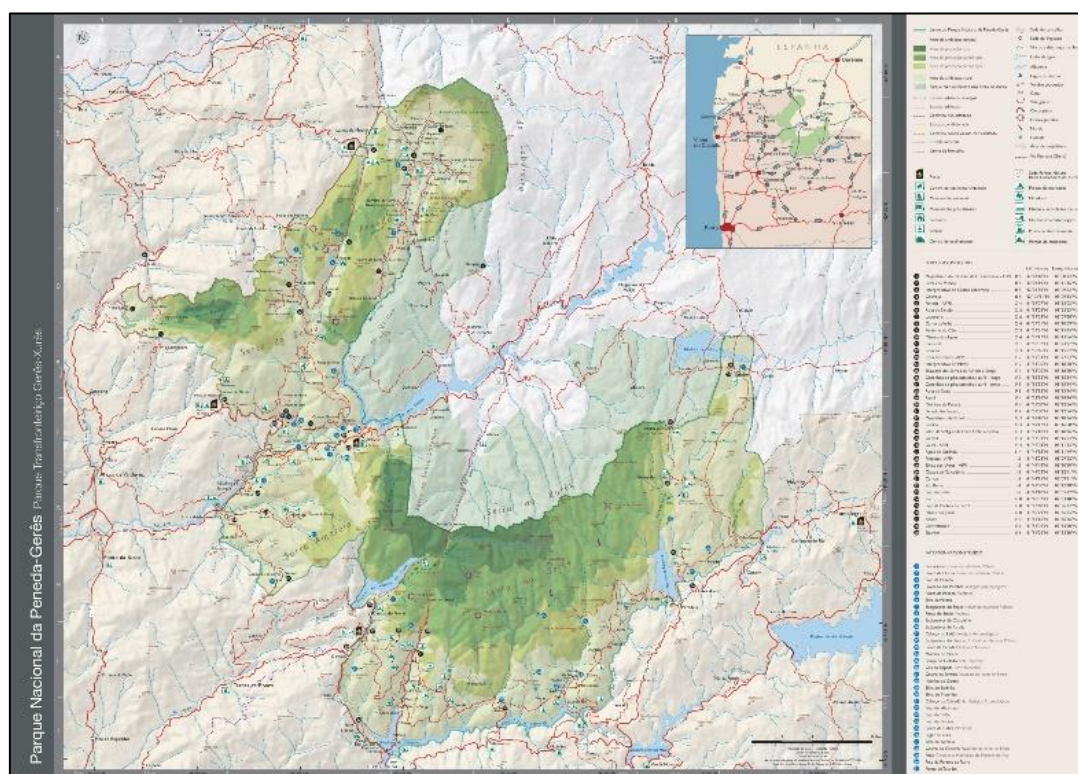


Figura 13- Mapa demonstrativo e orientador para o desenvolvimento do projeto

Fonte: ICNF (2003)

Na implementação deste projeto, será utilizada uma simbologia característica e relacionada com a temática tratada em consonância com as diretrizes do documento supracitado.

⁴⁵ Plano e normas para a elaboração da Cartografia Digital de Zonas de Caça (ZC) lançado pelo ICNF, no ano de 2003 : <http://www2.icnf.pt/portal/caca/resource/doc/cartog-dig-zc-norm> (01.09.2019)

Tomar-se-á a Cartografia dos territórios, das espécies cinegéticas e dos territórios enquadrados no ordenamento do território como fator simplificador para os caçadores. Estes 3 (três) domínios (território, espécies e categorização territorial), são alvo desta cartografia dedicada à prática da Caça. Para que a comunidade científica possa coadjuvar nas investigações de possíveis problemas sanitários relacionados com a fauna, nomeadamente às espécies que se podem caçar, o Decreto-Lei n.º 141/2014 de 19 de setembro, sustenta a cartografia como um pilar fundamental para esta temática, classificando-a como se segue:

“Cartografia de base», a série cartográfica ou ortofotocartografia, de maior escala, que cobre integralmente o território, produzida por métodos fotogramétricos a partir de imagens métricas aéreas ou orbitais;

b) Cartografia topográfica», a cartografia de finalidade múltipla representando, na forma analógica ou digital, os acidentes naturais e artificiais, de acordo com exigências de conteúdo, posicionamento e escalas de reprodução;

c) Cartografia topográfica de imagem», também designada por cartografia de imagem ou ortofotocartografia, a cartografia que consiste em imagens digitais do terreno obtidas a partir da retificação ou orto-retificação de imagens métricas captadas por sensores colocados em plataformas aéreas ou espaciais, completadas ou não, conforme o fim a que se destina, por informação oro- - hidrográfica tridimensional, redes viária e ferroviária e informação toponímica;”

Esta orientação agora citada é fundamental para que, com clareza, se estabeleça uma relação entre o Caçador e o seu instinto orientador. Levar-nos-á à criação da carta local de Turismo Cinegético. O planeamento do território com esta temática sustentada pelo Decreto-Lei n.º 29/2017 de 16 de março, tem na CT “Cartografia temática”, especificidades, representando fenómenos suportados por dados quantitativos e qualitativos obtidos em trabalho de organização dos mapas. Desta forma, a imagem seguinte, como exemplo, é representativa do trabalho que se pretende com a elaboração e viabilidade deste projeto.



Figura 14- Exemplo de vectorização a desenvolver em sede de projeto

Fonte: Elaboração própria

A vectorização permite estabelecer expeditamente as áreas de Caça, em concordância com os enquadramentos e normativos de cada local ou Zona de Caça ao longo de cada período venatório.

Neste sentido, centrado nas normas institucionais, dinamizaremos as zonas de caça existentes em território nacional, dando o nosso contributo para a melhor informação disponibilizada em tempo real, quer seja das condições climatéricas, de navegabilidade, alojamento, lazer, entretenimento e outras. Direccionamo-nos também para os Turistas cinegéticos estrangeiros que pretendam usufruir dos terrenos cinegéticos e das espécies cinegéticas existentes. A mais valia desta informação credível, atualizada e disseminada está na sua utilidade, ao momento, o que certamente aumentará a cultura turística nos territórios de caça.

5.1.1-A Cartografia Cinegética

O conceito que utilizamos é devedor da abordagem acima mencionada sobre planeamento e monitorização através dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG). No sentido da aplicação das bases de dados geográficos, orientados para o planeamento e ordenamento dos territórios, Anastácio (2007:01) refere que:

“Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) têm um papel importante no processo de planeamento e gestão de Áreas Protegidas e devem ser entendidos como instrumentos de apoio às tarefas de monitorização do processo de planeamento, e em particular à monitorização dos Planos de Ordenamento.”

E ainda que:

“A utilização de SIG facilita a implementação e monitorização destes Planos, através da possibilidade de integração da informação disponível, assim como de tratamento e análise da mesma; informação esta essencial para a definição de políticas de gestão do território e de recursos naturais.”

Desta forma, e aplicado na vertente cinegética, o SIG traduz-se em acréscimo para o controlo de efetivos existentes, produzindo ganhos muito relevantes para a gestão das atividades sobre os solos e da influência sobre as várias populações, quer humanas, quer da fauna e da flora.

No nosso discernimento académico e como caçador praticante, a Cartografia Cinegética é vista como um instrumento fiável e útil, na medida em que servirá como apoio no dia-a-dia a todos os praticantes da atividade cinegética e aos demais apaixonados pela natureza. Esta necessidade socialmente sentida advém da nossa experiência de campo, mas, igualmente, do que ouvimos nas nossas comunidades de caçadores bem como também dos dados que tratámos a partir dos inquéritos que realizamos e apresentamos no corpo deste texto. Disponibilizar serviços relacionados com a fauna silvestre e a prática da caça, melhora e redobra o cuidado do caçador aquando da sua presença na natureza do mundo rural. Certo de que a **Cartografia em modo digital**, irá alertar os menos

precavidos para questões como o cumprimento das distâncias impostas por lei, quer da proximidade de casarios, quer de estradas e outros. Este apoio da cartografia é discreto, mas muito eficiente. Significa, também, segurança em Turismo Cinegético. Apoiar a monitorização das espécies destinadas à exploração cinegética torna-se determinante para o controlo efetivo existente e correção de densidades se se aplicar, quer em regime ordenado quer em regime não ordenado. Reforçamos as boas práticas ambientais e cinegéticas com o apoio da cartografia digital porque, segundo Branco (2014:02):

“Uma boa prática da atividade cinegética, assenta numa consciencialização das populações/humanidade e uma sensibilização sobre a conservação da natureza, ao favorecer a multiplicação dos fatores da biodiversidade e preservar os habitats naturais, proporcionar ao meio agrícola um valor acrescido através do rendimento da atividade cinegética. Porém, essa consciencialização exige medidas adequadas de educação dos caçadores e da população em geral, apostando nos valores sociais e sobretudo nos valores ambientais na conservação das espécies cinegéticas, garantindo uma pressão cinegética anual compatível com as exigências da sustentabilidade da exploração, conseguindo assim tirar uma boa fonte de rendimentos e ter um papel importante no processo do desenvolvimento da região aproveitando a riqueza e a variedade dos seus ecossistemas.”

Ao disponibilizar-se a Cartografia cinegética ao serviço do Turismo, evidenciam-se os potenciais atrativos em comunhão e em compromisso social com as práticas venatórias dos territórios exigíveis, segundo os normativos constitucionais. Reforçada a ideia do levantamento topográfico, cartográfico e das espécies cinegéticas, valoriza-se a caça como produto turístico, alavancando-se positivamente a economia, apoiada pelo contributo de todas as ZC - zonas de caça existentes em Portugal Continental. A dimensão económica desta atividade pode aumentar de acordo com a qualidade da intervenção do Turismo Cinegético. A segurança na caça, é outro ganho significativo com este apoio tecnológico.

5.1.2-Modelo experimental para Rotas Cinegéticas: Roteirização Cinegética

No decorrer da investigação para este projeto, surgiu a necessidade de orientar, conjuntamente com a materialização da cartografia cinegética, a criação inicial de Circuitos Locais doravante mencionados por **CL** que, bem estruturados, podem dar origem a itinerários designados por **IR** confluindo objetivamente em rotas turísticas cinegéticas, em que o acrónimo que adotamos será **RTC**. Orientados para os territórios do mundo rural, os percursos turísticos, asseguram uma maior credibilidade no conhecimento dos recursos naturais e com aptidão para as práticas turísticas, podendo mesmo ser acrescidos de outros recursos pertinentes. Figueira (20013:20), refere que:

“O processo de Roteirização é, portanto, um instrumento ao serviço da valorização dos territórios, tendo especial importância na adequada apropriação turística do património tradicional e, com igual importância, na inclusão do património que se vai criando contemporaneamente.”

Por esta via, os amantes da natureza e de desportos que a englobem, irão dispôr de recursos naturais, de património edificado e natural que de forma inevitável ficará incluído nos CL, nos IR e na RTC. A tabela seguinte, é o retrato da hierarquia construtiva do MERC.



Tabela 5- Possível modelo de criação para Rotas Cinegéticas

Fonte: Elaboração Própria

Aplicado o conceito ao turismo cinegético, deparamo-nos com uma mudança no paradigma da caça, em que teríamos uma postura ajustada às realidades da evolução societal. Através da dinamização territorial, a roteirização envolta na criação de rotas temáticas, permite à caça ser possuidora, isoladamente, da característica de agregação de outros subprodutos elencados neste projeto. Figueira (2013:36), refere:

“O recurso turístico tem um atributo: consegue, isolado ou em conjunto com outros recursos, suscitar a motivação das pessoas que se deslocam até ele não apenas para o fruir enquanto Atractivo ocupando os seus tempos livres, mas como algo mais profundo, que também faz sentido às suas vidas. A energia que lhe é transmitida no processo de activação turística é, portanto, função fundamental no todo do planeamento realizado em sede de destino turístico.”

Esta sugestão de aditamento ao projeto de caça turística, pode incrementar a criação de dinâmicas territoriais e empresariais que contribuam para o crescimento económico do interior do país e para a satisfação dos seus utilizadores. Assim, sugerem-se pequenos circuitos em lugares distintos, onde podem ser experienciadas várias dinâmicas territoriais com diferentes tipologias de paisagens e sua biodiversidade. Identificam-se na figura 14 como **CL-1**, circuito situado em Tomar, onde nas margens do Rio Nabão existem diversas formas de vida animal, nomeadamente aves que podem ser contempladas. Pelo território do **CL-2**, localizado em todo o concelho de Ferreira do Zêzere em toda a sua extensão florestal, paralelamente com o rio Zêzere oferecem-se passeios para lazer e contemplação da vida selvagem. No mesmo enquadramento sugerimos o **CL-3**, devido não só ao seu icónico centro geodésico, que marca a centralidade de Portugal, mas também devido ao facto de a sua altitude e localização permitirem a observação de aves e de biodiversidade. Não menos importante está o **CL-4**, que é detentor de uma energia faunística em que os observadores de aves e da fauna podem desfrutar, inclusive pela via náutica, da presença de diversas espécies. Releva-se a questão da diferenciação entre os **CL,s** sugeridos dada as suas especificidades geográficas.

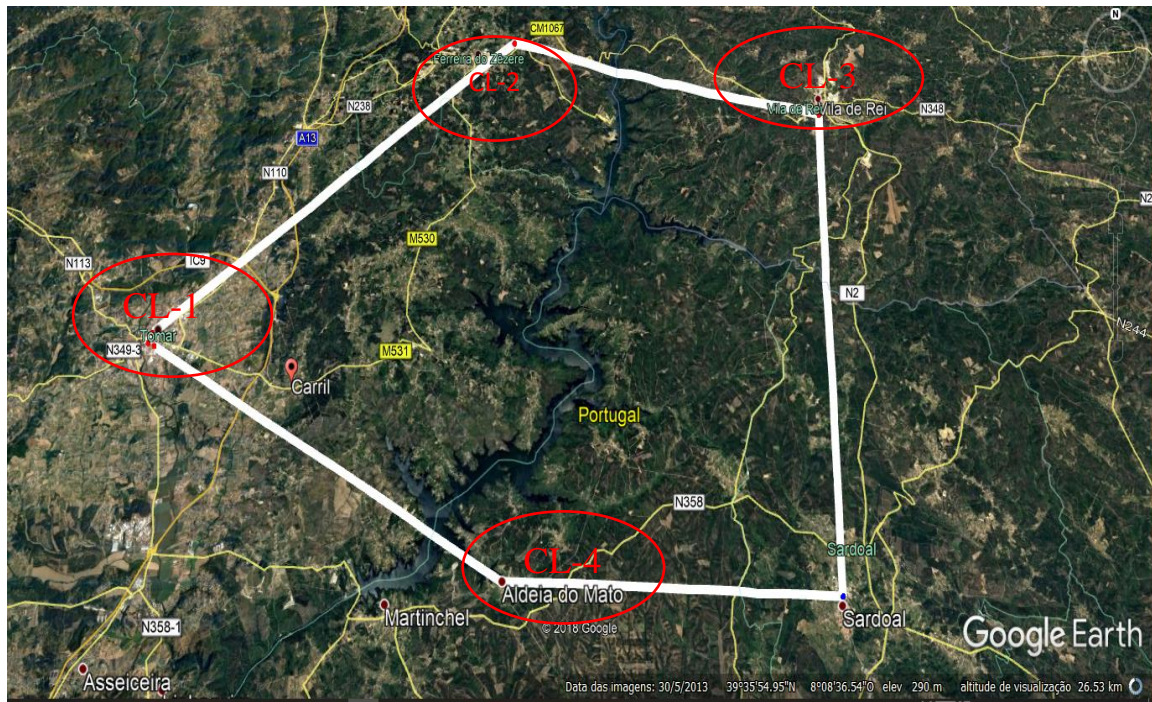


Figura 15- Mapa ilustrativo dos possíveis circuitos cinegéticos

Fonte: Elaboração Própria

Embora num estado embrionário, estas sugestões podem vir a materializar-se confluindo na organização de Itinerários assentes nos mais variados critérios que constituem qualquer atividade desportiva ou lúdica. A rentabilização dos recursos e atrativos envoltos nestes circuitos e itinerários possíveis, dão espaço para a criação de Rotas no contexto da natureza e do património natural que é potenciado por toda esta envolvência mencionada. Neste sentido, o mapa da figura 16 é representativo de uma interligação que formará uma Rota com o desígnio da Roteirização Cinegética de uso comum entre caçadores e amantes da natureza.



Figura 16- Traçado de possível Rota Cinegética

Fonte: Elaboração Própria

O enquadramento e fiscalização são importantes. Contudo, estas propostas, em sede de projeto, também terão que obedecer a princípios estruturais de implementação, de avaliação e de monitorização acompanhados pelos agentes territoriais. Como linhas orientadoras, Figueira (2013:120), apresenta:

1. Apresentação da proposta e envolvimento dos Actores. (stakeholders: todos quantos são afectados pelo projecto).
2. Definição da Equipa e de competências e funções (jurídicas e profissionais).
3. Levantamento, e classificação hierárquica dos atractivos. (Aplicação da Ficha de Recursos).
4. Estudo do mercado e definição de segmentos-alvos. (tipos de visitantes e turistas esperados).
5. Identificação de impactos e enquadramentos (políticos, jurídicos, empresariais, ambientais, sociais,etc.).
6. Roteirização: definição de rotas temáticas e seus itinerários e circuitos. (PENT e "Touring Cultural e Paisagístico").
7. Implementação das rotas: iniciativa privada ou público-privada (1).(especificidade do tipo de exploração).
8. Teste das rotas e estudo dos custos, receitas e preços a participar. (com jornalistas, empresários e outros especialistas).
9. Qualificação dos serviços turísticos e organização dos contextos : procedimentos e regulamentos.(operação).
10. Promoção e comercialização.(pelos operadores turísticos, empresas do sector, empresas municipais e associações).
11. Monitorização, avaliação e melhoria.(Comissão de Gestão de Rota:imprescindível para aumento da qualidade/competitividade).

Tabela 6- Princípios Estruturais de Rotas, Itinerários e Circuitos

Fonte: Adaptado de Figueira (2013) - "Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural"

O desenvolvimento em torno desta temática, pode considerar-se como um contributo dinamizador para as regiões onde seja implementado. Sendo um segmento turístico abrangente, as economias locais, regionais e nacionais beneficiarão com a presença deste tipo de turistas que se tornam, por momentos, turistas cinegéticos. Porque os caçadores e os seus acompanhantes, não só são consumidores do produto da caça através da prática do ato venatório, pela fotografia, ou mesmo pela gastronomia de caça, como também são apreciadores de produtos da terra para levar a conhecer às suas famílias e amigos. Nesta orientação, todos beneficiam da caça e do segmento do Turismo Cinegético.

Capítulo VI- Atividades lúdicas em Turismo Cinegético: o Birdwatching

Com uma visão diferenciada da do caçador com arma de fogo, os praticantes da observação das espécies faunísticas comungam da mesma preocupação com a sustentabilidade e diversidade das espécies. A ecologia é um dever moral e ético de toda a humanidade, como facto incontornável para a sobrevivência de todo o planeta. Visão esta coadjuvada pelos objetivos da Organização das Nações Unidas (ONU) 2030⁴⁶, orientados para o desenvolvimento sustentável da Humanidade. Presente no objetivo 12, deste guia, observamos a preocupação para uma correta gestão direcionada à sustentabilidade sem recorrer a produtos químicos nas culturas, tornando-se um fator negativo para a alimentação humana e poluição aquífera, ar e solos. Porquanto esta referência, acresce diretamente o bem-estar da fauna no seu ambiente natural, quer para a alimentação quer para a nidificação. Sem as características ambientais adequadas, nem a prática cinegética nem o Birdwatching se poderão praticar. Várias são as ações conjuntas levadas a cabo por caçadores e defensores da natureza para a conservação e proliferação de algumas espécies, que corriam o risco da extinção. Faz sentido referir o protocolo assinado entre Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e as Organizações do Setor da Caça (OSC), a Federação Portuguesa de Caça (FENCAÇA), a CNCP (Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses), a ANPC (Associação Nacional de Proprietários Rurais Gestão Cinegética e Biodiversidade), com a participação do

⁴⁶ Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, com objetivos delineados e orientados para transformar o Mundo em nome dos Povos e do Planeta : https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf (12.08.2019)

Secretário de Estado das Florestas Eng.º Miguel Freitas e do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural Dr. Capoulas Santos. Este Protocolo orientado com o *slogan* “**Cada Caçador um Vigilante**”, é direcionado a todos os caçadores, no sentido de alertar para os possíveis indícios de focos de incêndio ou outras infrações contra a natureza. No entanto esta prerrogativa vem desde 1974 através do **Decreto-lei 354-A/74, de 14 de agosto**, assente na definição de “Vigilantes da Caça”, constante no Artº 156 em que:

“... consideram-se «vigilantes da caça» os caçadores eleitos para esse fim, pelo período de uma época venatória, em assembleia dos caçadores do concelho do seu domicílio, promovida pela comissão venatória concelhia, não podendo o seu número exceder o quantitativo de 20% da totalidade dos caçadores residentes no respectivo concelho.”

Portanto, o paralelismo com o Birdwatching tem aqui um enorme significado quando os interesses de utilização sustentável dos recursos naturais são mútuos. Naturalmente que, ao referenciar esta parceria, não se estará a equacionar a viabilidade de pelos caminhos da natureza, coexistirem caçadores e observadores de fauna e flora nos mesmos dias de atividade cinegética. Sem uma boa e equilibrada gestão, meticulosamente delineada, poderão existir conflitos. Assim a cartografia e o planeamento são fatores determinantes dos mesmos.

6.1-A Caça enquanto atividade cinegética versus Caça fotográfica “Birdwatching”

Inserido no segmento turístico “**Turismo Ornitológico**”, o observador de aves é, na sua essência, um turista. Inserido na linha de perfil do Turismo de Natureza, carece, tal como na caça, de alguma disponibilidade financeira e disponibilidade de tempo para a prática da sua atividade. Move-se isoladamente ou em grupo e aqui as semelhanças são cada vez mais próximas com o caçador. Vejamos que Ortega e Gasset (1989:72) referia:

“os Ingleses iniciam uma forma de caça em que todos esses conflitos de consciência são astuciosamente evitados: consiste em que a caçada não termina com a captura ou morte da peça, mas com tirar-lhe uma fotografia”.

Como fator diferenciador entre as atividades em discussão, a caça fotográfica acarreta menor impacto nos territórios dado que não converge no abate das espécies. Contudo, as deslocamentos em massa aos ambientes naturais podem contribuir para o distúrbio ambiental e faunístico. A gestão integrada, demonstrada no esquema abaixo, é o modelo a adaptar em sede de projeto aplicado.

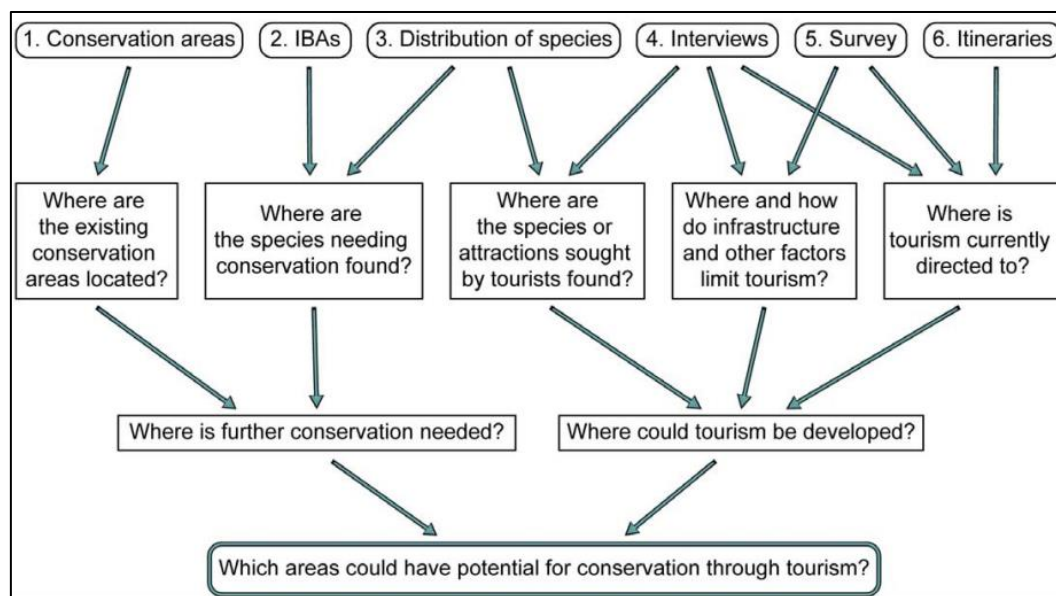


Figura 17- Modelo explicativo para a investigação em Birdwatching

Fonte: Adaptado de Bird Diversity, Birdwatching Tourism and Conservation in Peru: A Geographic Analysis; Liisa PuhakkaMatti Salollari E. Sääksjärvi.

Nesta lógica de uso e de conservação dos recursos naturais também está inserido na estratégia geral do Turismo de Portugal⁴⁷, e apresentado como apoio importante, um guia turístico aplicado à prática de Birdwatching, distribuído pelo território nacional. Nesta orientação veja-se o mapa de Portugal com as referências de 93 áreas propensas à observação de aves.

⁴⁷ Documento apresentado como referência e guia turístico para Birdwatching: http://www.spea.pt/fotos/editor2/birdwatching_ing.pdf (29.08.2019)



Figura 18- Mapa referente à distribuição de áreas para a observação de aves em Portugal

Fonte: Turismo de Portugal (2003)

Observa-se a aptidão natural para a prática do birdwatching e para a “caça fotográfica”. Utilizar a “caça fotográfica” como valorização do turismo cinegético pode tornar-se uma fusão de “modos de caçar” interessantes. A fotografia e a caça são de facto, velhos aliados na divulgação turística dos territórios. No entanto, em alguns dos locais assinalados na figura 17 não é permitida a atividade cinegética, porquanto a sua classificação como parques naturais, reservas da biosfera ou rede Natura, são restritivas e constituem bolsas de refúgios faunísticos, alimentando um equilíbrio cinegético efetivo. Estas classificações

obedecem a legislação enquadrada que restringe a prática de atividades cinegéticas. Porquanto e neste sentido, a “Caça **também pode ser fotográfica**”, alinhada com a preservação e perpetuação das espécies. Perpetuam-se memórias das espécies cinegéticas através de imagens, na perspectiva de Ortega Y Gasset (1986:74). Este autor, porém, lamenta que “*Substituída a peça pela sua imagem fotográfica, que é um fantasma, toda a arte venatória torna-se um espectro*”. Este modo de ver, não traduz o mesmo significado das vivências tidas nos campos aquando da prática venatória, mas é importante porque foca as duas práticas: a caça da imagem e a caça da espécie que proporciona essa imagem. O pato fotografado e o pato caçado satisfazem duas atividades humanas.



Figura 19- Observação Birdwatching (Bando de Corvos Marinhos-Phalacrocorax carbo) em contexto ambiental natural

Fonte: Elaboração Própria em contexto de trabalho de campo (12.09.2019)

Embora não sejam espécie cinegética propensa à atividade da caça, contextualiza-se no conceito aqui tratado de Birdwatching, todo o tipo de aves e pássaros que se podem admirar. Por outro lado, as imagens seguintes pertencem às espécies enquadradas e regulamentadas na época venatória, contudo, vivem em espaço aberto e em ambiente selvagem sem que estejam sujeitas a qualquer *stress*. Estando à disposição das máquinas fotográficas e das objetivas dos que gostam do registo, são um deleite para o olhar humano e para o seu hábito de colecionar imagens.



Figura 20- Pato bravo (*Anas platyrhynchos*)

Fonte: Elaboração própria em contexto de trabalho de campo (12.09.2019)

6.1.1-A Gastronomia de Caça

O Turismo Cinegético, aliado ao Turismo Gastronómico, serão, porventura, segmentos emergentes, que o país tem para oferecer? Sem dúvida que sim. Com eles, agregam-se novas ideias, novos produtos e experiências, na qual se vinca cada vez mais uma participação ativa do turista, desenvolvendo aptidões, conhecimentos e troca de experiências. Augusto Mateus (2017:12) frisa que:

“A competitividade dos produtos e dos operadores não pode ser dissociada da atratividade dos destinos turísticos, onde a centralidade civilizacional das ofertas, a segurança quotidiana das viagens e estadas, e a autenticidade diferenciadora das experiências contam relevantemente. O turista é sempre um “consumidor em movimento” em direção aos recursos e produtos que concretizam experiências suficientemente compensadoras, não apenas na fruição, mas, também, cada vez mais, na sua divulgação e partilha.”

Portanto, na partilha de saberes e sabores intrinsecamente ligados à gastronomia da caça, impera a originalidade dos territórios e dos conhecimentos das gentes que os habitam. Neste sentido, Augusto Mateus (2013:96) refere que:

“Do ponto de vista do turista, a originalidade destes produtos depende também dos seus próprios hábitos alimentares, que estão profundamente ligados ao local de origem. Na realidade, a gastronomia portuguesa distingue-se muito mais, por exemplo, da do norte da Europa do que da dos países mediterrânicos”.

Assim, a Gastronomia assume um papel relevante no crescimento identitário dos povos que caçavam. Segundo Franzoni (2016:01):

“A gastronomia e, em geral, o conjunto das práticas culturais relacionadas com a alimentação representam um importante elemento de diferenciação social. Em particular, em contexto multicultural, em que se discutem as estratégias para a gestão da migração e da integração sociocultural, as práticas alimentares podem tornar-se um valioso elemento para a educação para a diferença e para a inclusão.”

Tudo isto dá então origem a uma nova forma de encarar a prática cinegética como uma atividade prazerosa, mais abrangente e como atividade, aliada à degustação das iguarias oriundas desta prática. A atividade gastronómica, associada a outros produtos endógenos como o vinho, o queijo, as leguminosas e outros, valorizam as peças de caça na gastronomia associada ao turismo cinegético. Ao atendermos aos conteúdos gastronómicos relacionados com a caça, importa abordar conceitos base como a **culinária**⁴⁸ e **gastronomia**⁴⁹. Os estudiosos referem a gastronomia como a arte do conhecimento e estudo, absorvendo o conceito de culinária. Intrinsecamente relacionados, estes são conceitos convergentes na preparação de alimentos, com o intuito de se saborearem iguarias, que na abordagem local serão provenientes do ambiente natural e da caça. Empreendendo uma análise mais criteriosa sobre estas temáticas, analisemo-las com plenitude artística, identitária e essencial na divulgação destas

⁴⁸**cu·li·ná·ri·a**

(feminino de *culinário*, do latim *culinarius*, -a, -um, relativo a cozinha)

substantivo feminino

1. Arte de cozinhar.

2. Conjunto de pratos característicos de uma região. = COZINHA, GASTRONOMIA

"culinária", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/culin%C3%A1ria> (15-09-2019).

⁴⁹**gas·tro·no·mi·a**

(*gastro-* + *-nomia*)

1. Conjunto de conhecimentos e práticas relacionados com a cozinha, com o arranjo das refeições, com a arte de saborear e apreciar as iguarias.

2. Arte ou modo de preparar os alimentos, típicos de determinada região ou pessoa (ex.: *gastronomia goesa*). = COZINHA

"gastronomia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/gastronomia> (15-09-2019).

iguarias. Aplicarmos carnes de caça na gastronomia, é evidenciarmos o valor nutricional saudável da carne, cultivada em ambiente silvestre e sem adição de suplementos químicos, traduzindo-se cada prato de caça num equilíbrio alimentar para quem as degusta. Portanto, esta riqueza natural deve ser colocada ao dispôr dos turistas, por forma a que valorizem os territórios que visitam, mostrando-se-lhes também as origens gastronómicas, que alimentavam pessoas com parcos rendimentos e que caçavam para subsistir. A gastronomia, vista de um ponto da História, é outro valor a ser oferecido ao turista.

O turista atual é um cliente mais exigente, mais informado, mais aventureiro, que apoiado nas tecnologias de informação, consegue dar a volta ao mundo. Por consequência, o mercado turístico, bem como a alteração do paradigma de gestão de destinos, prestadores de serviços e outros fornecedores, têm que ser flexíveis na capacidade de resposta. Importa referenciar a importância da gastronomia de caça, onde impera a autenticidade e peculiaridade de sabores únicos de cada peça de caça. É cada vez mais de experiências diferenciadoras que o turista se alimenta. Reforçado por Marujo (2016:01):

“A natureza da experiência turística é multidimensional e abarca todos os sentidos. Cada experiência turística assume um significado diferente para cada turista. Ela tem o seu próprio momento e ocorre em função do estado de espírito de um indivíduo e da forma como ele interage com o lugar que visita. Tudo o que um turista observa ou experimenta num destino é uma experiência seja ela negativa ou positiva. A complexidade da experiência em turismo faz com que ela seja abordada em diferentes perspetivas”.

O mundo procura, cada vez mais, inovação, autenticidade e surpresa. Estes novos hábitos de consumo geram assim novos consumidores, novos mercados, novos produtos. Pode afirmar-se que estamos a assistir a mudança de paradigma, onde se observa a preservação da biodiversidade da fauna e da flora, bem como o combate à desertificação dos meios rurais, que há uns anos sofreram um drástico abandono. Tais factos, tornam pertinente a agregação de valor ao segmento do turismo cinegético, com a criação e desenvolvimento da gastronomia de caça, como essência das ruralidades e da natureza, oferecidos e qualificando os destinos rurais.

Cada vez mais, a gastronomia contribui para a dinamização e afluência turísticas dos locais, motivando os turistas à deslocação, excursionistas e demais apreciadores para destinos de excelência e de referência. Segundo Zuin (2008: 06):

“Quanto mais globalizadas as pessoas ficam, mais regionais elas se tornam, por isso, pode-se dizer que o consumo do alimento tradicional passa por uma afirmação da identidade do indivíduo”

Nesta afirmação personalizada, onde a gastronomia Cinegética poderá vir a contribuir para alavancar estas assimetrias existentes e desenvolver de forma sustentável as regiões, que primam por uma alimentação única, criam-se novas dinâmicas económicas e sociais. Segundo Barroco (2008:04) é:

“Através da alimentação, que é possível visualizar e sentir tradições que não são ditas. A alimentação é também memória, opera muito fortemente no imaginário de cada pessoa, e está associada aos sentidos: odor, visão, o sabor e até a audição. Destaca as diferenças, as semelhanças, as crenças e a classe social a que pertence, por carregar as marcas da cultura”.

A alimentação abrange toda a humanidade, pode ser entendida como comunhão em sociedade e é uma característica de cada comunidade. Nas comunidades rurais, os usos e costumes alimentares são associados ao turismo. O turismo étnico, por exemplo é um dos casos. Aumenta a afluência e dinamiza o setor económico nas suas mais variadas vertentes quando se integra a alimentação local na experiência turística. No entanto, segundo Cunha e Oliveira (2009:04):

“A gastronomia enquanto cultura, desperta curiosidades nas pessoas e, como o turismo, é mediadora para saciar as inúmeras curiosidades do turista, também, transmite ideia de status e classe social não apenas para o turista como para a população”.

É através da gastronomia que muitos territórios rurais e do interior se dão a conhecer ao mundo, proporcionando bem-estar físico e mental aos visitantes, transmitindo e reativando as memórias sensoriais e gustativas àqueles que a experienciam. Como reforça Correia (2013:06):

“A Gastronomia e os Eventos tem sido uma grande aposta na dinâmica destes territórios, de forma a promover fluxos turísticos a estes destinos bem como fortalecer a imagem territorial, através dos seus produtos endógenos”.

Prova-se então que, como fonte alimentar, a caça⁵⁰ permite estabelecer uma diversificação de sabores e de degustações próprias. As tradições aliadas à confeção / preparação das iguarias provenientes da caça são diferenciadas ao longo de todo o país estendendo-se um pouco por toda a Europa. De norte a sul, são inúmeras as receitas culinárias que com um toque mais ou menos profissional, deliciam os apreciadores de tão nobre carne. Amaral *et al.* (2015:01) referem que, “na Europa é frequente a caça de veado (*Cervus elaphus*), corço (*Capreolus capreolus*), gamo (*Dama dama*), javali (*Sus scrofa*) e aves diversas...”

Todas estas espécies de caça, fazem as delícias dos caçadores e apreciadores destas nobres iguarias. Aliado ao Turismo Cinegético (TC), está o Turismo Gastronómico (TG) que se torna numa das melhores formas de descobrir a cultura e o estilo de vida de uma qualquer localidade do interior. Reforça as ofertas locais de experiências turístico-gastronómicas autênticas. Perder-se pelos diferentes mercados locais ou participar em provas de vinho em vinhas privadas, sem esquecer de petiscar em pequenos restaurantes familiares, tudo isto dará ao visitante, ao turista, uma visão privilegiada de como é o sabor da gastronomia dos habitantes locais. Proporcionam aos viajantes uma experiência inigualável e um grande conhecimento e ligação à zona que visitam. O visitante tem, portanto, uma oportunidade para experienciar os programas comercializados no segmento do turismo cinegético. Se for um grande adepto de algum produto em particular, como o champanhe ou o presunto serrano, o turista pode explorar a região que tenha elegido para as suas férias e, certamente, que levará consigo não só receitas magníficas como uma

⁵⁰ Segundo Amaral *et al.* 2015” De uma forma geral, entende-se por “caça” como sendo animais selvagens, apesar do termo “caça” ou “carne de caça” ser mais frequentemente utilizado com propósito gastronómico para designar todas as aves e animais caçados como alimento”.

noção geral sobre a história desses produtos e sobre as melhores formas de preparação desta mesma **gastronomia**. O facto de já existirem unidades de alojamento como o Cooking and Nature de Alvados, onde os turistas confeccionam as suas refeições, é a demonstração de que associar o Turismo de Natureza ao Turismo Gastronómico tem futuro⁵¹.

Neste sentido, e numa perspetiva agregadora e por forma a dinamizar os eventos cinegéticos, tornar-se-á pertinente deixar o repto da criação da **CGC, Carta Gastronómica Cinegética - “Cinegetic Gourmet Dishes- Entre Jornadas”** baseada nos receitas ancestrais e contemporâneos de caça?

Este resultado parcelar do nosso projeto parece-nos razoável.

Entendemos que a “**Carne de Caça é Biológica**”, deve ser vista como fator alimentar de uso degustativo desta atividade, com contributo para a fruição lúdica na paisagem cultural. Acresce que, havendo ligação entre Caçadores e Hoteleiros (nos diversos tipos de alojamento turístico), a ativação da Carta Gastronómica Cinegética por exemplo, de cada Comunidade Intermunicipal pode acrescentar valor à Oferta Local.



Figura 21- Pequena amostragem explicativa dos pratos de Caça a constar na Carta Gastronómica

Fonte: Elaboração Própria

⁵¹ Este conceito criado e com prémios internacionais pode ser visitado em: <https://www.cookinghotel.com/>

A visão agregadora sobre a construção assente na gastronomia cinegética, requer um levantamento exaustivo a nível nacional, e saber qual ou quais as influências que a gastronomia da caça tem nas culturas regionais e locais. Devendo seguir os trâmites exigidos pela segurança alimentar e de saúde pública aquando do consumo de carnes silvestres, este é um trabalho com grande interesse. A possibilidade de se conceber a carta gastronómica em consonância com a carta cinegética, assume um papel de certificação das iguarias e das zonas de caça com as melhores condições para o desempenho turístico. O desafio é grande, mas as vantagens, também.

6.2-A ação colaborativa em Turismo Cinegético: a formação de redes entre Zonas de Caça

A evolução turística em Portugal, transformou-se no motor essencial da economia nacional. Então, a nível cinegético será pertinente a construção e interligação das várias tipologias de Zonas de Caça Turísticas, de forma a melhorar a atratividade dos turistas cinegéticos? A resposta parece-nos óbvia. A Estratégia para o Turismo 2027, vinca o facto de expansão das “redes” como desafio de natureza específica por forma a captar o maior número de turistas no mercado internacional. Com este argumento, refletimos e amadurecemos esta ideia e propomos o esquema organizacional seguinte:

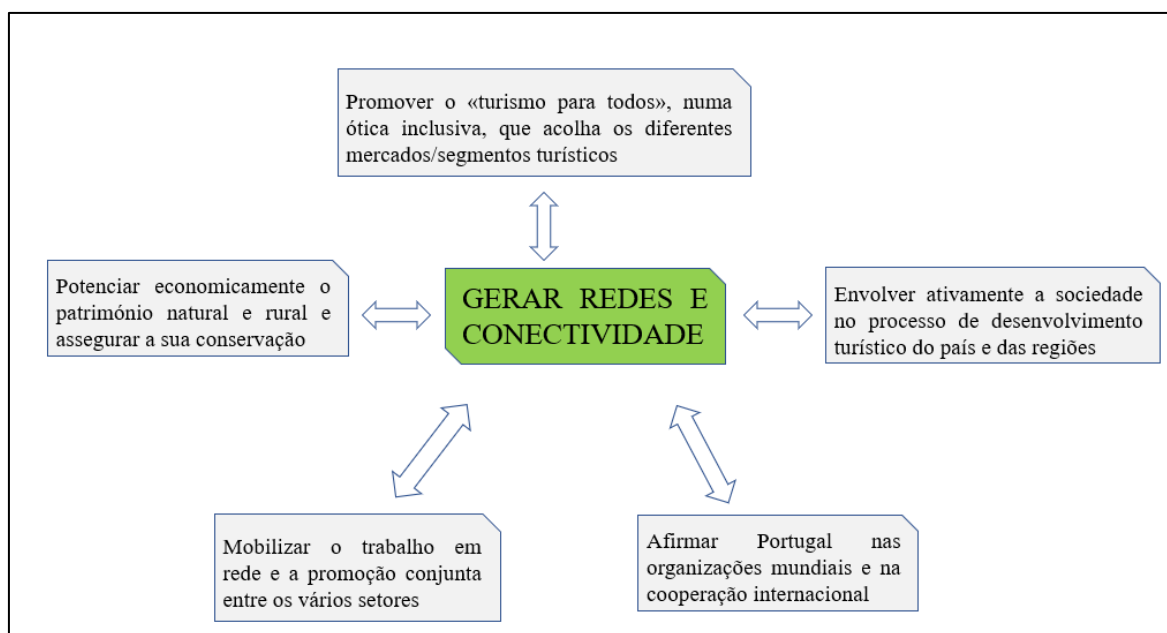


Figura 22- Esquema demonstrativo da importância das "REDES" para os Territórios

Fonte: Adaptado da ET2027

Como se observa nesta imagem, a articulação e as ações propostas seguem uma lógica comum: trabalhar em rede.

O conceito de redes na atividade cinegética pode acrescentar valor para todas as zonas de caça, e para todos os envolvidos na dinamização das atividades desta modalidade. Nesta senda, o contributo dado pela uniformização de critérios em todas as zonas de caça, dará uma maior promoção aos territórios de baixa densidade demográfica e ao turismo cinegético. A normalização de procedimentos assegura maior eficácia, mais eficiência e economia de meios, nas organizações da rede de Zonas de Caça. A projeção do património natural assente na sustentabilidade das práticas cinegéticas, aplicada com a interface das “redes” e plataformas Web, acrescenta valor aos territórios. A informação e o conhecimento são esse valor.

O incremento da coesão territorial, deverá ter como base estratégias de competitividade salutar entre as zonas de caça nacionais. Neste sentido, foram enviadas solicitações de depoimentos para todos os contatos possíveis com uma visão alargada sobre o setor cinegético e turístico, pontos fortes deste projeto. Do ponto de vista do desenvolvimento dos territórios, é considerado por um dos entrevistados que esta proposta de criação de rede é tida como uma “aliança” dos vários intervenientes no setor, onde a inovação deverá estar presente. Ora, a criação de “REDES” no setor cinegético, como inovação, pode alavancar normas transversais na aplicação da legislação para as zonas de caça. Direcionado para a sustentabilidade equilibrada das espécies faunísticas, este conceito, com o auxílio dos caçadores e correta aplicabilidade, trará mais valias para as comunidades? A nossa experiência de trabalho de campo aponta também nesse sentido. Segundo Costa (1996) *apud* Pais (2013:11):

“as redes são muito importantes para o sector turístico, porque elas possibilitam que o planeamento do turismo seja abordado de uma forma mais abrangente, participativa, informada e democrática, uma vez que permitem que seja executado por uma maior diversidade de stakeholders. Por outro lado, ao terem em conta as estruturas económicas de cada região e ao possibilitarem o planeamento e desenvolvimento do turismo numa perspectiva de longo prazo, as redes permitem que o crescimento económico neste sector seja visto a médio e longo prazo, trazendo mais segurança e rentabilidade aos investimentos do sector privado”.

As práticas de diferenciação efetuadas pelos amantes da caça e das atividades de natureza, merecem um acompanhamento igualitário em toda a extensão nacional no que respeita aos territórios do interior e em especial do mundo rural. A utilização e recurso às tecnologias de informação, como aplicabilidade dos SIG direcionada à cartografia cinegética, promovem respostas eficazes aos utilizadores. Desenvolvem novas dinâmicas de grupo de caçadores e qualificam a oferta local e regional de Turismo Cinegético. Assim as “REDES” constituídas entre as várias zonas de caça, potenciam a articulação e convergência de procedimentos, na reconstrução de *habitats* e espécies que constituem a biodiversidade das nossas florestas e campos. Amaral (2014: 63) refere que:

O associativismo e as redes entre empresas e organizações e os territórios constituem as formas mais correntes de colaboração e cooperação. As redes de cooperação caracterizam-se por esforços iniciais entre administrações adjacentes para resolverem problemas mútuos. As relações surgem dentro das regiões de forma estável e os esforços conjuntos são bem sucedidos. Isto permite realizar transações entre agentes públicos e privados com base em acordos (mais ou menos formais), trabalhando os parceiros em conjunto no desenvolvimento de problemas e partilhando uma espécie de equidade nas suas relações”.

O registo das zonas de caça em rede deverá ser acompanhado por monitorização em tempo real, por forma a que se verifiquem alterações consideráveis que constituam ameaças para toda a fauna e flora. Concluímos, portanto, que a cooperação através das redes, acrescenta desenvolvimento económico para todos os *Stakeholders*, Turistas e nomeadamente para os territórios. Como se poderá verificar pela bateria de dados que sustentam a nossa visão, o turismo cinegético quando devidamente cartografado e gerido em rede, aumenta a qualidade da oferta turística nacional. Assim, o alinhamento à Estratégia do Turismo 2027, da autenticidade turística nacional está presente nos resultados alcançados.

Capítulo VII - Análise referente aos questionários recolhidos

As questões colocadas foram pensadas tendo a ET27 como referência, bem como o código de Ética do Turismo, da OMT - Organização Mundial do Turismo.

No desenvolvimento do trabalho e pesquisa de campo para este projeto, foram colocados e elaborados por nós questionários sobre a temática aqui tratada. Estes, com a finalidade de aplicabilidade na Feira “EXPOCAÇA 2019” realizada no dia 5 de maio em Santarém, no encontro nacional de caçadores, resultaram na recolha de 251 resultados efetivos. De cariz meramente informativo, doravante comentados através dos gráficos, com a devida atenção merecida, e dada a esta amostragem, são apontados:

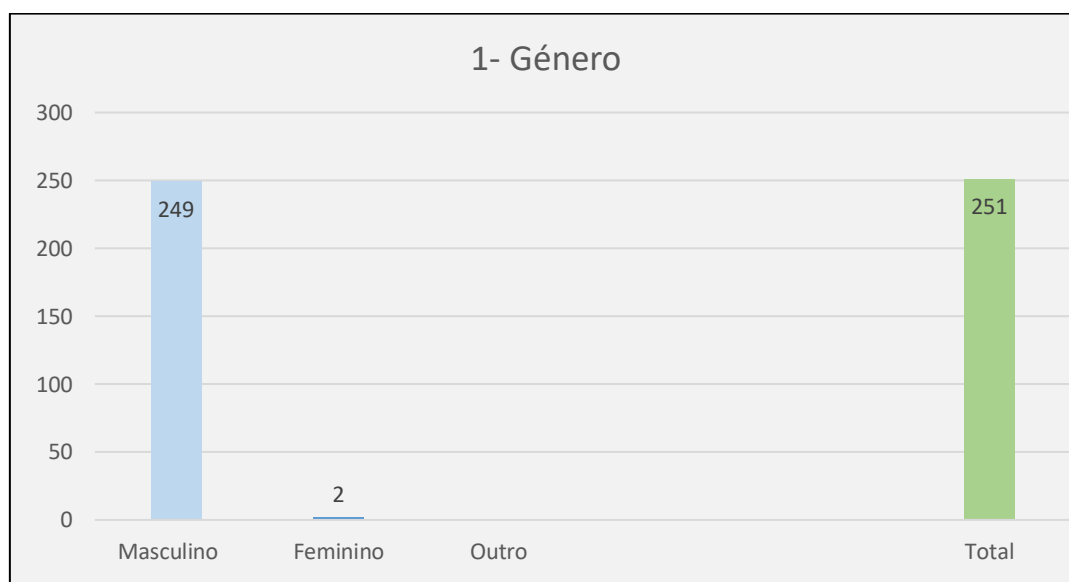


Gráfico 3- Género

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo.

Comentário:

Este gráfico demonstra que no universo de 251 elementos inquiridos, maioritariamente representativos do sexo masculino, e com um valor residual os do sexo feminino. Reflete por um lado, que a prática da caça é pouco frequentada por mulheres e, nomeadamente, neste tipo de iniciativas como foi o evento onde foi aplicado o questionário também participam em menor número. Concluimos, portanto, que existe um enorme potencial de mercado para que as mulheres adiram e frequentem as atividades da caça.

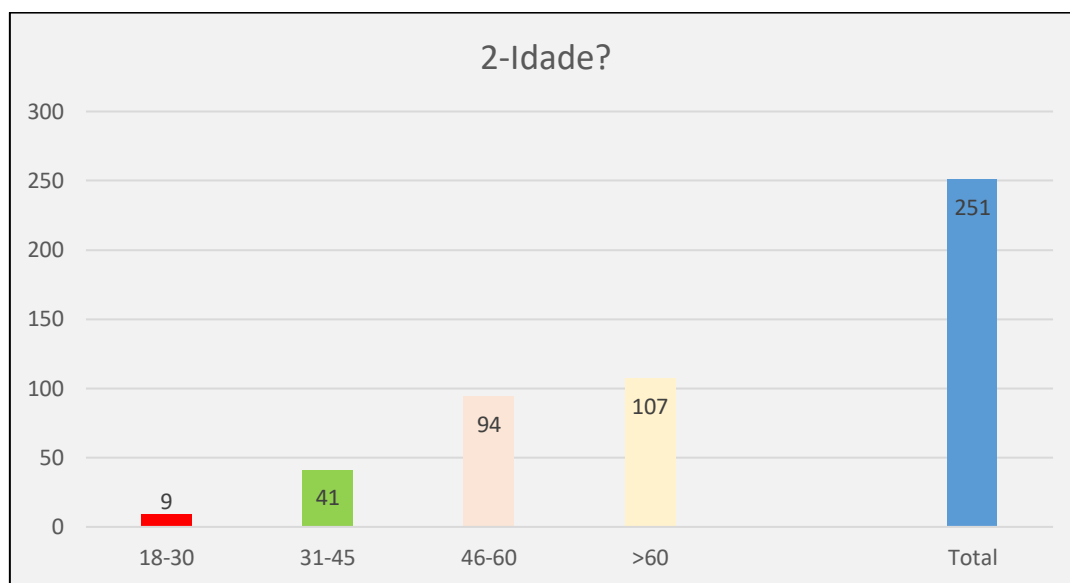


Gráfico 4- Classificação etária

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Pelos reflexos desta amostra, comprovamos que os caçadores jovens em Portugal são cada vez menos. É verosímil que os caçadores são cada vez menos e mais velhos. Este projeto vinca a pedagogia da caça junto dos mais novos e com esta preocupação tornar-se-á eventualmente fator importante para cativar os jovens para a prática venatória. Concluimos assim que os mais experientes devem ter um papel preponderante junto dos mais pequenos, incentivando as atividades e desta forma, elevando o número de caçadores, para não deixar desvanecer esta Arte da caça.

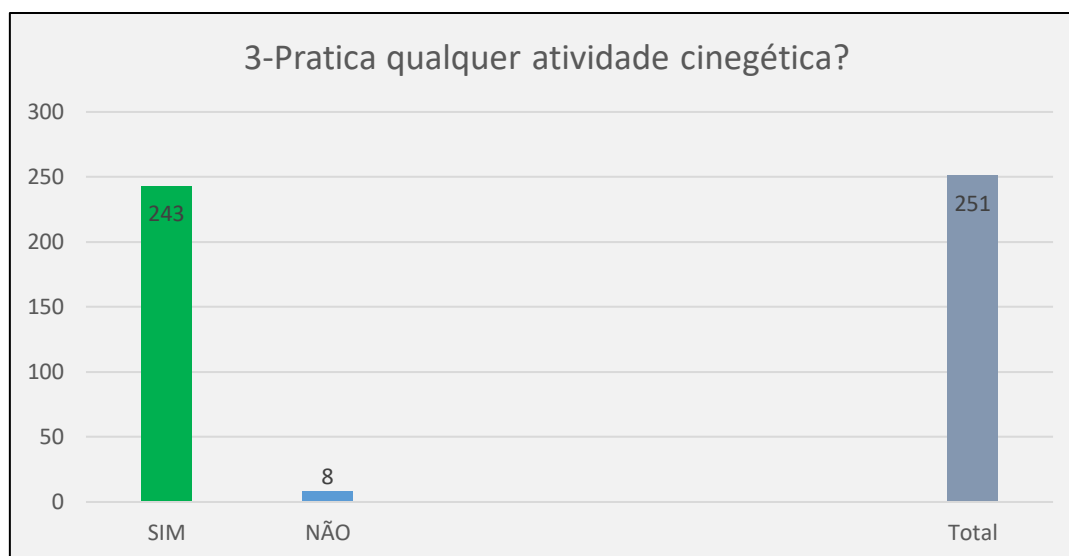


Gráfico 5- Prática de Caça

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

As respostas obtidas face a esta questão e neste contexto, são evidentes que são poucos os “não-caçadores” que se interessam por este tipo de certames e de realidades da caça e da natureza cinegética. A esmagadora maioria presente e que respondeu, é praticante de atividades cinegéticas ou está ligado às práticas venatórias. Desta forma conclui-se que esta comunidade ainda se mantém um pouco fechada ou pouco projetada e publicitada junto das comunidades civis. O nosso projeto pode contribuir para uma maior qualificação dos Caçadores nesta matéria.

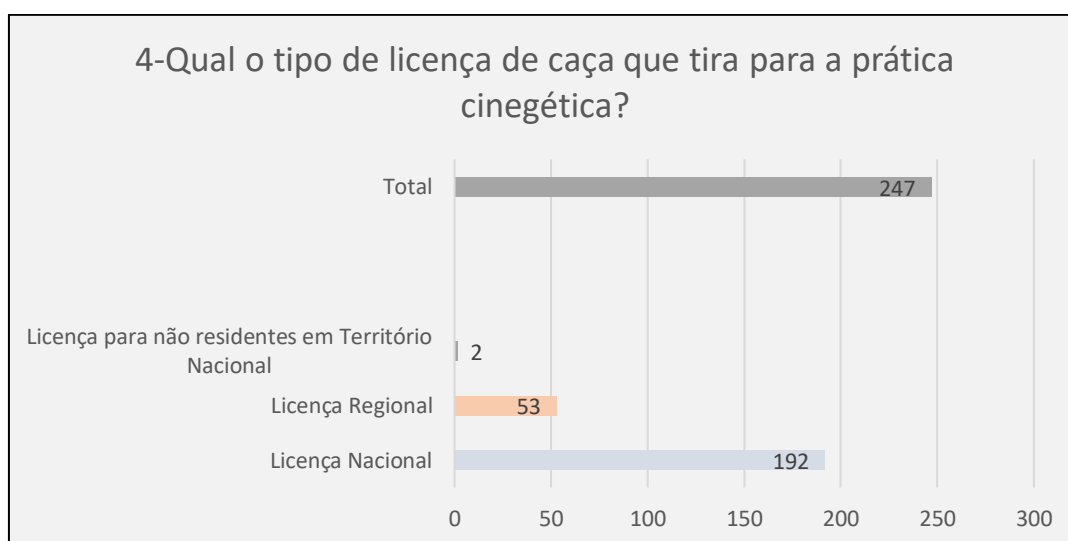


Gráfico 6- Legalização

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Esta realidade da preponderância da “Licença Nacional” de acordo com conversas informais junto dos inquiridos, deve-se à razão da prática cinegética se estender por todo o território nacional, não estando os praticantes, dependentes de uma só região cinegética ou de uma única zona de caça. Se porventura surgirem oportunidades de jornadas cinegéticas noutras regiões, e se inicialmente tiverem requerido a licença de caça para uma determinada região, ficarão limitados: terão que gastar mais dinheiro para serem autorizados a caçar noutra região. Rondando quase os 40 euros em média por cada região cinegética, contrapõem-se os 70 euros para uma Licença Nacional: ora, o conjunto do somatório de região por região, eleva substancialmente o valor da licença de caça nacional. Alguns optam, assim por fazê-lo, e ficam abrangidos para todo o território nacional.

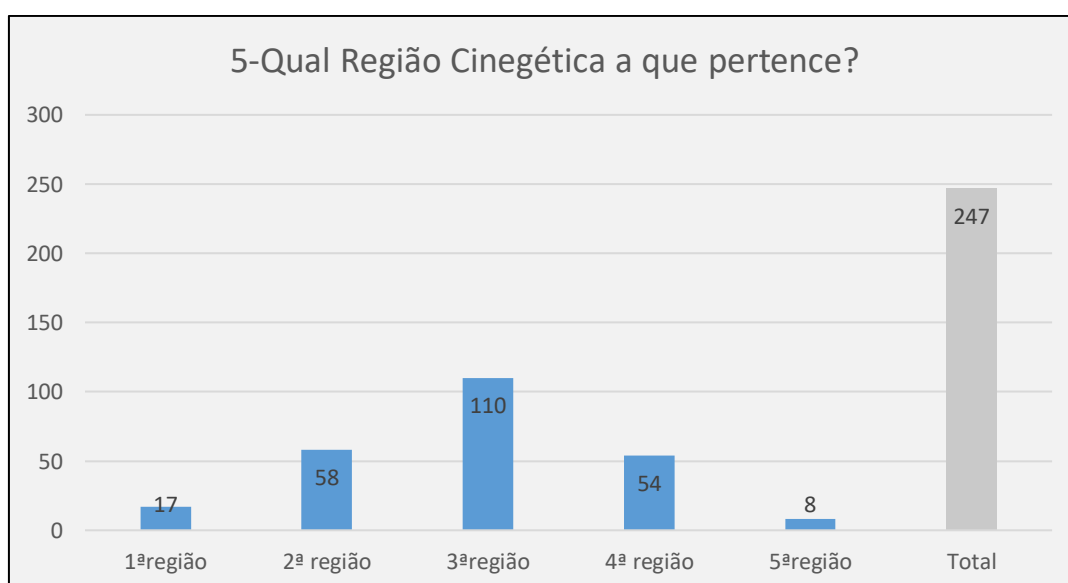


Gráfico 7- Região Cinegética

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Com esta amostragem, verificamos uma grande diversidade de proveniência dos praticantes inquiridos. Com principal incidência na 3ª região cinegética (vide mapa anterior da divisão territorial), a 2ª região cinegética quase no mesmo valor de respostas que a 4ª região, é a da proximidade do evento realizado em Santarém. Com um evento

desta natureza realizado noutra região, certamente que isso influenciaria os dados desta pergunta. Concluimos que a proximidade às comunidades cinegéticas é importante, e que certames como este deverão ser expandidos a todo o território nacional, proporcionando informação equitativa e extensível a todos os caçadores.

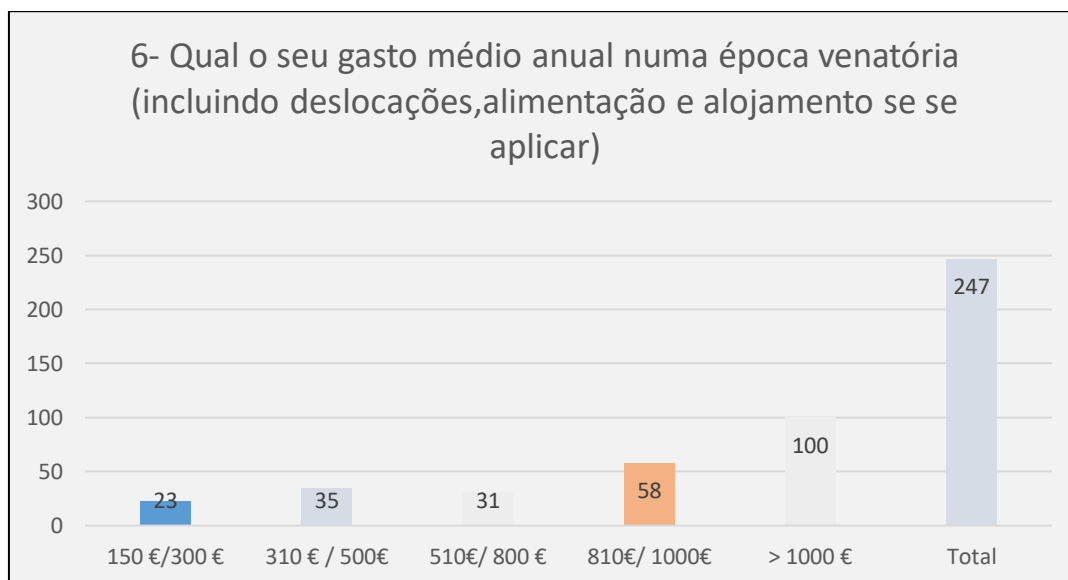


Gráfico 8- Gastos com a prática da Caça

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Deparamo-nos com respostas sobre os gastos que vão desde os 150 € a mais de 1000€. No entanto, verifica-se que a incidência maior é nos gastos superiores ao valor mais elevado apresentado. Demonstra que a caça tem um contributo significativo para a economia local, regional e nacional. Os valores certamente que elevarão em muito a sondagem proposta por nós, se incluirmos a viagem, o alojamento, o entretenimento e o lazer durante uma jornada ou durante a época venatória. O contributo que os caçadores dão à economia nacional é importante porque os gastos da caça e de atividades complementares amplia o impacto do turismo cinegético nas Zonas de Caça.

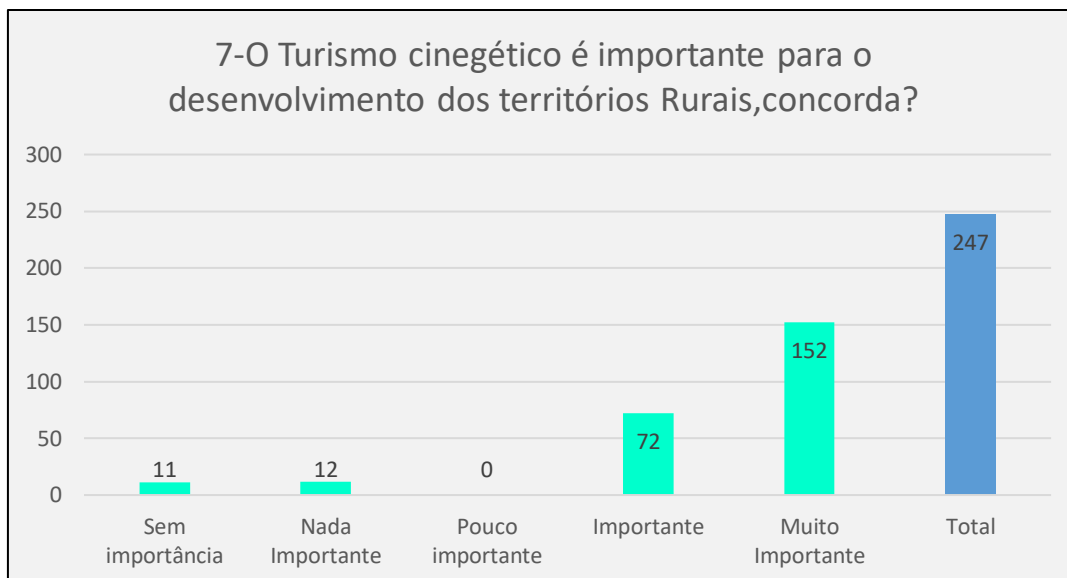


Gráfico 9- Turismo Cinegético e desenvolvimento territorial

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Vemos que com este gráfico nos é dado a conhecer o quão conscientes estão os caçadores para as dinâmicas dos territórios e o contributo que o turismo cinegético tem no seu desenvolvimento. Maioritariamente, os inquiridos referiram a grande importância que o Turismo cinegético tem para o desenvolvimento territorial. Os que alegam não ter importância para o mundo rural, provavelmente, demonstram desconhecimento da temática tratada por nós. Conclui-se, portanto, ser relevante que o nosso projeto possa conciliar a informação com a pedagogia que importa transmitir aos caçadores.

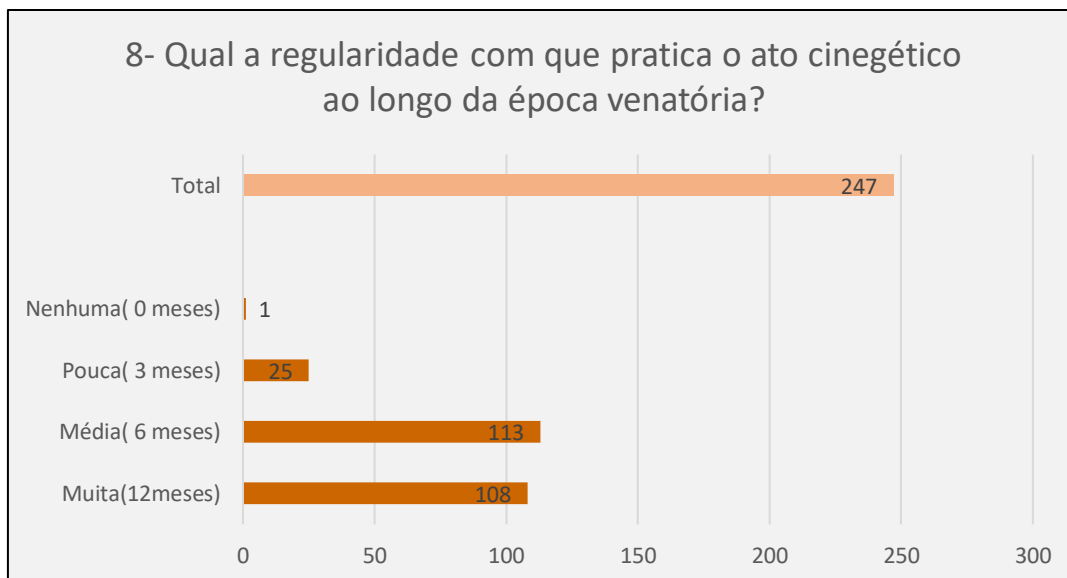


Gráfico 10-Prática da Caça

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Como podemos constatar, coadjuvado com o calendário venatório para a época 2019-2020 disponibilizado pelo ICNF, a regularidade da prática da atividade cinegética centra-se nos 6 (seis) a 12 (doze) meses. Analisamos que este comportamento está relacionado com o período autorizado para a caça a algumas espécies cinegéticas. Grande parte dos caçadores, com o défice de efetivos ou mesmo inexistência de outras espécies, dedicam-se à caça grossa, em modadilade de esperas, em especial na espera ao javali. Daí a razão pela qual apresentamos dados muito próximos entre os períodos de caça que cada um dos inquiridos pratica.

Para reforço desta questão apresenta-se o seguinte calendário venatório atualizado:

CALENDÁRIO VENATÓRIO ÉPOCA VENATÓRIA 2019-2020

Terrenos ordenados													
Espécies cinegéticas	Meses												Limite diário de abate
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	
Rola-comum			18	30									4
Frisada, pato-trombeteiro, zarro-comum e zarro-negrinha					1			20					1
Marrequinha, arrabio e piadeira					1			20					10
Pato-real e galeirão			18					20					5
Galinha d'água			18					20					25
Pombo-da-rocha (4)			18				31						50
Pombo-torçaz, pombo-bravo			18						20				10
Codorniz				1		30							8
Narceja-comum e narceja-galega						1			20				5
Tarambola-dourada						1		20					3
Galinhola						1			10				40
Tordos (1), estorninho-malhado						1			20				(2)
Pega-rabuda, gralha-preta			18						29				(2)
Coelho-bravo, lebre (3)				1			31						(2)
Faísão, perdiz-vermelha					1			31					(2)
Raposa, saca-rabos					1				29				(2)
Javali, veado, gamo, corço, muflão	1											31	(2)

Terrenos não ordenados														
Espécies cinegéticas	Meses												Limite diário de abate	Processos
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai		
Pombo-da-rocha (4)					6		29						15	S-E-CE
Coelho-bravo					6	24							1	S-E-C-CE
Lebre					6	24							1	S-E-C-CE
Perdiz-vermelha					6		29						1	S-CE
Raposa					6		29						1	S-E
Saca-rabos					6		29						1	S-E
Pega-rabuda e gralha-preta					6		29						1	S-E-CE

Processos: S - salto; E - espera; C - corcova; CE - cetraria

Notas:

(1) Tordo-zornal, tordo-comum, tordo-ruivo e tordeira.

(2) Limites de acordo com os planos de ordenamento e exploração cinegética (ZCA e ZCT) e planos de gestão (ZCM).

(3) A caça à lebre a corcova e por cetraria tem início a 1 de setembro e termina a 28 de fevereiro.

(4) Caça apenas permitida nos municípios identificados na Portaria n.º 760/2001, de 17 de julho, corrigida pela Declaração de Retificação n.º 14-I/2001, de 22 de novembro.

Sr. Caçador:

- Lembre-se que é proibido o uso ou detenção de cartuchos carregados com múltiplos projéteis de chumbo, nas zonas húmidas identificadas na Portaria n.º 105/18, de 18 de abril.
- Não deixe cartuchos vazios ou lixo no campo.
- Atire só às espécies autorizadas e ao alcance de tiro.

Notas:

- (1) Tordo-zornal, tordo-comum, tordo-ruivo e tordeia.
- (2) Limites de acordo com os planos de ordenamento e exploração cinegética (ZCA e ZCT) e planos de gestão (ZCM).
- (3) A caça à lebre a corcova e por cetraria tem início a 1 de setembro e termina a 28 de fevereiro.
- (4) Caça apenas permitida nos municípios identificados na Portaria n.º 760/2001, de 17 de julho, corrigida pela Declaração de Retificação n.º 14-I/2001, de 22 de novembro.

Sr. Caçador:

- Lembre-se que é proibido o uso ou detenção de cartuchos carregados com múltiplos projéteis de chumbo, nas zonas húmidas identificadas na Portaria n.º 105/2018, de 18 de abril.
- Não deixe cartuchos vazios ou lixo no campo.
- Atire só às espécies autorizadas e ao alcance de tiro.

Legenda: Calendário venatório

Fonte: ICNF (<http://www2.icnf.pt/portal/caca/cv-dc/resource/doc/calendario-venatorio-2019-2020.pdf>) (24.09.2019)

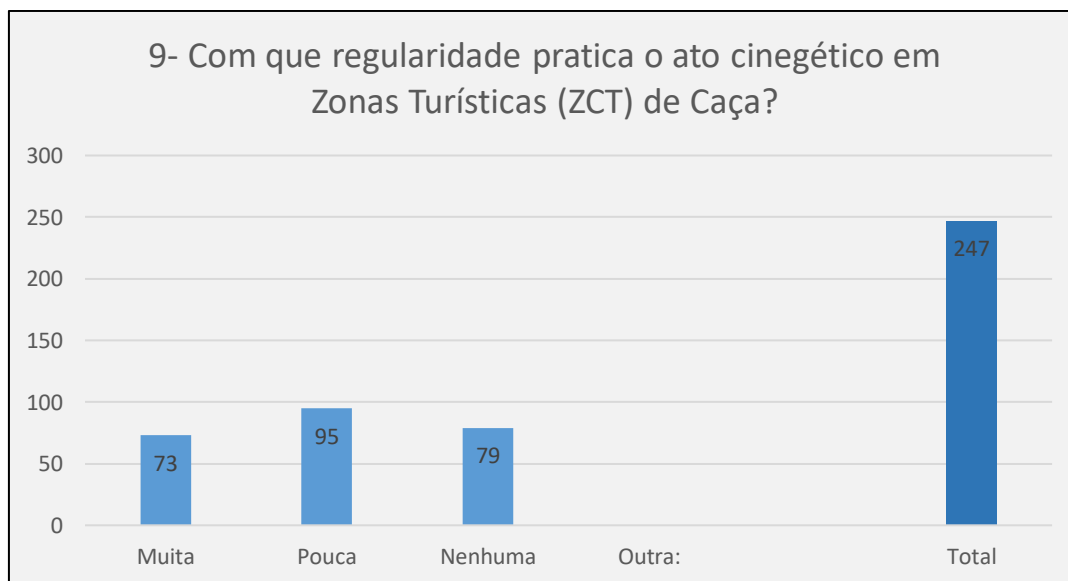


Gráfico 11- Prática de Caça em Zonas Turísticas de Caça

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Com a regulamentação do regime ordenado e anulação quase completa dos terrenos não ordenados, nos chamados “livre”, foram criadas algumas das tipologias de zonas de caça

(ZC). Aqui retratadas por ZC turísticas, estas Zonas, permitem a muitos caçadores o acesso ao ato venatório a pequeno custo, contrariamente às Zonas associativas, em que são necessárias algumas posses financeiras. Esta seleção de natureza financeira origina um fenómeno consequente: o número de caçadores que não acedem às zonas de caça turística é significativo. Deduzimos, portanto, que estão inseridos em zonas de caça associativas (ZCA) ou frequentam zonas de caça municipais (ZCM).

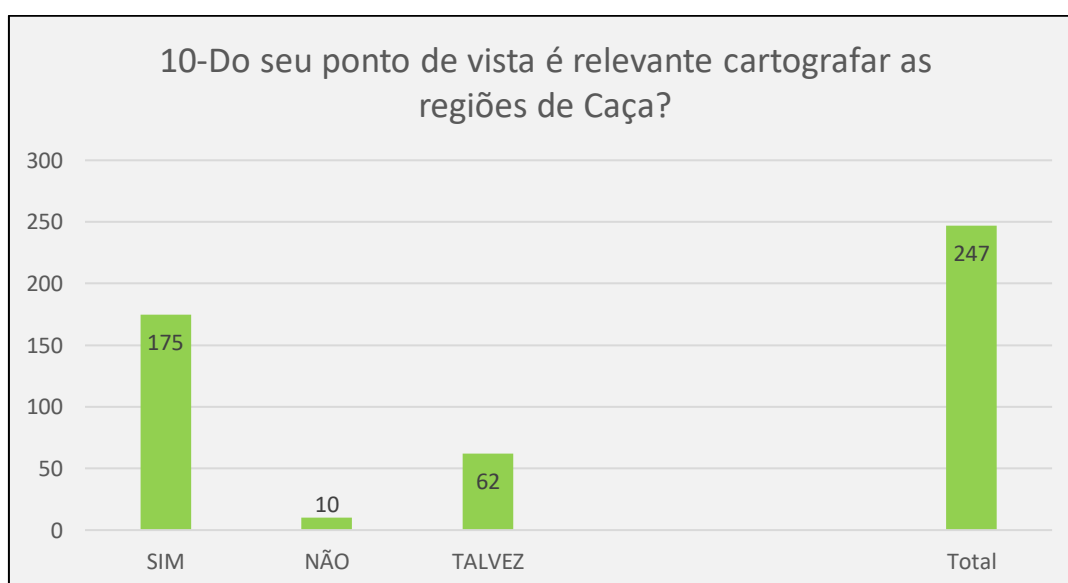


Gráfico 12- Necessidade da cartografia para a Caça

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Demonstrada a importância da cartografia dos territórios, os dados registados corroboraram com a temática aqui tratada: é unânime a necessidade de dispormos de cartografia dedicada ao Turismo Cinegético através da prática da caça. O número de caçadores que responderam afirmativamente e aqueles que estiveram renitentes face aos que responderam negativamente dá-nos uma panorâmica com evidência clara: acredita-se que esta iniciativa de mapeamento é útil. Ora, cada vez mais é necessário o conhecimento dos territórios, com vista à identificação de limites, espécies e para a definição de novos locais de caça. As políticas e condições das zonas de caça podem e devem estar disponíveis para consulta pública e para a comunidade dos caçadores.

Conclui-se, portanto, que este projeto terá fundamentação alicerçada na necessidade e aplicabilidade territorial de um processo de Cartografia dedicada ao Turismo Cinegético.

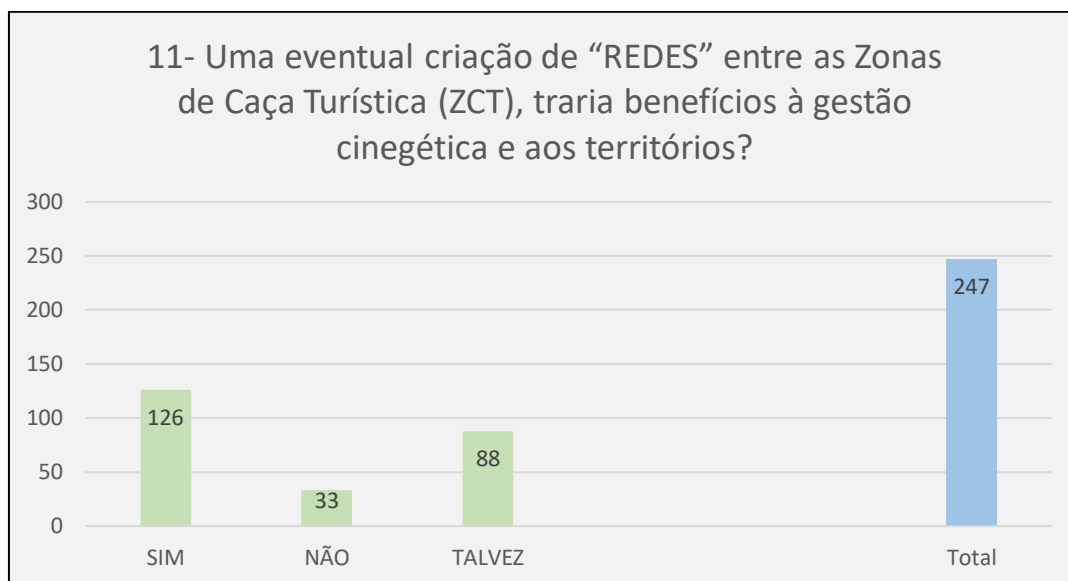


Gráfico 13-Redes de Zonas de Caça Turística

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Do ponto de vista da apresentação destes dados, e em consonância com a aplicabilidade da cartografia dos territórios, será a criação de redes catalisadora de benefícios para a gestão cinegética? A evolução do trabalho de campo continua esta questão. Existe um elevado interesse demonstrado para o desenvolvimento de partilha de experiências entre os vários parceiros e zonas de caça. A informação genérica e em tempo útil servirá aos demais intervenientes que estão, direta e indiretamente, relacionados com o Turismo e, nomeadamente com o Turismo de Natureza, com o Agroturismo, com o Turismo em Espaço Rural e por fim com o Turismo Cinegético. As informações nem sempre chegam nas melhores condições e atempadamente aos territórios. Por isso, a cartografia é um instrumento de grande utilidade informativa e comunicativa. Concluimos assim, que será pertinente a implementação das redes entre as várias regiões cinegéticas e zonas de caça, porque a partilha de problemas e de soluções qualifica a fileira da Caça e do Turismo Cinegético.



Gráfico 14-Potência da Rede de Turismo Cinegético

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Paralelamente à apresentação da questão anterior sobre “redes”, está colocado o problema da utilidade e utilização. Constatamos assim, que se a informação fosse colocada à disposição de caçadores e outros utilizadores seria utilizada informação e orientação geográfica da Carta e, assim, grande maioria dos caçadores responde ao inquérito afirmativamente e ou talvez. Demonstramos assim, que os caçadores estão bem mais informados que outrora, e que têm grande receptividade às novas tecnologias e à sua aplicação ao serviço da caça. Como referido anteriormente, este conceito – redes - acresce benefícios para todos os que dele dispuserem e utilizarem.

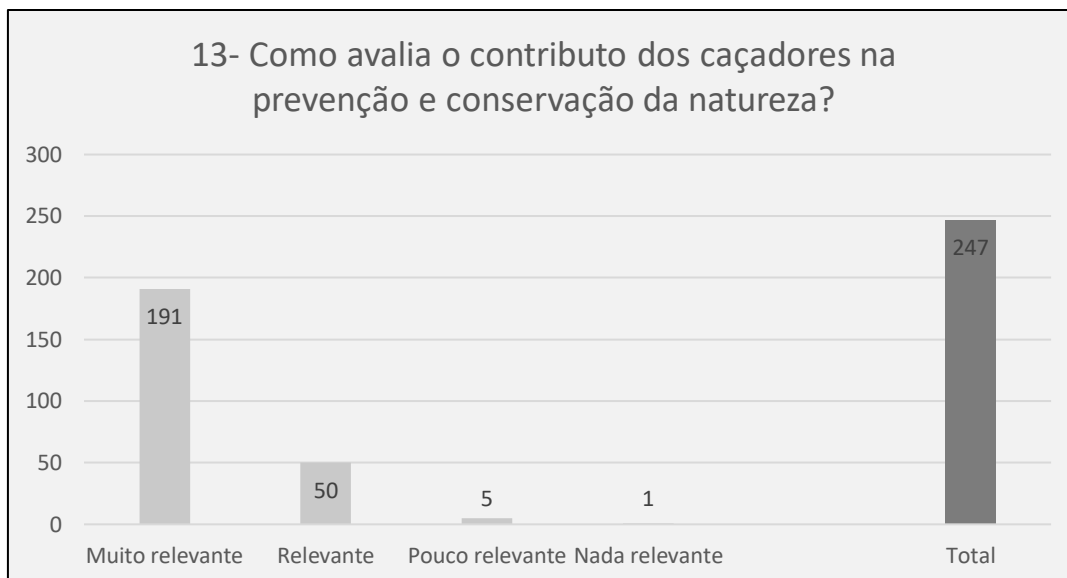


Gráfico 15-Conservação da Natureza

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Ao analisarmos esta pergunta é de longe unânime e consensual que os caçadores podem e devem dar um contributo positivo para a conservação e preservação da natureza. Aliás, historicamente, sempre o fizeram. Os couteiros régios tinham, como caçadores, essa mesma incumbência. Demonstra-se que o papel dos caçadores como agentes de ativos e participativos nas atividades cinegéticas enquadradas na natureza, podem contribuir para um desenvolvimento sustentável dos territórios do mundo rural. A consciencialização neste meio é, de longe, o fator essencial para a continuação da atividade e para a dinamização dos espaços vocacionados às práticas da caça. Concluimos que este segmento da caça pode e deve continuar a ser sensível à questão da preservação e à sustentabilidade, porque todos os intervenientes no território saem beneficiados com a presença dos caçadores.

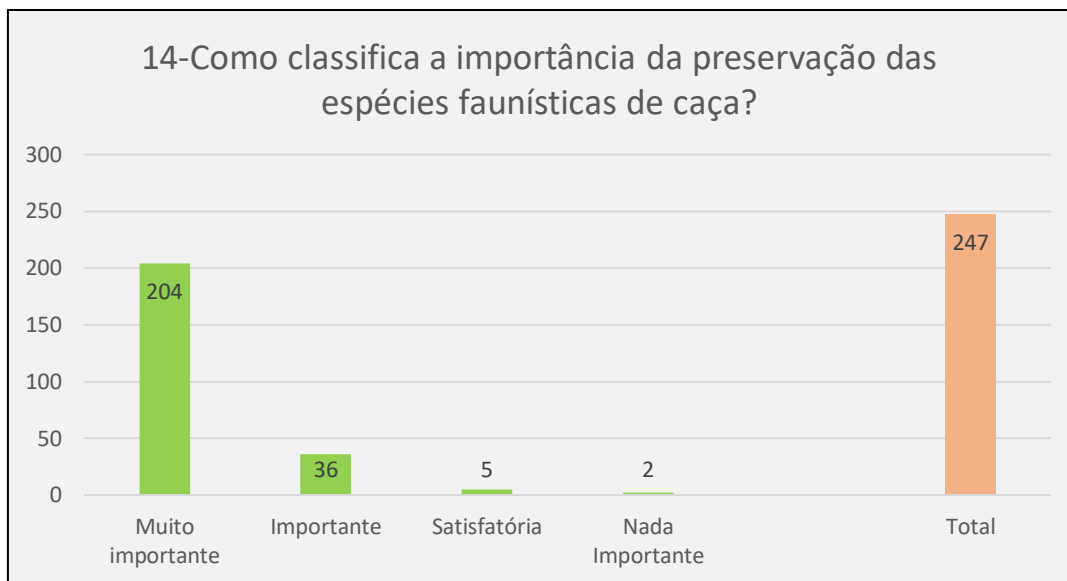


Gráfico 16-Importância da preservação das espécies

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

Do total de inquiridos, verificamos que grande maioria coloca a preservação das espécies como importante e muito importante. Sinal de que a preocupação dos caçadores se centra, como é devido, nas espécies cinegéticas constatamos que, de outro modo, não teriam grandes escolhas para as suas jornadas de caça. Não menosprezando este facto, mencionamos também a razão da manutenção da biodiversidade e a razão económica de todos os territórios, bem como daqueles que da caça dependem para desenvolver os seus negócios.

Naturalmente que a redução ou quase extinção das espécies, deteriora os espaços pelo abandono: é o caso de caminhos, estradas e carreiros inseridos na natureza. Caminhos que ficam totalmente assilvestrado e intransponíveis, dada a ausência dos caçadores e da caça, tornam-se obstáculos ao crescimento da economia e da qualidade de vida desses territórios.

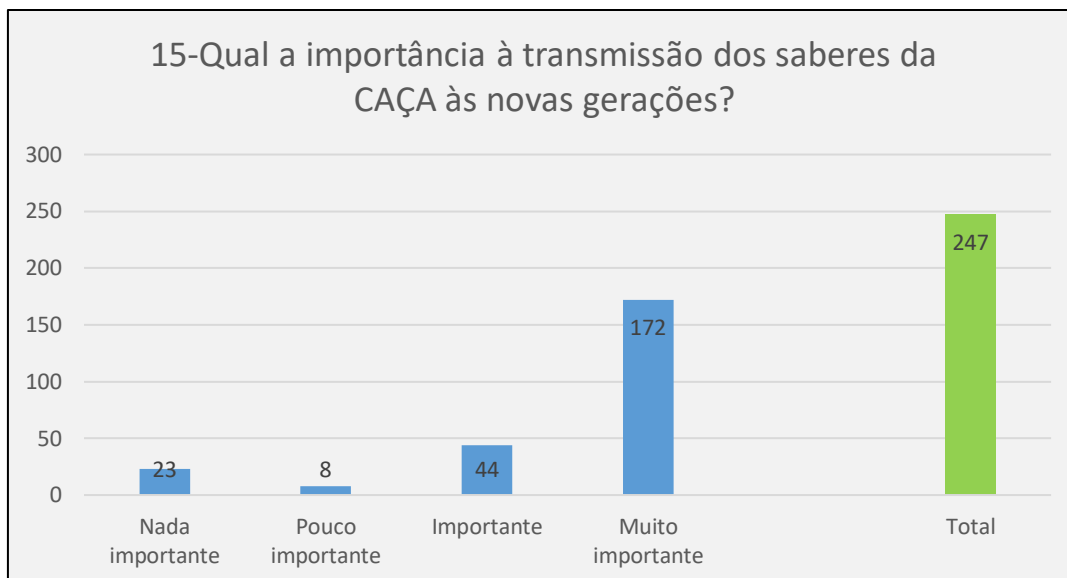


Gráfico 17- Transmissão dos Saberes da Caça

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários elaborados durante o trabalho de campo

Comentário:

No total dos inquiridos, a maioria, está centrada e consciencializada que a transmissão dos saberes da caça para os mais jovens é muito importante. A perpetuação da caça e dos caçadores está dependente do seguimento e dos ensinamentos às camadas jovens. São eles que devem refletir as atitudes face à proteção ambiental e ao património natural a defender e a disponibilizar para atividades humanas como é a da caça. A transmissão geracional, no que à caça diz respeito, é feita de pais para filhos e também no seio dos grupos de caçadores, possibilitando-se a convivência entre gerações. Sendo comum assistir-se a esta prática durante todo ano, e na preparação da época venatória seguinte, este é um ponto fundamental da ética da Caça: transmissão de saberes, mas, também valores cívicos. Concluimos então, que as gerações mais novas devem ser alertadas para a importância da caça e das atividades cinegéticas. A componente de escolaridade pode dar um contributo na educação ambiental dos jovens e onde a caça é também tema relevante.

16- Comentários/ Sugestões dos inquiridos

Dos diversos comentários escritos, surgem advertências para a fiscalização e monitorização das mais variadas zonas de caça. Alguns conselhos vão no sentido da consciencialização das entidades gestoras e decisores políticos para que se faça mais pela caça, pelo setor da caça e pelas espécies cinegéticas. Como é flagrante a doença hemorrágica que afeta a espécie do coelho bravo (*Oryctolagus cuniculus*) e mais recentemente a lebre - ibérica (*Lepus granatensis*), espécies que são o foco da maioria dos caçadores portugueses, o que se revela preocupante.

Verificámos também a preocupação face ao calendário venatório ser transversal nos dias de caça e comum a todas as zonas de caça em Portugal, quer ZCM, ZCT, ZCA.

Para além disto, uma preocupação generalizada que afeta os caçadores é a questão dos impostos e taxas sobre documentação e licenciamentos para a prática da caça. Um dos comentários que realça a necessidade do conhecimento e desenvolvimento continuado do mundo rural, reside na aproximação às escolas e aos jovens para falar de caça e atividades relacionadas com a cinegética. Atendendo a estes e outros comentários, no nosso entendimento é ajustável ao desenvolvimento e implementação deste projeto, toda uma série de ações junto deste público que, posteriormente, se poderão planear. O Turismo Cinegético necessita dessas iniciativas para se consolidar na componente da oferta da marca “Portugal”.

Conclusões e Recomendações

A literacia dos caçadores e a sensibilização para uma cultura turística cinegética, visa a mudança e/ou a melhoria da visão dos caçadores sobre a caça e sobre os recursos cinegéticos dos territórios. Este projeto tem, também esse objetivo.

Porquanto, a dinamização do turismo cinegético passa pelo estímulo à criação de empresas especializadas nesse produto turístico, de forma a promover o seu reconhecimento enquanto produto estratégico para o desenvolvimento do destino e a sua afirmação junto dos mercados mais interessantes.

A materialização deste projeto dará um contributo positivo à comunidade no seu todo, mas em especial às necessidades dos caçadores? Trabalhámos com esse ponto bem focado. Relativamente a ferramentas de comercialização do turismo, importa potencializar as possibilidades que a Internet oferece, através da Cartografia e utilização dos SIG. Neste sentido, o contributo das aulas de Geografia do Turismo e da metodologia SIG foram fundamentais para sustentar esta proposta.

Esta proposta de projeto traduz uma nova visão sobre o Turismo Cinegético, em que se demonstram potencialidades relacionadas com este segmento turístico. Sugestiona ao turista/praticante, não só usufruir de todas as potencialidades da natureza como também, no sentido mais lato, dinamizar os espaços rurais, em que presencia e participa das tradições locais. O Turismo de experiências está presente nesta envolvente. O turismo cinegético, não é um novo tipo de turismo, mas um segmento cada vez mais emergente do Turismo de Natureza que, e com ele, agrega novas ideias, novos produtos e experiências, na qual se vinca cada vez mais participação ativa do turista cinegético, que poderá desenvolver aptidões, conhecimentos e troca de experiências. Tudo isto dá então origem a uma nova forma de encarar a prática cinegética como uma atividade prazerosa e num conceito mais abrangente até mesmo como atividade ao ar livre e com benefícios para a saúde dos seus praticantes.

Por outro lado, as tecnologias de informação vieram revolucionar o mundo e, por consequência, o mercado turístico, bem como a alteração do paradigma de gestão de destinos, prestadores de serviços e outros fornecedores, que alteraram também os hábitos de consumo e comportamento do consumidor/turista na seleção, preparação e realização das suas viagens. Assim, podemos afirmar que estamos a assistir a uma mudança de paradigma, onde se observa a preservação da biodiversidade da fauna e da flora, bem

como o combate à desertificação dos meios rurais, renovando os territórios, nomeadamente, os mais despovoados.

O desenvolvimento deste projeto, porque é centrado na disponibilização de informação atualizada sobre a oferta turística cinegética dos territórios, cujas funcionalidades de consulta, de pedidos de reserva e de aquisição de pacotes organizados, serão muito muito uteis para quem deles queira usufruir, tem uma envolvimento complexa. Porém, o objetivo central de criação de uma cartografia dedicada ao ambiente associativo da caça é um contributo para a qualificação turística nacional, a partir da inclusão deste projeto no domínio do Turismo Cinegético. Há, todavia, muito caminho a fazer.

Por isso, a elaboração de pequenas sessões de esclarecimento da comunidade de caçadores é um resultado que se espera alcançar com a conclusão do projeto.

Assim junto dos potenciais parceiros e utilizadores recai uma quota-parte da responsabilidade da exigência dos territórios e dos organizadores / gestores que neste segmento operam, onde se irá aprofundar esta investigação e replicação no território. Terminamos com a convicção de que, com o nosso trabalho, contribuímos para preencher uma lacuna na cultura turística dedicada à área da Caça. O Turismo Cinegético praticado com conhecimento e com ética é parte do futuro da qualificação do Turismo em Portugal. Com o nosso trabalho quisemos também destacar que a Academia pode e deve colaborar com a Sociedade.

Bibliografia

- Amaral, Marta Isabel Casteleiro (2014). Importância da cooperação e das redes no desenvolvimento do turismo: o caso do Baixo Alentejo (Portugal). *Tourism and Hospitality International Journal*, 2(1), 56-72: <http://www.isce-turismo.com/static/files/da9dac0a-Importancia-da-Cooperacao-e-das-Redes-no-Desenvolvimento-do-Turismo-O-caso-do-Baixo-Alentejo-Portugal.pdf> (17.09.2019)
- Anastácio, Rita *et al* (2015) a), Gestão integrada do território e do património: a importância dos Sistemas de Informação Geográfica, *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, 2015, vol. 27: 187-197: <http://www.usc.es/revistas/index.php/semata/article/download/2549/3275> (11.09.2019)
- Anastácio, Rita (2007) b), Os Sistemas de Informação Geográfica no Apoio à Gestão e Monitorização de Áreas Protegidas- “Caso de Estudo do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros 01-18: http://apdr.pt/data/atas/congresso_2007/pdf/80.pdf (13.09.2019)
- Almeida, António, (2007) - Educação Ambiental - a importância da dimensão ética- Lisboa: Livros Horizonte
- Amaral, Joana S., Mafra Isabel, Oliveira M. Beatriz P.P (2015). - Riscos e benefícios associados ao consumo de carne de caça 02-06: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/111256> (05.08.2019)
- Ariès, Philippe e Dudy, Georges (1985) História da vida privada - Do Império Romano ao Ano Mil, Copyright by Editions du Seuil, 3-640, www.agr-tc.pt/.../Historia%20da%20Vida%20Privada%20-%20Do%20I%20-%20Paul%20.. (30.07.2019)
- Barroco, L. M. S. (2008) A importância da gastronomia como património cultural, no turismo baiano. <http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/alimbeb1.pdf> (05.08.2019)
- Borsa, Juliane Callegaro e Feil, Cristiane Friedrich,(2008), O Papel da Mulher no Contexto Familiar: Uma Breve Reflexão, *O Portal dos Psicólogos*,1-12 <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0419.pdf> (30.07.2019)
- Bulfinch , Thomas, O livro de Ouro da Mitologia (A idade da Fábula)- Histórias de Deuses e Heróis, 26a Edição, 1-419, <http://filosofianreapucarana.pbworks.com/f/O+LIVRO+DE+OURO+DA+MITOLOGIA.pdf> (30.07.2019)
- Branco, Liliana Margarida Sengo (2014), A educação ambiental ao serviço da gestão cinegética: o caso da Zona de Caça Municipal de Peredo dos Castelhanos e de Urros, 7-56, https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/11786/1/Liliana_Branco_A_educa%C3%A7%C3%A3o_ambiental_ao_servi%C3%A7o_da_gest%C3%A3o_cinegetica.pdf (17.07.2019)
- Bravo, João Maria (1982) “A proposito da caça”. Lisboa, Gráfica Europam, Lda.

- Caderno Técnico, Silva Lusitana- Valor Económico da Caça em Portugal (2017), Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, 1-40, : http://www.inia.pt/fotos/editor2/caderno_tecnico_caca.pdf (01.08.2019)
- Caeiro, Sandra (2013), Sistemas de Informação Geográfica: Principais conceitos, 01-41 : <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2816/1/IntroducaoSIG.pdf> (28.08.2019)
- Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, ICOMOS, Cidade do México, 17 a 23 outubro de 1999: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreoturismocultural1999.pdf> (26.08.2019)
- Correia, Maria Inês da Silva (2013), A Gastronomia e o desenvolvimento local – Dos lugares às redes A Chanfana em Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares, 01-137: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/36080/1/A%20importancia%20da%20gastronomia%20no%20desenvolvimento%20local.pdf> (05.08.2019)
- Cunha, L. (2001). *Introdução ao turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cunha, K. B.; Oliveira, L. V. (2009); A gastronomia enquanto atrativo turístico-cultural.
- Cunha, L; Abrantes, A. (2013); *Introdução ao Turismo*: LIDEL-Edições Técnicas, Lda.
- Convénio sobre Economia da Floresta e Ordenamento do Território (2017), Conselho Económico e Social, 01-187: <http://www.ces.pt/storage/app/uploads/public/595/e44/34d/595e4434d1b9f975854049.pdf> (19.08.2019)
- Declaração Universal dos Direitos do Homem- Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> (01.08.2019)
- Decreto-lei 354-A/74, de 14 de Agosto, Ministério da Economia - Secretaria de Estado da Agricultura- Diário do Governo n.º 189/1974, 1º Suplemento, Série I de 1974-08-14.: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/547241/details/maximized> (05.09.2019)
- Decreto lei referente às obrigações e linhas orientadoras do ICNF para o setor cinegético: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/121712773/details/maximized?p_p_auth=W2Vy3Gmr (17.07.2019)
- Decreto lei referente ao regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética: <https://dre.pt/web/guest/legislacaoconsolidada/lc/69738127/201508210100/70078371/diploma/indice> (19.08.2019)
- Decreto lei referente à reformulação da política cinegética, orientada para o ordenamento de todo o território cinegético:

http://www.oern.pt/documentos/legislacao/d_dl_dr/DL227-B_2000.pdf (22.08.2019)

- Decreto-Lei n.º 54/2002 de 11 de Março, referente ao novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/250608/details/maximized> (26.08.2019)

- Decreto-Lei n.º 141/2014 de 19 de setembro, delimita conceitos cartográficos e normas para a produção cartográfica no território nacional: http://www.dgterritorio.pt/legislacao/cartografia_e_geodesia/cartografia/decreto_lei_n_141_2014_de_19_de_setembro (13.09.2019)

- Decreto-Lei n.º 29/2017 de 16 de março, atribui responsabilidades de aprovação e exequibilidade da cartografia nas suas diversas especificidades : http://www.dgterritorio.pt/legislacao/cartografia_e_geodesia/cartografia/decreto_lei_n_29_2017_de_16_de_marco/ (13.08.2019)

- Diploma legislativo da UE, referente à preservação do ambiente natural,(2002): http://ec.europa.eu/environment/nature/info/pubs/docs/others/focus_pt.pdf (26.08.2019)

-Documento relativo aos apoios à atividade cinegética: https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/VERSOES%20CONSULTA/PDR%202020_integral.pdf (20.08.2019)

- Documento relativo aos programas e projetos de monitorização de espécies e seus habitats: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/cempa/pp-monit> (11.07.2019)

- Estudo sobre o Valor das Taxas de Concessão de Zonas de Caça-ICNF (2015) - Trabalho realizado pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA) com a colaboração da ERENA 02-101: <http://www2.icnf.pt/portal/caca/resource/doc/relatorio%20final%20ETZC.pdf> (16.08.2018)

- Estratégia nacional para o setor da caça: <http://www.anpc.pt/pagina.php/pagina.php?categ=5&subcateg=7&ano=2006&artigo=179&antigas> (27.08.2019)

- Turismo de Portugal Estratégia para o Turismo 2027 (2017) – Liderar o Turismo do Futuro- Turismo de Portugal : <https://fortis.pt/files/2017/03/estrat%C3%A9gia-turismo-2027.pdf> (28.08.2019)

- Fébus, Gaston (2013), Le Livre de la chasse de Gaston Fébus- Exposition au château de Foix du 7 juin 2012 au 7 juin 2013 : https://docs.moleiro.com/dossier_Le_livre_de_chasse.pdf (17.09.2019)

- Ferreira, N.P.S., (2008), A Alimentação Portuguesa na Idade Medieval, Porto: Revista da SPCNA-Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição e Alimentação, Alimentação Humana, 104-114: http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA_20100123134225_RAH_2008_n_3_2.pdf (11.07.2019)

- Fernandes, Mário Gonçalves (2008)- Cartografia: programa, conteúdos e métodos de ensino , Departamento de Geografia-Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 01-103 : <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5901.pdf> (28.08.2019)

- Figueira, Luis Mota e Coelho, João Pinto (2017) – Apresentação, Interpretação Patrimonial em Turismo-Coleção. L-tour de Bolso; Edição Instituto Politécnico de Tomar
- Figueira, Luis Mota (2013) - Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural-cespoga. ipt – Centro de Estudos Politécnicos da Golegã, 05-182 : http://www.cespoga.ipt.pt/new/wpcontent/uploads/2013/03/Manual_Roteiros_CESPOG_A2013.pdf (25.09.2019)
- Franzoni, Elisa (2016) - A gastronomia como elemento cultural, símbolo de identidade e meio de integração- 01-81 : <https://run.unl.pt/bitstream/10362/19832/1/ELISA%20FRANZONI%20%20A%20gastronomia%20como%20elemento%20cultural%20%20s%C3%ADmbolo%20de%20identidade%20e%20meio-.pdf> (06.09.2019)
- Guia sobre Desenvolvimento Sustentável (2016) ,Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental ,01-38: https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf (12.09.2019)
- Gonzalez Rey, F. (2003) “Sujeito e Subjetividade”. São Paulo: Thomson Pioneira
- HORIZON 2020 em breves palavras (2014) - O programa-quadro de investigação e inovação da UE; Direção-Geral de Investigação e da Inovação, 03-35: https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/sites/horizon2020/files/H2020_PT_KI02_13413PTN.pdf (20.08.2019)
- Introdução ao Turismo (2001) OMT (Organização Mundial do Turismo -direção e redação Amparo Sancho; traduzido por Dolores Martin Rodriguez Corner, São Paulo, 03-371
- Kotler.P., (1988): Marketing Management: Analysis, Planning, Implementation and Control, Englewood Cliffs, Prentice Hall, NJ.
- Lei da caça- Lei nº 30/86- Diário da República n.º 196/1986, Série I de 1986-08-27: https://dre.pt/pesquisa/-/search/219134/details/normal?p_p_auth=Lfgl5IHx(14.08.2019)
- Lei de bases Gerais da Caça- Lei 173/99, 1999-09-21 – DRE : <https://dre.pt/pesquisa/-/search/558207/details/maximized> (08.08.2019)
- Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto- Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro : http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_5_2007.pdf (14.08.2019)
- Lei de bases gerais da política se solos, de ordenamento do território e de urbanismo: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/25345938/details/maximized> (23.08.2019)
- Linhas orientadoras para “Cartografia Digital de Zonas de Caça (ZC) Normas para a sua elaboração” (2003), Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, pelo ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 01-12: <http://www2.icnf.pt/portal/caca/resource/doc/cartog-dig-zc-norm> (01.09.2019)
- Luis, Luis (2010), A Construção do Espaço numa Sociedade Proto-Histórica- A arte Rupestre do Vale do Côa 53-67 : <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23662/1/Luis2010.pdf> (19.08.2019)

- Machado, Y.L. (2011) Sedentarismo e suas Consequências em Crianças e Adolescentes, Muzambino, <https://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/attachments/1681-17>. (06 .8. 2019)
- Machado, Virgílio Miguel (2009), Direito e Turismo como Instrumentos de Poder: Os Territórios Turísticos,03-544 : <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2373/1/Livro%20Virgilio%20Machado%20Direito%20e%20Turismo%20como%20Instrumentos%20de%20Poder%202010.pdf> (23.08.2019)
- Margarido, Ludovina Maria da Costa Lopes-Tese de Mestrado em “Sistemas Integrados de Gestão” Sustentabilidade nos territórios do Interior-Guarda- um Estudo de Caso, julho de 2014; politécnico da Guarda.
- Marques, António Luis (2018), A Caça como Fator de Desenvolvimento Turístico nos Territórios de Baixa Densidade, O PROJETO | ZONA DE CAÇA MUNICIPAL PORCA DE MURÇA CONCELHO DE MURÇA, 2-61: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/17980/1/pauta-relatorio-2.pdf> (15.07.2019)
- Marujo Noémi (2016): “Turismo, turistas e experiências: abordagens teóricas”, Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 20 , Universidade de Évora/CIDEHUS 01-13, <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/20116/2/TURISMO,%20TURISTAS%20E%20EXPERI%C3%84NCIAS%20-%20ABORDAGENS%20TE%C3%93RICAS.pdf> (05.08.2019)
- Mateus, Augusto & Associados (2013), A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa- Relatório final, 01-177: <https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=32929> (11.09.2019)
- Mateus, Augusto (2017), “O papel do Turismo na reinvenção do crescimento económico em Portugal” - XLIII Congresso Nacional APAVT, Macau, 01-38: <http://www.apavt.net.pt/system/resources/W1siZiIsIjIwMTcvMTEvMzAvMTQvMTIvMzUvNjI3L0FwcmVzZW50YWVhbnB1bDd1c3RvX01hdGV1cy5wZGYiXV0/Apresentacao%20Augusto%20Mateus.pdf> (11.09.2019)
- Mateos, Juan (1982) Origen y Dignidad de la Caza
- Metzger, Jean Paul (2001), O que é a Ecologia de Paisagens? - Laboratório de Ecologia de Paisagens e Conservação - LEPaC Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências USP Rua do Matão, 321, travessa 14 05508-900, São Paulo, SP,02-10 : https://www.researchgate.net/publication/228752575_O_que_e_ecologia_de_paisagens (19.08.2019)
- Mira, António et al. (2007) -Relatório Técnico e Financeiro Final, ACÇÃO D6 – Medidas de Fomento de Habitat para a Fauna em Zonas abrangidas pelo Regime Cinegético-Universidade de Évora, 01-175: [https://www.cmmontemornovo.pt/pt/siteviver/territorio/ambiente/PublishingImages/Paginas/RedeNatura2000/Medidas%20de%20Fomento%20de%20Habitat%20para%20a%20Fauna%20em%20Zonas%20Abrangidas%20pelo%20Regime%20Cineg%C3%A9ticos%20\(UE%20e%20ERENA\).pdf](https://www.cmmontemornovo.pt/pt/siteviver/territorio/ambiente/PublishingImages/Paginas/RedeNatura2000/Medidas%20de%20Fomento%20de%20Habitat%20para%20a%20Fauna%20em%20Zonas%20Abrangidas%20pelo%20Regime%20Cineg%C3%A9ticos%20(UE%20e%20ERENA).pdf) (16.08.2019)

- Montessori, Maria, (1949) “Formação do Homem”, Internacional Portugália Editora- 3ª Edição, 09-90

- Mota, Maria José Pinheiro da Silva (2012) -Gestão Estratégica de Destinos Turísticos; Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina Estudo de Caso: Porto Covo, 01-321: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4447/1/2012.04.011_.pdf (23.08.2019)

- Munhoz, Juliana Colli (2013), A Cartografia Temática aplicada ao turismo e sua fruição no município de São Luiz do Paraitinga(SP), 01-152 : https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde30042014115740/publico/2013_JulianaColliMunhoz_VCorr.pdf (29.08.2019)

- Oliveira, Águedo de (1992), D. Carlos Atirador de Caça, Edição Fundação "Os Nossos Livros" e Escola Superior Agrária de Bragança 1992, 5-94, <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/8401/1/atirador-de-caca.pdf> (16.07.2019)

- Ortega y Gasset, José. (1986) “Sobre a caça e os touros” Madrid,1986 Alianza Editorial, S.A., Revista Ocidente 1960, Edições Cotovia, Lda., 1989.

- Paiva, R., Reis, P. e Coelho, I.S. (2017), Valor Económico da Caça em Portugal; 01-39 http://www.inia.pt/fotos/editor2/caderno_tecnico_caca.pdf (27.08.2019)

- Pais, Henrique José Centeno Nunes Costa (2013), Turismo, Desenvolvimento Regional e as Redes de Cooperação entre Stakeholders Turísticos- 01-162: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3095/1/Turismo,%20Desenvolvimento%20Regional%20e%20as%20Redes%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20entre%20Stakeholders%20Tur%C3%ADsticos.pdf> (17.09.2019)

- Palma, A. S. (2009), Hunting Tourism: An overview. In J. M. Simões & C. Ferreira (Eds.) *Turismos de nicho: motivações, produtos territórios*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 177-189, 181, ISBN 978-972-636-192-3

- Pereira, Francisco Maria Esteves (1918), Livro da Montaria feito por D. João I, Rei de Portugal-Imprensa da Universidade de Coimbra-12-547: <http://www.apaginadomonteiro.net/Original%20Livro%20Montaria%20de%20D.Joao%20I.pdf> (19.08.2019)

- Peres, Augusta Santiago (2011), Atitudes Ambientais: Um estudo com Jovens do Segundo e Terceiro Ciclo do Ensino Básico da Região do Planalto Mirandês 9-102 <https://bibliotecadigital.ipb.pt/.../5975/.../DissertaçãoAtitudes%20Ambientais.Isaura.p...> (23.07.2019)

- Pimentel, L. M. G. (2001). *O Lugar do Idoso na Família: Contextos e Trajetórias*. Coimbra: Quarteto Editora.

- Puhakka, Liisa *et al* (2011), Bird Diversity, Birdwatching Tourism and Conservation in Peru: A Geographic Analysis- Department of Biology, University of Turku, Turku, Finland, 01-15 : https://www.researchgate.net/publication/51844494_Bird_Diversity_Birdwatching_Tourism_and_Conservation_in_Peru_A_Geographic_Analysis : (06.09.2019)

- Programa RIS3, com a valorização e empoderamento dos territórios e das pessoas:

<https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/Estrategias-RegionaisCentro/EstrategiaRegionalEspecializacaoInteligenteCentro%20de%20Portugal.pdf> (28.08.2019)

- Programa de Valorização Turística do Interior; pelo Turismo de Portugal-Turismo de Portugal, I.P. 2019:

<http://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/financiamento/ficha-informativa-linha-apoio-valorizacao-turistica-interior-abril-2019.pdf> (21.08.2019)

- Programa Operacional do Centro: <http://www.centro.portugal2020.pt/> (28.09.2019)

- Protocolo de Constituição direcionado para os recursos cinegéticos (2018) -Centro de Competências para o Estudo, Gestão e Sustentabilidade das Espécies Cinegéticas e Biodiversidade:

http://www.inia.v.pt/fotos/editor2/centro_competencias_especies_cinegeticas_e_biodiversidade.pdf (12.08.2019)

-Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal -Turismo 2020: https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Turismo2020_Parte%20I_mercados%20-%20SWOT.pdf (28.08.2019)

- Relatório sobre a visão Integrada para o Território Nacional:

[http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2015-10/2015-10-22173923_54ab20bb-0b194b78b3b7038c54e07421\\$\\$466C622B84E84957B11E25B916C851FB\\$\\$03EA35CD-0693-4037-9B3B-DF65DE6F4496\\$\\$File\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2015-10/2015-10-22173923_54ab20bb-0b194b78b3b7038c54e07421$$466C622B84E84957B11E25B916C851FB$$03EA35CD-0693-4037-9B3B-DF65DE6F4496$$File$$pt$$1.pdf) (23.07.2019)

- Ramos, Dina Maria e Costa, Carlos Manuel (2017) - Turismo: tendências de evolução, 2133:<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/2843/dinav10n1.pdf> (26.08.2019)

- Rodrigues, Ricardo Manuel Costa (2014), A Atividade Cinegética e os Incêndios Florestais no Distrito de Braga, Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais, 9-147:https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34216/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ricardo_Rodrigues_2014.pdf (16.07.2019)

- Silva, Francisco António dos Santos da (2013), Turismo na Natureza como base do Desenvolvimento Turístico responsável nos Açores, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 18-433: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8742/1/ulsd066009_td_Francisco_da_Silva.pdf (23.07.2019)

- Silva et al... (2015), Relação Ser Humano e Natureza: Um desafio Ecológico e Filosófico: Revista Monografias Ambientais Santa Maria, v. 14, n. 2, mai-ago 2015, 01-12 Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM ISSN: 2236-1308 <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/download/17398/pdf> (23.07.2019)

- Sustentabilidade do turismo em:

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/Relatorio%20de%20Sustentabilidade%202010.pdf> (17.07.2019)

- Teles, M. (2003). Educação sem fronteiras: cuidando do ser. Petropolis: Editora Vozes

- Teles et al (2017), Efeitos da alimentação na evolução humana: uma revisão, 01-13:
[https://www.researchgate.net/publication/323053497 Efeitos da alimentacao na evol
ucao humana uma revisao](https://www.researchgate.net/publication/323053497_Efeitos_da_alimentacao_na_evolucao_humana_uma_revisao) (19.08.2019)
- Torga, Miguel, “Bichos” - Contos-Composto e Impresso nas Oficinas da G.C- Gráfica de Coimbra, Lda. Palheira- ASSAFARGE- Coimbra- 19ª edição, janeiro 1995
- Tourist Guide Nature Tourism- Turismo de Portugal- Birdwatching IN Portugal, 01-58 : [http://www.spea.pt/fotos/editor2/birdwatching ing.pdf](http://www.spea.pt/fotos/editor2/birdwatching_ing.pdf) (06.09.2019)
- UNWTO (2012), World Tourism Barometer, Volume 10, January

Anexos

Anexo 1- Guião de Entrevista

No âmbito da elaboração do projeto intitulado “**Cartografia Cinegética em Portugal**” a ser elaborado em sede de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, da Escola Superior de Gestão de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar, pretendemos aferir opiniões dos vários especialistas nas diferentes áreas profissionais sobre a viabilidade do Conceito “Cartografia Cinegética” e a importância da caça para os territórios.

Assim solicitamos a V. Ex^a, a colaboração ao responder às 3 ou 4 questões que se seguem:

Entrevista:

- 1- Do seu ponto de vista, qual ou quais os pontos relevantes para os territórios considerando a importância da caça e dos caçadores?
- 2- Considera que a caça praticada de modo sustentável, poderá perpetuar-se apesar das contrariedades que esta prática suscita?
- 3- Considera que a cartografia dos territórios e das zonas de caça (ZC), pode ser um instrumento útil para os caçadores e amantes da Natureza? Como classifica este instrumento de orientação?
- 4- Do seu ponto de vista, como vê a implementação de REDES, no e para o associativismo das zonas de caça, e de que forma contribuir para o desenvolvimento dos Territórios?

Sérgio Martins

MDPTC

Anexo 2 – Transcrição das entrevistas

Nota: A pedido do Entrevistado, reserva-se a identificação em arquivo.

Entrevista 1:

1-Do seu ponto de vista, qual ou quais os pontos relevantes para os territórios considerando a importância da caça e dos caçadores?

R: *Generación de empleo ; Fijación de población en el medio rural ; Atracción de turismo cinegético ; Conservación del territorio ; Desarrollo rural sostenible*

2-Considera que a caça praticada de modo sustentável, poderá perpetuar-se apesar das contrariedades que esta prática suscita?

R: *Sí, además pienso que es imprescindible para garantizar el equilibrio de numerosos ecosistemas, controlar enfermedades o garantizar la conservación de especies animales y vegetales amenazadas.*

3- Considera que a cartografia dos territórios e das zonas de caça (ZC), pode ser um instrumento útil para os caçadores e amantes da Natureza? Como classifica este instrumento de orientação?

R : *Es imprescindible contar con una buena cartografía sobre la que planificar los aprovechamientos sostenibles y reconocer los recursos disponibles para su puesta en valor.*

Entrevista 2:

Nota: A pedido do Entrevistado, reserva-se a identificação em arquivo.

1-Do seu ponto de vista, qual ou quais os pontos relevantes para os territórios considerando a importância da caça e dos caçadores?

R: A caça com vista a sustentabilidade dos territórios é importante desde que preserve as regiões e as suas espécies... deve ser usada enquanto promotora da sustentabilidade dos territórios no controlo eficaz do número existente de espécies para que não sejam " prejudiciais " à vida da comunidade... os caçadores podem, se conscientes e responsáveis contribuir para esta sustentabilidade.

2-Considera que a caça praticada de modo sustentável, poderá perpetuar-se apesar das contrariedades que esta prática suscita?

R: Sim, desde que tenha legislação e controlo eficaz do cumprimento dessa legislação.

3- Considera que a cartografia dos territórios e das zonas de caça (ZC), pode ser um instrumento útil para os caçadores e amantes da Natureza? Como classifica este instrumento de orientação?

R: Sim, acho que a cartografia pode ser relevante para encontrar um ponto de equilíbrio entre as espécies, os espaços, os territórios e as comunidades visando a sustentabilidade.

4-Do seu ponto de vista, como vê a implementação de REDES, no e para o associativismo das zonas de caça, e de que forma contribuir para o desenvolvimento dos Territórios?

R: Redes são na minha opinião uma mais valia para os territórios porque permitem a " aliança " entre vários Stakeholders o que normalmente gera novas visões e inovação territorial, principalmente quando o objetivo de desenvolvimento é comum. As redes entre associações em zonas de caça na minha opinião são também uma mais valia porque podem dar " força " à legislação comum e cumulativamente contribuírem para o controlo das espécies e a sustentabilidade das regiões

Entrevista 3:

Nota: A pedido do Entrevistado, reserva-se a identificação em arquivo.

1-Do seu ponto de vista, qual ou quais os pontos relevantes para os territórios considerando a importância da caça e dos caçadores?

Os caçadores são gestores do território e podem ser parceiros fundamentais nos territórios rurais, porque com a sua presença mantêm os territórios vividos, podendo contribuir para a deteção de incêndios, por exemplo. A caça é também uma atividade dinamizadora das economias rurais, pois potencia o surgimento de muitas outras actividades de suporte - restauração, alojamento, ...

Assim, a caça e os caçadores podem dar um bom contributo para o desenvolvimento económico dos territórios rurais.

2-Considera que a caça praticada de modo sustentável, poderá perpetuar-se apesar das contrariedades que esta prática suscita?

A caça é uma ferramenta de gestão essencial para o controlo de densidades populacionais das várias espécies cinegéticas, pelo que tem de continuar a existir. Apesar de todos os ataques que têm existido a esta atividade, é essencial continuar a defendê-la com argumentos técnicos que suportem as decisões tomadas.

3- Considera que a cartografia dos territórios e das zonas de caça (ZC), pode ser um instrumento útil para os caçadores e amantes da Natureza? Como classifica este instrumento de orientação?

Sim, a existência de uma cartografia das zonas de caça, com identificação dos seus limites, espécies, condições e respetivos contactos, poderá ser bastante útil quer para caçadores, que assim poderão mais

facilmente descobrir novos locais de caça, quer para a definição de políticas públicas. A informação e transparência é sempre um bom passo a dar.

4- Do seu ponto de vista, como vê a implementação de REDES, no e para o associativismo das zonas de caça, e de que forma contribuir para o desenvolvimento dos Territórios?

O funcionamento em rede é genericamente benéfico pois resulta muitas vezes numa relação win-win entre os vários parceiros, com partilha de experiências, problemas e respetivas soluções, podendo por isso ser um contributo para o desenvolvimento dos territórios.

Anexo 3- Participação no II Encontro de Jovens Investigadores, Património e Território, com a comunicação: O Turismo Cinegético como Produto Turístico Nacional- Oportunidades e Desafios. Programa e fotografias



Edifício 16 - Anfiteatro da Escola de Engenharia
Sessão XII: Espaços e ambientes 5
Luísa Ghignatti: Estrada de Ferro São Luís-Teresina: evolução histórica, paisagística e valorização patrimonial de um caminho de ferro no nordeste do Brasil
Inês Costa: Lista de Património Mundial em Risco
Jakson Renner Rodrigues Soares: Inovação em turismo litoral
João Rocha; António Azevedo: Mapeamento da Jornada do Consumidor: Museu Interativo da Fábrica do Chocolate
Hélder Carvalho: Contributos para a valorização do património histórico e arqueológico, no âmbito do "Programa intermunicipal dos Sacromontes" (Braga/Guimarães)
Sérgio Martins; Luis Figueira: O Turismo Cinegético como produto turístico nacional: oportunidades e desafios
debate



Anexo 4 – Comunicação realizada no âmbito do encontro de Jovens Investigadores 6 e 7 junho 2019

II Encontro de Jovens Investigadores. Património e Território

6 e 7 de Junho
Universidade do Minho

June 6th and 7th
Campus de Gualtar (Braga)

2nd Young Researchers' Meeting in Heritage and Territory Studies

Instituto Politécnico de Tomar

***O Turismo Cinegético como produto turístico:
oportunidades e desafios***

***The Hunting Tourism as a national tourism product:
opportunities and challenges***

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Braga , 06 -07 de junho de 2019

Sumário

Área Estratégia

Turismo Cinegético

Empoderamento nos Territórios;

Sustentabilidade

Turismo Cinegético e a Cadeia de Valor;

Cartografia : Conceito

A cartografia ao serviço do Turismo Cinegético e da Natureza

Considerações Finais

Referências bibliográficas

Instituto Politécnico de Tomar

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Braga , 06 -07 de junho de 2019

Área Estratégia

Pilar base; o **Turismo de natureza** concerne a necessidade de delinear o planeamento turístico através dos desafios globais presentes na **Estratégia 2027**:

1. PESSOAS
Promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo.

2. COESÃO
Melhorar as assimetrias regionais.

3. CRESCIMENTO EM VALOR
Crescer mais do que a concorrência em receitas turísticas.

4. SAZONALIDADE
Reduzir a sazonalidade.

5. ACESSIBILIDADES
Reforçar a acessibilidade ao destino Portugal e promover a mobilidade dentro do território.

6. PROCUA
Conhecer os mercados e adaptar as estratégias públicas e empresariais às tendências e alterações da procura.

7. INOVAÇÃO
Estimular a inovação e empreendedorismo.

8. SUSTENTABILIDADE
Assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural.

9. SIMPLIFICAÇÃO
Simplificar a legislação e tornar mais ágil a administração.

10. INVESTIMENTO
Garantir recursos financeiros e assegurar a sua adequada aplicação – fundos comunitários e outros financiamentos.

TURISMO DE PORTUGAL
REPÚBLICA PORTUGUESA

Instituto Politécnico de Tomar

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Braga , 06 -07 de junho de 2019

Turismo Cinegético

"(...) o turismo cinegético pode ser entendido como a atividade desenvolvida por caçadores, nacionais e estrangeiros, quando se deslocam para fora do seu local habitual de caça ou de residência, com o objetivo de exercer a atividade venatória".

Palma, A. (2009). Hunting Tourism: An overview. In J. Simões & C. Ferreira (Eds.) Turismos de nicho: motivações, produtos territoriais (pp.177-189).

" O turismo cinegético é um dos tipos seletivos de turismo que, se baseia no uso de recursos naturais". Bodnar, Lenart & Bodnar (2015)

Empoderamento nos Territórios;

Território – Suporte das ações



Pessoas – Atores dos processos de desenvolvimento

Organizações-Políticas Empresariais, Administrativas, Sociais, Culturais, Profissionais.

Sustentabilidade



Turismo Cinegético e a Cadeia de Valor;



Em termos Ambientais



Assegurar a conservação do património cinegético;
Promover a gestão sustentada, com valorização dos ecossistemas;
Conservação dos recursos naturais e endógenos;

Em termos Sociais



Sensibilização para a conservação das espécies;
Consciencialização da biodiversidade existente;
Criação de novos empregos alternativos e sustentáveis;
Aumento da qualidade de vida dos habitantes do meio rural;

Em termos Económicos



Aumento do empreendedorismo;
Novas iniciativas nesta temática;
Aumento das divisas dos espaços rurais.

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Braga , 06 -07 de junho de 2019

Cartografia : Conceito



"a Cartografia é definida como sendo disciplina que envolve a arte, a ciência e a tecnologia de construção e uso de mapas, favorece a criação e manipulação de representações geoespaciais visuais ou virtuais, permite a exploração, análise, compreensão e comunicação de informações sobre aquele recorte espacial".
Associação Cartográfica Internacional (ICA, 2003)

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Braga , 06 -07 de junho de 2019

A cartografia ao serviço do Turismo Cinegético e da Natureza



- Monitorização e gestão integrada dos recursos faunísticos ;
- Inventariação dos recursos agrícolas e florestais;
- Aplicação de novas tecnologias para a deteção e movimentação das espécies existentes;
- Conhecimento dos territórios;
- Apoio didático e pedagógico para os atores territoriais;
- Mapeamento turístico dos territórios de caça.

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Braga , 06 -07 de junho de 2019



Caça rende 5,9 milhões aos cofres do Estado

ACTIVIDADES O Turismo de Caça em Portugal 2017/18 permitiu arrecadar mais de 5 milhões em receitas à época venatória. O Estado não possui mais recursos financeiros, para evitar novos cortes.

Contínua

Tipo de Licença	2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015		2015/2016		2016/2017		2017/2018	
	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros	n.º	1 000 Euros
Total	137 121	5 066	132 739	5 789	124 055	5 581	119 946	5 341	116 029	5 173	121 606	5 795	124 439	5 941
Não residentes	1 160	116	1 137	118	1 292	138	1 274	136	1 622	173	1 811	195	1 904	197
Nacional	1 160	116	1 137	118	1 292	138	1 274	136	1 622	173	1 811	195	1 904	2 751
Residentes	135 961	5 750	131 602	5 671	122 763	5 443	118 672	5 204	114 407	5 000	119 795	5 601	122 535	5 744
Nacional	95 114	3 317	49 924	3 118	46 049	2 955	43 104	2 777	41 750	2 674	41 724	2 712	42 000	2 751
Regional														
(Regiões Cinégicas-RC)														
1RC	80 047	2 433	81 738	2 553	77 914	2 407	75 488	2 427	72 657	2 326				
2RC	27 193	818	27 508	859	26 380	847	25 877	832	25 224	808				
3RC	18 029	573	19 421	607	18 374	580	17 796	572	17 076	547				
4RC	18 202	337	18 225	351	18 338	332	18 688	311	18 965	287				
5RC	20 636	620	20 735	648	19 969	631	19 359	622	18 783	601				
6RC	2 807	94	2 849	89	2 743	88	2 768	89	2 688	84				

Portugal 2018
5.201.530,5
Euros - Milhões

Fonte: informação fornecida pelo ICNF

Sérgio Martins ; Luís Mota Figueira

Braga , 06 -07 de junho de 2019

Considerações Finais

Instituto Politécnico de Tomar

- O **Turismo Cinegético** traz benefícios às comunidades residentes e proporciona-lhes meios importantes de motivação para cuidarem, manterem o seu património e as suas práticas culturais;
- **Visão:** gestão integrada dos recursos cinegéticos e sua compatibilização com as práticas de turismo cinegético...
- **Oportunidades** – contributo para a gestão e ordenamento turístico do território, nomeadamente local;
- **Desafio** – criação de referenciais teóricos e de boas práticas cinegéticas e turísticas.

Sérgio Martins ; Luís Mota Figueira

Braga , 06 -07 de junho de 2019

Anexo 5- Artigo para participação no II Encontro de Jovens Investigadores, Património e Território

O Turismo Cinegético como produto turístico nacional: oportunidades e desafios assente na cartografia dos territórios

The Hunting Tourism as a national tourism product: opportunities and challenges based on the cartography of the territories

Sérgio Martins⁵²* [martins-sergio@sapo.pt]

Luis Mota Figueira** [lmota@ipt.pt]

Eixo temático 1- Gestão integrada de Ecossistemas com suporte científico

Palavras chave / Produto turístico, turismo, turismo Cinegético, desenvolvimento sustentável, cartografia.

Uma das questões mais relevantes no atual contexto do turismo nacional tem que ver com a criação e desenvolvimento de novos produtos turísticos, ou seja, de pacotes turísticos ou, ainda, de experiências turísticas. A relação do Ser humano com a fauna e com a flora tem, na predação pela sobrevivência física (a caça explica-a) e pela sobrevivência espiritual (a criação da paisagem cultural é uma evidência), pontos de vivência única e autêntica. Transformar estes recursos e heranças comportamentais em atrativos, compete ao turismo responsável e sustentável em que a autoridade turística nacional tem essa preocupação, assim como o documento Estratégia Turismo2027, e o Portugal2030. Aliar a Natureza com o Turismo significa a exploração dos recursos endógenos e a criação de valor sobre os mesmos. A cultura turística nacional em redor da Marca “Portugal” abre perspectivas a este tipo de iniciativas, tanto públicas como privadas. O Turismo Cinegético é, sem dúvida uma opção que, na escala local, regional, nacional, europeia e internacional pode contribuir para a Oferta distintiva baseada na natureza e na cultura. O clima e a cultura tradicional, a gastronomia e sua especialização, a vivência dos valores do desporto da caça, etc. são elementos a considerar para qualificar o destino “Portugal”. Mapear, cartografar, conhecer o território, entrevistando e aplicando questionários, implicam criação de novo Conhecimento em turismo. Esta metodologia, integrada no domínio cinegético, associada a outras tipologias de práticas turísticas, contribui para o desenvolvimento sustentável de base comunitária, que responde ao RIS3 e demais estratégias de produção de Valor e de inclusão social onde a empregabilidade, por exemplo, tem relevo importante. O nosso estudo pretende tornar-se uma referência em Turismo Cinegético e um apoio metodológico neste segmento turístico, simultaneamente, com a cumulação do conhecimento dos territórios, está a inventariação e tratamento de dados, que se tornam num apoio didático e pedagógico para os atores territoriais, mormente da administração pública e da tutela nacional do turismo, bem como para o mundo associativo dos caçadores e demais protagonistas da fileira da caça nacional. Esta pesquisa culmina num projeto, já em curso, relacionado com a cartografia nacional cinegética, levando a cabo a monitorização e gestão integrada dos recursos faunísticos. Assente na inventariação dos recursos agrícolas e florestais. Pretendendo ajustar e adequar as novas tecnologias para a deteção e movimentação das espécies existentes, permitindo um melhor e mais aprofundado conhecimento dos territórios. Traduzindo-se num apoio didático e pedagógico para os atores territoriais, diga-se caçadores, residentes e visitantes

⁵² * Instituto Politécnico de Tomar

Bibliografia:

Bravo, João Maria (1982), *A propósito da caça: sociedade Astória, Lda. Lisboa*

Cunha, L. (2001). *Introdução ao turismo. Lisboa: Editorial Verbo.*

Conservação de preservação das espécies cinegéticas disponível em:

<http://www.icnf.pt/portal/icnf/docref/resource/doc/docref/encnb-relat-nac-avalexec-20090727>

Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro. Disponível em 14 de julho de 2014, em <https://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/00400/0010100139.pdf>

DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE (2000). *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*

Documento relativo aos apoios à atividade cinegética disponível em:

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/VERSOES%20CONSULTA/PDR%202020_integral.pdf

DRFCN (Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza) (2014). *Cinegética.*

Associativismo cinegético em Portugal: a importância do associativismo cinegético para a conservação dos recursos naturais e o seu reflexo no desenvolvimento rural / João Bugalho, João Carvalho. Lisboa: DGDR, 2001. 117 p. (Estudos e análises, 0873-9145; 13): ISBN 972-8693-21-4

Estratégia para o Turismo 2027, março 2017

<https://fortis.pt/files/2017/03/estrat%C3%A9gia-turismo-2027.pdf>

Estratégia nacional para o setor da caça disponível em:

<http://www.anpc.pt/pagina.php/pagina.php?categ=5&subcateg=7&ano=2006&artigo=179&antigas>

Sammarco, Y. M. (2015). *Relação Ser Humano e Natureza: Um Desafio Ecológico e Filosófico, 1–12.*

Estratégia Portugal Espaço 2030

https://www.fct.pt/documentos/PortugalSpace2030_PT.pdf

Sustentabilidade do turismo disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/Relatorio%20de%20Sustentabilidade%202010.pdf>

Matos, A. J. F. (1998). *O Ordenamento do Território nos Modelos de Desenvolvimento*

Middleton, A. (2014). *The Economics of Hunting in Europe Towards a Conceptual Framework Final Report, 14.*

MURPHY, P. E. (1994) - "Tourism and Sustainable Development", in «Global Tourism: the Next Decade», Ed. W.F. THEOBALD, Oxford, pp.274-290 W.F. THEOBALD, Oxford, pp.274-290.

Recursos cinegéticos e gestão dos mesmos disponível em:

<http://www.pdr-2020.pt/site/O-PDR2020/Arquitetura/Area-3-Ambiente-Eficiencia-no-Uso-dos-Recursos-e-Clima/Medida-8-Protacao-e-Reabilitacao-de-Povoamentos-Florestais/Acao-8.2-Gestao-de-Recursos-Cinegeticos-e-Aquicolas/Operacao-8.2.1-Gestao-de-Recursos-cinegeticos>

RIS3 do Centro de Portugal *Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, documento de trabalho-versão de fevereiro de 2014*

Santos, M. O. & Baltazar, M. S. (2005). *Experiências de desenvolvimento local na Região*

Anexo 6- Programa de participação, com a comunicação” Turismo Cinegético como Produto Turístico Nacional: Oportunidades e desafios Assente na Cartografia dos Territórios.

WILDLIFE SUMMIT 2019 GAME MANAGEMENT 28 E 29 JUNHO		PROGRAMA
SEXTA- FEIRA 28 DE JUNHO DE 2019		
08:30 - 09:00	Acreditação e Atribuição de Posters	
09:00 - 09:30	Sessão Oficial de Abertura Nuno Canada (INIAV), António Paula Soares (ANPC), Fernando Castanheira Pinto (CNCP), Jacinto Amaro (FENCAÇA) Miguel Freitas (Secretário de Estado da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)	
SESSÃO 1 Moderador: João Carvalho (ANPC) Auditório Principal		
09:30 - 10:30	Mesa Redonda Sinergias da Atividade Cinegética com a Conservação da Natureza	
10:30 - 10:50	Melo século de atividade cinegética em Portugal Gonçalves Lopes (ICNF)	
10:50 - 11:20	PLENÁRIA 1: Involving Hunters in Game & Wildlife Monitoring Projects Jose Luis Gúzman (Fundación Artemisan)	
11:20 - 11:45	Pausa para Café	
SESSÃO 2 Moderador: Gonçalo Lopes (ICNF) Auditório Principal		
11:45 - 12:10	Conservação e Gestão de Vida Selvagem - A Caça de Troféu João Corceiro (SCI)	
12:10 - 12:30	Implementação de Planos Globais de Gestão: O que Falta? Carlos Fonseca (CESAM & DB, UA)	
12:30 - 12:45	O Turismo Cinegético como Produto Turístico Nacional: Oportunidades e Desafios Assentes na Cartografia dos Territórios Sérgio Martins (IPT)	
12:45 - 13:00	Caça nos Açores - A Importância de uma Gestão Adaptativa Manuel Leitão (DRRF)	
13:00 - 14:00	Pausa para Almoço	
SESSÃO 3 Auditório Principal		
14:00 - 14:25	PLENÁRIA 2: Caça Maior - Ameaças Sanitárias e Reforço da Vigilância Yolanda Vaz (DGAV)	
PAINEL 1 Auditório Principal		PAINEL 2 Auditório CAP
Moderador: Yolanda Vaz (DGAV)		Moderador: Miguel Bugalho (ISA)
14:30 - 14:50	Exame Inicial de caça: Uma ferramenta para a comercialização de caça, de gestão e de proteção Madalena Vieira-Pinto (UTAD)	Projeto +Coelho: uma Plataforma modelo para a investigação, gestão e sustentabilidade de recursos Cinegéticos Mónica V. Cunha (INIAV)
14:50 - 15:10	Importância do diagnóstico laboratorial no controlo das doenças e no apoio à gestão cinegética: o exemplo do projeto +Coelho Margarida Duarte (INIAV)	Gestão das populações de coelho-bravo no arquipélago dos Açores Manuel Leitão (DRRF)
15:10 - 15:30	O papel do patologista na avaliação do estado sanitário das espécies cinegéticas Jorge Correia (FMV-UL)	Monitorização populacional de espécies cinegéticas: bases para uma exploração sustentável Pedro Monterroso (CIBIO)
15:30 - 15:50	Transmissão de Mycobacterium bovis na zona epidemiológica de risco para a tuberculose animal em Portugal Ana Reis (INIAV & cE3c, FCUL)	Monitorização da galinha na Europa Ocidental durante a Invernada David Gonçalves (CIBIO)
15:50 - 16:10	Produção de vacinas para aplicação em saúde animal: da molécula ao isco António Roldão (IBET)	Monitorização da codorniz no arquipélago dos Açores Manuel Leitão (DRRF)
16:10 - 16:40	Pausa para Café	
SESSÃO 4 Moderador: Carlos Fonseca (UA) Auditório Principal		
16:40 - 17:40	Mesa Redonda Ameaças ao Setor da Caça na Península Ibérica	
17:40 - 18:10	PLENÁRIA 3: Preservação do património genético das espécies cinegéticas: uma garantia de sustentabilidade e certificação de qualidade Paulo Célio Alves (CIBIO)	
18:10 - 19:00	Projetos* Auditório CAP	Networking* Sala 1 CAP
		Sessão de Posters* Sala 2 CAP
		Binómio Homem-Cão* Sala 3 CAP
*Consulte o Livro de Resumos para mais informação sobre estas sessões		
19:00 - 19:30	Tertúlia: A Comunicação dentro e fora do Setor Cinegético	

Anexo 7- Fotografias da participação em Oeiras no âmbito de trabalho continuo subordinado à temática do projeto



Anexo 8 – Comunicação no âmbito da cimeira Wildlife Summit 2019-Game Management

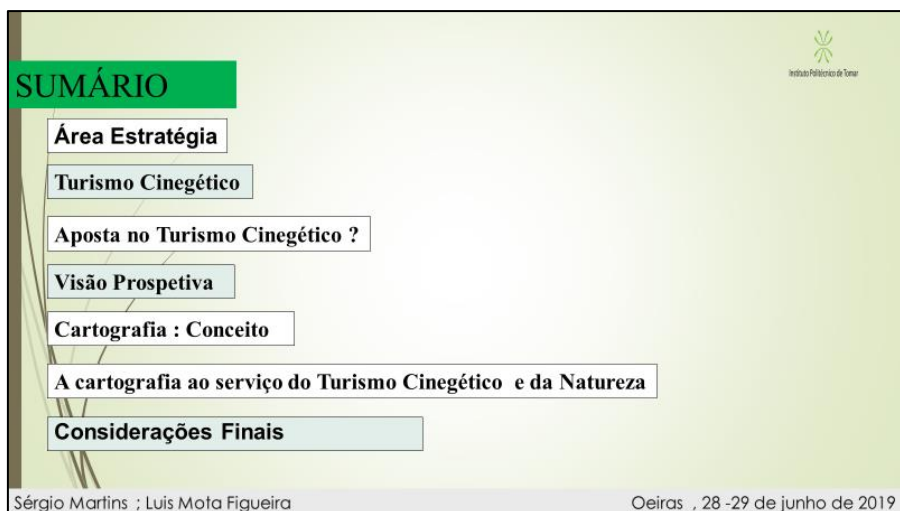


WILDLIFE SUMMIT 2019
GAME MANAGEMENT
28 E 29 JUNHO

**Turismo Cinegético como Produto Turístico Nacional:
Oportunidades e Desafios Assentes na Cartografia dos
Territórios**

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Oeiras , 28 -29 de junho de 2019

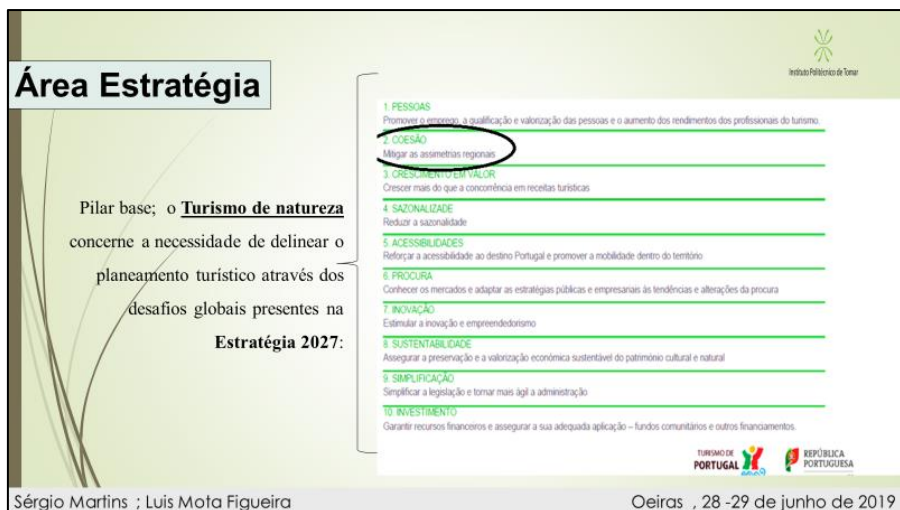


SUMÁRIO

- Área Estratégia
- Turismo Cinegético
- Aposta no Turismo Cinegético ?
- Visão Prospetiva
- Cartografia : Conceito
- A cartografia ao serviço do Turismo Cinegético e da Natureza
- Considerações Finais

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Oeiras , 28 -29 de junho de 2019



Área Estratégia

Pilar base: o **Turismo de natureza** concerne a necessidade de delinear o planeamento turístico através dos desafios globais presentes na **Estratégia 2027**:

- 1. PESSOAS
Promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo.
- 2. COESÃO
Mitigar as assimetrias regionais
- 3. CRESCIMENTO EM VALOR
Crescer mais do que a concorrência em receitas turísticas
- 4. SAZONALIDADE
Reduzir a sazonalidade
- 5. ACESSIBILIDADES
Reforçar a acessibilidade ao destino Portugal e promover a mobilidade dentro do território
- 6. PROCURA
Conhecer os mercados e adaptar as estratégias públicas e empresariais às tendências e alterações da procura
- 7. INOVAÇÃO
Estimular a inovação e empreendedorismo
- 8. SUSTENTABILIDADE
Assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural
- 9. SIMPLIFICAÇÃO
Simplificar a legislação e tornar mais ágil a administração
- 10. INVESTIMENTO
Garantir recursos financeiros e assegurar a sua adequada aplicação – fundos comunitários e outros financiamentos.

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Oeiras , 28 -29 de junho de 2019

Turismo Cinegético



“ O turismo cinegético é um dos tipos seletivos de turismo, que se baseia no uso de recursos naturais”. Bodnar, Lenart & Bodnar (2015)



Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Oeiras , 28 -29 de junho de 2019

Aposta no Turismo Cinegético ?



Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Oeiras , 28 -29 de junho de 2019

Visão Prospetiva



Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Oeiras , 28 -29 de junho de 2019

Cartografia : Conceito



"a Cartografia é definida como sendo disciplina que envolve a arte, a ciência e a tecnologia de construção e uso de mapas, favorece a criação e manipulação de representações geoespaciais visuais ou virtuais, permite a exploração, análise, compreensão e comunicação de informações sobre aquele recorte espacial".
Associação Cartográfica Internacional (ICA, 2003)

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Oeiras , 28 -29 de junho de 2019

A cartografia ao serviço do Turismo Cinegético e da Natureza



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



- Monitorização e gestão integrada dos recursos faunísticos ;
- Inventariação dos recursos agrícolas e florestais;
- Aplicação de novas tecnologias para a deteção e movimentação das espécies existentes;
- Conhecimento dos territórios;
- Apoio didático e pedagógico para os atores territoriais;
- Mapeamento turístico dos territórios de caça.


Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira

Oeiras , 28 -29 de junho de 2019



Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira


Oeiras , 28 -29 de junho de 2019




Considerações Finais

- **Visão:** gestão integrada dos recursos cinegéticos e sua compatibilização com as práticas de turismo cinegético...
- **Oportunidades** – contributo para a gestão e ordenamento turístico do território, nomeadamente local;
- **Desafio** – criação de referenciais teóricos e de boas práticas cinegéticas e turísticas.
- **Resultados espectáveis:**
 - 1-Disponibilização de informações cartográficas em tempo real e em cenário de prática do ato venatório ou reconhecimento das áreas e limites.
 - 2- Consultoria de proximidade em processos de preparação e orientação ao mercado do turismo em geral e do Turismo Cinegético em particular.

Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira Oeiras , 28 -29 de junho de 2019



“CAÇADORES INFORMADOS SÃO CAÇADORES FORMADOS”



Sérgio Martins ; Luis Mota Figueira Oeiras , 28 -29 de junho de 2019

Anexo 9 – Artigo para participação na cimeira Wildlife Summit 2019 -Game Management

O Turismo Cinegético como produto turístico nacional: oportunidades e desafios assente na cartografia dos territórios

The Hunting Tourism as a national tourism product: opportunities and challenges based on the cartography of the territories

Sérgio Martins⁵³* [martins-sergio@sapo.pt]

Luis Mota Figueira** [lmota@ipt.pt]

Eixo temático 1- Gestão integrada de Ecossistemas com suporte científico

Palavras chave / Produto turístico, turismo, turismo Cinegético, desenvolvimento sustentável, cartografia.

⁵³ * Instituto Politécnico de Tomar

Uma das questões mais relevantes no atual contexto do turismo nacional tem que ver com a criação e desenvolvimento de novos produtos turísticos, ou seja, de pacotes turísticos ou, ainda, de experiências turísticas. A relação do Ser humano com a fauna e com a flora tem, na predação pela sobrevivência física (a caça explica-a) e pela sobrevivência espiritual (a criação da paisagem cultural é uma evidência), pontos de vivência única e autêntica. Transformar estes recursos e heranças comportamentais em atrativos, compete ao turismo responsável e sustentável em que a autoridade turística nacional tem essa preocupação, assim como o documento Estratégia Turismo2027, e o Portugal2030. Aliar a Natureza com o Turismo significa a exploração dos recursos endógenos e a criação de valor sobre os mesmos. A cultura turística nacional em redor da Marca “Portugal” abre perspectivas a este tipo de iniciativas, tanto públicas como privadas. O Turismo Cinegético é, sem dúvida uma opção que, na escala local, regional, nacional, europeia e internacional pode contribuir para a Oferta distintiva baseada na natureza e na cultura. O clima e a cultura tradicional, a gastronomia e sua especialização, a vivência dos valores do desporto da caça, etc. são elementos a considerar para qualificar o destino “Portugal”. Mapear, cartografar, conhecer o território, entrevistando e aplicando questionários, implicam criação de novo Conhecimento em turismo. Esta metodologia, integrada no domínio cinegético, associada a outras tipologias de práticas turísticas, contribui para o desenvolvimento sustentável de base comunitária, que responde ao RIS3 e demais estratégias de produção de Valor e de inclusão social onde a empregabilidade, por exemplo, tem relevo importante. O nosso estudo pretende tornar-se uma referência em Turismo Cinegético e um apoio metodológico neste segmento turístico, simultaneamente, com a cumulação do conhecimento dos territórios, está a inventariação e tratamento de dados, que se tornam num apoio didático e pedagógico para os atores territoriais, mormente da administração pública e da tutela nacional do turismo, bem como para o mundo associativo dos caçadores e demais protagonistas da fileira da caça nacional. Esta pesquisa culmina num projeto, já em curso, relacionado com a cartografia nacional cinegética, levando a cabo a monitorização e gestão integrada dos recursos faunísticos. Assente na inventariação dos recursos agrícolas e florestais em concordância com as novas diretivas europeias para o ambiente, este tipo de abordagem é necessária para que a cultura turística criada e disseminada nos territórios se integre na roda da sustentabilidade. O turismo e os seus segmentos tiram vantagem deste tipo de intervenções académicas e comunitárias. Pretendendo ajustar e adequar as novas tecnologias para a deteção e movimentação das espécies existentes, permitindo um melhor e mais aprofundado conhecimento dos territórios, o esforço de sensibilização dos atores de cada lugar turistificado, também se revelará vantajoso, acredita-se, na luta contra a perda da biodiversidade. Assim, os resultados esperados, traduzindo-se, sempre que possível em conhecimento aplicável e, portanto, num apoio didático e pedagógico para os atores territoriais, diga-se caçadores, residentes e visitantes, implicam a responsabilização ambiental, social e económica de todos nós como sociedade. Acredita-se, finalmente, que a transição dos modos de caça tradicional para os modos da prática desportiva e turística da caça, significará um novo paradigma sobre o qual nos deveremos interessar, investigar, partilhar resultados e, com esse esforço colaborativo, qualificar o país na frente do turismo, nomeadamente, cinegético.

Bibliografia:

Bravo, João Maria (1982), A propósito da caça: sociedade Astória, Lda. Lisboa

Cunha, L. (2001). Introdução ao turismo. Lisboa: Editorial Verbo.

Conservação de preservação das espécies cinegéticas disponível em:

<http://www.icnf.pt/portal/icnf/docref/resource/doc/docref/encnb-relat-nac-avalexec-20090727>

Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro. Disponível em 14 de julho de 2014, em <https://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/00400/0010100139.pdf>

DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE (2000). Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Documento relativo aos apoios á atividade cinegética disponível em:

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/VERSOES%20CONSULTA/PDR%202020_integral.pdf

DRFCN (Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza) (2014). Cinegética.

Associativismo cinegético em Portugal: a importância do associativismo cinegético para a conservação dos recursos naturais e o seu reflexo no desenvolvimento rural / João Bugalho, João Carvalho. Lisboa: DGDR, 2001. 117 p. (Estudos e análises, 0873-9145; 13): ISBN 972-8693-21-4

Estratégia para o Turismo 2027, março 2017

<https://fortis.pt/files/2017/03/estrat%C3%A9gia-turismo-2027.pdf>

Estratégia nacional para o setor da caça disponível em:

<http://www.anpc.pt/pagina.php/pagina.php?categ=5&subcateg=7&ano=2006&artigo=179&antigas>

Sammarco, Y. M. (2015). *Relação Ser Humano e Natureza: Um Desafio Ecológico e Filosófico*, 1–12.

Estratégia Portugal Espaço 2030

https://www.fct.pt/documentos/PortugalSpace2030_PT.pdf

Sustentabilidade do turismo disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/Relatorio%20de%20Sustentabilidade%202010.pdf>

Matos, A. J. F. (1998). *O Ordenamento do Território nos Modelos de Desenvolvimento*

Middleton, A. (2014). *The Economics of Hunting in Europe Towards a Conceptual Framework Final Report*, 14.

MURPHY, P. E. (1994) - "Tourism and Sustainable Development", in «Global Tourism: the Next Decade», Ed. W.F. THEOBALD, Oxford, pp.274-290 W.F. THEOBALD, Oxford, pp.274-290.

Recursos cinegéticos e gestão dos mesmos disponível em:

<http://www.pdr-2020.pt/site/O-PDR2020/Arquitetura/Area-3-Ambiente-Eficiencia-no-Uso-dos-Recursos-e-Clima/Medida-8-Protecao-e-Reabilitacao-de-Povoamentos-Florestais/Acao-8.2-Gestao-de-Recursos-Cinegeticos-e-Aquicolas/Operacao-8.2.1-Gestao-de-Recursos-cinegeticos>.

RIS3 do Centro de Portugal *Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente*, documento de trabalho-versão de fevereiro de 2014

Santos, M. O. & Baltazar, M. S. (2005). *Experiências de desenvolvimento local na Região*



Instituto Politécnico de Tomar
Escola Superior de Gestão de Tomar
Questionário

No âmbito do desenvolvimento de projeto académico de mestrado, sobre Turismo Cinegético, e dada a importância da prática da caça para os Territórios, agradece-se a colaboração de todas/os aquelas que queiram participar, nesta recolha de dados, que serão muito relevantes para este meu estudo.

Sérgio Martins

EXPOCAÇA, Santarém (05-05-2019)

1. Género:

Masculino ☐ Feminino ☐ Outro ☐

2. Idade:

18-30 ☐ 31-45 ☐ 46-60 ☐ > 60 ☐

3. Pratica qualquer atividade cinegética?

SIM ☐ NÃO ☐

** Se respondeu SIM, responda à pergunta seguinte.

*** Se respondeu NÃO, termina aqui a sua colaboração.

4. Qual o tipo de licença de caça que tira para a prática cinegética?

Licença Nacional ☐ Licença Regional ☐ Licença para não residentes em Território Nacional ☐

5. Qual Região Cinegética a que pertence?

1ª região ☐ 2ª região ☐ 3ª região ☐ 4ª região ☐ 5ª região ☐

6. Qual o seu gasto médio anual numa época venatória (incluindo deslocações, alimentação e alojamento se se aplicar)

150 €/300 € ☐ 310 € / 500€ ☐ 510€/ 800 € ☐ 810€/ 1000€ ☐ > 1000 € ☐

7. O Turismo cinegético é importante para o desenvolvimento dos territórios Rurais, concorda?

1-Sem importância ☐ 2-Nada Importante ☐ 3-Pouco importante ☐ 4- Importante ☐
5 -Muito Importante ☐

8. Qual a regularidade com que pratica o ato cinegético ao longo da época venatória?

1-Muita ☐ (12 meses) 2-Média ☐ (6 meses) 3-Pouca ☐ (3 meses) 4-Nenhuma ☐ (0 meses)

9. Com que regularidade pratica o ato cinegético em reservas¹ Turísticas (ZCT) de Caça?

1-Muita ☐ 2-Pouca ☐ 3-Nenhuma ☐

Outra: _____

10. Do seu ponto de vista é relevante cartografar as regiões de Caça?

SIM ☐ NÃO ☐ TALVEZ ☐

11. Uma eventual criação de "REDES" entre as reservas² de Caça Turística (ZCT), traria benefícios à gestão cinegética e aos territórios?

SIM ☐ NÃO ☐ TALVEZ ☐

12. Utilizaria as facilidades concedidas na "REDE" colocadas à sua disposição?

SIM ☐ NÃO ☐ TALVEZ ☐

13. Como avalia o contributo dos caçadores na prevenção e conservação da natureza?

1-Muito relevante ☐ 2-Relevante ☐ 3-Pouco relevante ☐ 4-Nada relevante ☐

14. Como classifica a importância da preservação das espécies faunísticas de caça?

1-Muito importante ☐ 2-Importante ☐ 3-Satisfatória ☐ 4-Nada importante ☐

15. Qual a importância à transmissão dos saberes da CAÇA às novas gerações?

1-Nada importante ☐ 2-Pouco importante ☐ 3-Importante ☐ 4-Muito importante ☐

16. Comentários e/ou

Sugestões: _____

Obrigado pela colaboração

¹ Diga-se Zona de Caça Turística (ZCT)




² Diga-se Zona de Caça Turística (ZCT)

Anexo 11- Participação no Workshop sobre “As boas condutas do Caçador nas Redes Sociais”



Anexo 12- Orçamento Previsional de acompanhamento numa primeira fase do projeto e seguintes

Com vista à materialização deste projeto, utilizamos como base credível de implementação e orientação, o documento institucional abaixo indicado por Plano de Intervenção, Medida 10 LEADER

  PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020  MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCA	
PLANO DE INTERVENÇÃO MEDIDA 10 LEADER OPERAÇÃO 10.2.1.6 RENOVAÇÃO DE ALDEIAS	
NOME PROMOTOR	(insira o texto aqui) (nas candidaturas em parceria identificar as entidades parceiras)
NIFAP	
TÍTULO OPERAÇÃO	(insira o texto aqui)
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL Informar sobre o património objeto de intervenção no que diz respeito à sua relevância para o território: elemento identitário do território, valor histórico, económico, social e ambiental, fator de atratividade turística, social e económica, integração/complementaridade com outras intervenções.	
CARACTERIZAÇÃO DA TITULARIDADE Caracterização do beneficiário no que diz respeito ao título de propriedade do património objeto de intervenção e ao enquadramento legal, ao histórico de projetos relevantes, ao relacionamento com as entidades do território e à capacidade de mobilização de recursos no território.	
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO Caracterização do local onde se insere o património objeto de intervenção: - Enquadramento ao nível do concelho e da freguesia bem como das zonas classificadas. - Análise Física e Paisagística da área de intervenção e da envolvente	
a. Objetivos Enunciar os objetivos da intervenção	
b. Intervenção Descrever as atividades de preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais objeto desta intervenção. (Nas candidaturas em parceria identificar as atividades de cada entidade parceira)	
c. Calendarização/Cronograma Informar sobre a calendarização das várias atividades descritas no ponto anterior	
d. Recursos humanos, físicos e financeiros Descrever os recursos disponíveis para concretizar a intervenção nos elementos patrimoniais locais (Nas candidaturas em parceria identificar os recursos cada entidade parceira)	
e. Atividades de dinamização e promoção Descrever as atividades de dinamização e promoção dos elementos patrimoniais no momento pós-intervenção	
f. Manutenção/Sustentabilidade i. Identificar fatores de risco; ii. Descrever as atividades de mobilização dos recursos necessários para manter os elementos patrimoniais locais intervencionados, durante os cinco anos, a contar da data de aceitação da concessão do apoio, ou até à data da conclusão da operação, se esta ultrapassar os 5 anos. (refuncionalização, atividades de manutenção, animação turística e sociocultural, concessão de exploração suportadas por protocolos e/ou contratos) (Nas candidaturas em parceria identificar as atividades e os recursos cada entidade parceira)	

RECURSOS					
Humanos	Custo	Materiais	Custo	Majoração	Custo Total
Etapa 1 1(uma) Pessoa	08 Dias x 150 €/dia = 1200€	Consumíveis alimentares, materiais e logística	20%	1440€
Etapa 2 1(uma) Pessoa	10 Dias x 150€/dia = 1500€	Consumíveis alimentares, materiais e logística	20%	1800€
Etapa 3 1(uma) Pessoa	10 Dias x 150€/dia= 1500€	Consumíveis alimentares, materiais e logística	20%	1800€
Etapa 4 1(uma) Pessoa	10 Dias x 150€/dia = 1500€	Consumíveis alimentares, materiais e logística	20%	1800€
Etapa 5 1(uma) Pessoa	11 Dias x 150€/dia =1650€	Consumíveis alimentares, materiais e logística	20%	1980€
Etapa 6 1(uma) Pessoa	06 Dias x 150€/dia = 900€	Consumíveis alimentares, materiais e logística	20%	1080€
Etapa 7 2(duas) Pessoas	10 Dias x 150€/dia =3000€	Consumíveis alimentares, materiais e logística	20%	3600€
Etapa 8 2 (duas) Pessoas	04 Dias x 150€/dia = 1200€	Consumíveis alimentares, materiais e logística	20%	1440€
Etapa 9 1(uma) Pessoa	04 Dias x 150€/dia = 600€	Consumíveis alimentares, materiais e logística	20%	720€
			TOTAL: 15660 €		

Anexo 13- Etapas prováveis de Execução/ Materialização do Projeto

PERÍODO	DATAS	DESIGNAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Etapa 1 Criação do modelo para lançamento <i>on-line</i>	01/01/2020	Considerado como um atlas temático e didático, apresenta-se em seminário	Realização do seminário no Politécnico de Tomar
Etapa 2 Agregar parceiros/investidores e interessados na dinamização do projeto	01/02/2020	Reunião de contributos para a alimentação de conteúdos do atlas	Realização do seminário no Politécnico de Tomar
Etapa 3 Monotorização da plataforma web "Cartografia Cinegética"	31/08/2020	Avaliação dos Resultados	Realização do seminário no Politécnico de Tomar

Anexo 14- Possíveis Entidades do setor da caça e parceiros envolvidos

Entidade	Domínio de Atividade CAE	Integração no projeto (Etapas)	Descrição sumária da intervenção	Contributo financeiro	Outro contributo
1 ICN - Instituto de Conservação da Natureza	A definir	Em todas as etapas	Parceiro estratégico, com adequação de licenciamento e taxas necessárias a aplicar nas atividades	Não relevante	Aconselhamento Técnico
2 FENCAÇA- Federação Nacional das Zonas de Caça Associativas	A definir	Em todas as etapas	Parceira estratégica no aconselhamento estratégico do público-alvo e publicitação do projeto	Não relevante	Aconselhamento Técnico
Turismo do centro de Portugal	A definir	Em todas as etapas	Parceiro estratégico no apoio à implementação do projeto	Apoios financeiros de rubricas ligadas ao projeto	Aconselhamento técnico
NERSANT	A definir	Em todas as etapas	Parceiro estratégico no apoio à implementação do projeto	Apoios financeiros de rubricas ligadas ao projeto	Aconselhamento técnico

Anexo 15- Caraterização do Publico Alvo

Caraterização etária	Caraterização socioeconómica	Outra caraterização	Perfil a considerar	Benefícios esperados
Caçadores/ Praticantes	Acessível á pratica	Portadores de documentação necessária/ exigida	De acordo com a lei em vigor	Afluência turística e dinamização do setor cinegético
Famílias (todos os grupos etários)	Acessível á pratica	Nada a observar	De acordo com a prática das atividades	Afluência turística e dinamização do setor cinegético
Grupos de Amigos	Acessível á pratica	Nada a observar- Portadores de documentação necessária/ exigida	De acordo com a prática das atividades e lei em vigor	Afluência turística e dinamização do setor cinegético
Excursionistas	Acessível á pratica	Portadores de documentação necessária/ exigida	De acordo com a prática das atividades e lei em vigor	Afluência turística e dinamização do setor cinegético
Turistas	Acessível á pratica	Nada a observar- Portadores de documentação necessária/ exigida	De acordo com a prática das atividades e lei em vigor	Afluência turística e dinamização do setor cinegético

Anexo 16- Outras fotos de Aves (Fauna)

